



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES

PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA - PAIC INTEGRAL NO
MACIÇO DE BATURITÉ/CE (2022-2025): INTERPRETAÇÕES DE SECRETÁRIOS
(AS) MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

MOSSORÓ

2025

MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES

**PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA - PAIC INTEGRAL NO
MACIÇO DE BATURITÉ/CE (2022-2025): INTERPRETAÇÕES DE SECRETÁRIOS
(AS) MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), como requisito para obtenção do título de mestra em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Marcia Betania de Oliveira

**MOSSORÓ
2025**

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

R696p RODRIGUES, Maria Edineide Silvino
PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA -
PAIC INTEGRAL NO MACIÇO DE BATURITÉ CE
(2022-2025): INTERPRETAÇÕES DE SECRETÁRIOS
(AS) MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. / Maria Edineide
Silvino RODRIGUES. - Mossoró RN, 2025.
110p.

Orientador(a): Profa. Dra. Marcia Betania de
OLIVEIRA.

Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-
Graduação em Educação). Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte.

1. PAIC Integral. 2. Secretários Municipais de
Educação. 3. Ciclo de Políticas. 4. Maciço de Baturité/CE.
I. OLIVEIRA, Marcia Betania de. II. Universidade do
Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES

**PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA - PAIC INTEGRAL NO
MACIÇO DE BATURITÉ/CE (2022-2025): INTERPRETAÇÕES DE SECRETÁRIOS
(AS) MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação (POSEDUC)
como requisito para obtenção do título de
mestra em Educação.

Aprovada em: 16/12/2025.

Banca examinadora

Profa. Dra. Marcia Betania de Oliveira (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Profa. Dra. Meyre Ester Barbosa de Oliveira (Membro Titular Interno)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Prof. Dr. Elcimar Simão Martins (Membro Titular Externo)
Universidade da Interação Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Profa. Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros (Membro Suplente Interno)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Profa. Dra. Érika Virgílio Rodrigues da Cunha (Membro suplente Externo)
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)

Dedico este trabalho à minha sobrinha Sofia Tabosa, que representa a continuidade de um legado familiar de amor e respeito pelo conhecimento. Que ela cresça inspirada pela força das mulheres que a antecederam e encontre nos estudos o mesmo sentido que sempre guiou os nossos caminhos.

AGRADECIMENTOS

A Deus Pai Todo-Poderoso, que me conduz de forma plena e segura, segurando minha mão em cada necessidade, inclusive quando o meu próprio corpo tentou me limitar. Quantas vezes Te clamei, ó Pai, e o Senhor me concedeu força, sabedoria, perseverança e, sobretudo, coragem para seguir e concluir esta etapa.

Aos meus pais, verdadeira inspiração que mostra que a simplicidade e a honestidade são bens que transcendem o tempo e dignificam a humanidade. Agradeço por nunca terem medido esforços para me manter nos estudos, mesmo diante de tantas dificuldades.

Às minhas filhas, Kesiane e Karilane, fontes de amor e motivação constantes, que transformam a minha vida com confiança e fé em cada um dos meus projetos. Meus momentos mais felizes são ao lado de vocês. É com vocês e por vocês que encontro todos os motivos para continuar e ser uma pessoa melhor.

À minha tia Euridece Tabosa, cuja presença foi essencial desde o início da minha vida acadêmica. Seu incentivo, paciência e amor pelo conhecimento me ensinaram a não desistir. Seu exemplo é uma base sólida que sustentou este percurso e inspira os passos seguintes da nossa família.

Ao meu marido, “companheiro de fé e irmão camarada”, por acreditar em mim e me encorajar nos momentos mais difíceis. Agradeço por ter estado ao meu lado em tantas madrugadas, oferecendo presença, paciência e dedicação inabaláveis.

À minha orientadora, profa. Dra. Marcia Betania Oliveira, pela leveza com que conduziu este percurso sem jamais abrir mão do rigor científico e da ética que a pesquisa exige. Sua simplicidade, competência e acolhimento foram fonte de inspiração, e sua forma de ensinar é um exemplo do que há de mais nobre na vida acadêmica.

Aos dirigentes municipais de Educação do Maciço de Baturité, que gentilmente acolheram esta pesquisa e se disponibilizaram ao diálogo, oferecendo apoio e confiança fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

À amiga Dra. Fernanda Mota, pela escuta ativa, sensibilidade e contribuição inestimável. Sua presença empática, mesmo a distância, foi crucial para que eu chegasse até aqui.

À amiga Valéria Fernanda, “menina sapeca” e irmã com que o mestrado me presenteou, pela escuta sensível, pelas trocas, risadas, lágrimas e sonhos compartilhados. Nossa caminhada conjunta é parte preciosa dessa conquista.

À UERN, por ser um espaço inspirador, onde o acolhimento, o profissionalismo e a dedicação se unem em prol do conhecimento. Que esta instituição continue sendo um marco na trajetória de todos os que por ela passam, impulsionando o ensino, a pesquisa e a inovação em benefício da sociedade.

Aos professores membros da banca: Prof^a Dra. Meyre Ester Barbosa de Oliveira e Prof. Dr. Elcimar Simão Martins, pela generosidade nas análises, pelas contribuições precisas e pelas palavras sempre afetuosas que tanto aprimoraram esta investigação.

Aos docentes do POSEDUC/UERN: Dr. Allan Solano Souza, Dra. Arilene Maria Soares de Medeiros, Dra. Ciclene Alves da Silva e Dra. Maria Edgleuma de Andrade, registro minha gratidão pelos ensinamentos, reflexões e acolhimento durante o meu retorno à vida acadêmica.

Aos colegas da turma do POSEDUC/UERN, pela convivência e pelas partilhas que nos constituíram pesquisadores e ampliaram laços de amizade e aprendizado.

Meu reconhecimento sincero a todos e todas que, de alguma forma, contribuíram para mais esta etapa da minha vida.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando. Sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar” (Freire, 1992).

RESUMO

Esta dissertação, vinculada à Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), parte da pergunta de partida: como secretários (as) municipais de Educação da região do Maciço de Baturité-CE interpretam a política do PAIC Integral? O presente trabalho tem como objeto de estudo o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC) Integral (2022-2025), sob a interpretação de secretários(as) municipais de Educação da região cearense do Maciço de Baturité, constituída geograficamente por 13 municípios. Embasado no referencial teórico-metodológico do ciclo de políticas de Ball e colaboradores (1994) e da teoria da atuação de Ball, Maguire e Braun (2016). Como objetivo geral, a pesquisa pretende investigar como se dá o desenvolvimento do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité-CE, sob a interpretação de secretários(as) municipais de Educação, utilizando o recorte temporal de 2022 a 2025. Os objetivos específicos, são: 1) compreender como secretários municipais de Educação da região do Maciço de Baturité-CE interpretam o PAIC Integral em seus respectivos municípios; e 2) analisar adaptações feitas na execução do PAIC Integral nessa região, sob a interpretação desses(as) secretários(as). A pesquisa é de abordagem qualitativa, exploratório-explicativa e caracterizada como pesquisa de campo, subsidiada por revisões bibliográfica e documental. Para o alcance dos objetivos propostos, e em coerência com a abordagem metodológica adotada, foram produzidos dados com secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os(as) secretários(as) de Educação que aceitaram livremente participar do estudo, após formalização de convite. Esses textos foram devidamente ajustados como *corpus* textual para processamento no *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ). Com o uso do IRAMUTEQ, foram feitas análises lexicais e categoriais, através dos métodos de nuvens de palavras, análise de similitude e a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados apontam que os(as) secretários(as) municipais de Educação apresentam experiências em gestão municipal que variam entre 3 e 6 anos. Foi observado também o caráter humanístico desses sujeitos, colocando o termo “gente” e o próprio “município” como centro das suas ações, o que os tornam atores ativos da política do PAIC Integral. Além disso, os investigados foram cruciais no contexto da prática e na atuação frente a essa política, pois demonstraram a capacidade de adaptá-la ao contexto local, com foco principal nas adequações da jornada do tempo integral, bem como na oferta do entendimento da PAIC Integral pelos professores e na alimentação para os alunos, coerente, obviamente, com a realidade de cada município. Portanto, a presente pesquisa aponta uma nova perspectiva para o contexto da prática e em parte para a teoria da atuação, demonstrando que a efetivação da política depende dessa rede de cooperação focada em reduzir os desafios educacionais do Estado do Ceará.

Palavras-chave: PAIC Integral; secretários municipais de Educação; ciclo de políticas; Maciço de Baturité-CE.

ABSTRACT

This dissertation, linked to the Research Line Policies and Management of Education of the Graduate Program in Education (POSEDUC) at the State University of Rio Grande do Norte (UERN), is guided by the following research question: how do municipal Secretaries of Education in the Maciço de Baturité region, Ceará, interpret the PAIC Integral policy? The object of this study is the Integral Program for Learning at the Right Age (PAIC Integral) (2022–2025), as interpreted by municipal Secretaries of Education from the Ceará region of Maciço de Baturité, which is geographically composed of 13 municipalities. Grounded in the theoretical-methodological framework of Ball et al.'s (1994) policy cycle approach and the theory of policy enactment proposed by Ball, Maguire, and Braun (2016), the research seeks to answer the following question: How do Municipal Secretaries of Education from the Maciço de Baturité-CE region interpret the PAIC Integral policy? The general objective of the study is to investigate how the PAIC Integral has been developed in the Maciço de Baturité region between 2022 and 2025, based on the interpretations of Municipal Secretaries of Education. The specific objectives are: (1) to understand how secretaries interpret the policy within their local contexts, and (2) to analyze the adaptations made during its implementation. The research follows a qualitative, exploratory–explanatory design and includes fieldwork supported by bibliographic and documentary reviews. In line with the adopted methodological approach and in order to achieve the proposed objectives, data were produced with Municipal Secretaries of Education from the Maciço de Baturité-CE. Semi-structured interviews were conducted with those secretaries who voluntarily agreed to participate in the study after a formal invitation. The interview texts were properly adjusted to form a textual corpus for processing using the software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ). Lexical and categorical analyses were performed through word clouds, similarity analysis, and Descending Hierarchical Classification (CHD). The results indicate that the participating secretaries had three to six years of experience in municipal management. Their statements reflected a strong humanistic orientation, emphasizing “people” and their “municipality” as central to decision-making, which positioned them as active agents in the enactment of PAIC Integral. Their role was especially relevant in adapting the policy to local conditions, particularly in organizing the full-time school schedule, supporting teachers’ understanding of the program, and managing student meal provision—always aligned with the specific realities of each municipality. Therefore, this study points to a new perspective on the context of practice and, in part, on policy enactment theory, demonstrating that the effective implementation of the policy depends on a cooperative network focused on reducing educational challenges in the state of Ceará.

Keywords: Integral Program for Learning at the Right Age; Municipal Education Secretaries; Policy Cycle; Maciço de Baturité/CE.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CECOM	Célula de Cooperação com os Municípios
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CHD	Classificação Hierárquica Descendente
COPEM	Coordenadoria de Cooperação com os Municípios
CREDE	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
FRI	Ficha de Registro Individual
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IRAMUTEQ	<i>Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires</i>
NRCOM	Núcleo Regional de Cooperação com os Municípios
PAIC	Programa Aprendizagem na Idade Certa
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNAP	Programa Nacional de Formação em Administração Pública
PNE	Plano Nacional de Educação
POSEDUC	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRADIME	Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação
PRASEM	Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC-CE	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
SEMs	Secretarias Municipais de Educação

SPAECE-alfa	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – Alfabetização
SPAECE	Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PAIC INTEGRAL ENQUANTO POLÍTICA, AVALIAÇÃO E GESTÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	23
2.1 PAIC Integral: política pública de combate ao analfabetismo escolar infantil	23
2.2 O PAIC Integral com ênfase na avaliação e na gestão: uma revisão de literatura	26
2.2.1 Prêmio Escola Nota Dez no contexto do PAIC	30
2.2.2 Avaliação externa: um eixo estruturante do PAIC	33
2.2.3 Formação continuada no âmbito do PAIC.	36
2.2.4 Eixo de gestão do PAIC	40
2.3 O papel de secretários(as) municipais de Educação no âmbito do PAIC Integral	42
3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	46
3.1 Abordagens do ciclo de políticas e da teoria da atuação como perspectiva de análise do PAIC Integral	46
3.2 Tipo de estudo	53
3.3 Processo de construção dos dados da pesquisa	54
3.3.1 Sujeitos da pesquisa, técnicas e instrumentos de construção da pesquisa	53
3.3.2 Procedimentos de construção da pesquisa	56
3.4 Organização e análise dos dados para a construção da pesquisa	57
3.5 Aspectos éticos da investigação	58
4. PAIC INTEGRAL: A INTERPRETAÇÃO DE SECRETÁRIOS(AS) MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	60
4.1 Perfil de secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE	62
4.2 O contexto da prática e a teoria da atuação do PAIC Integral: como secretários(as) municipais interpretam a política	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES.....	98
Apêndice A – Instrumento de construção de dados (questionário + roteiro de entrevista)	99
Apêndice B – Carta-convite aos(às) secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE	101

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	103
ANEXOS	107
Anexo A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UERN).....	108

1 INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado faz parte da Linha de Pesquisa Políticas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no município de Mossoró-RN. O POSEDUC tem como área de concentração Processos Formativos em Contextos Locais, que visa a formar profissionais qualificados para atuarem em atividades de ensino e pesquisa no campo da educação.

Dentre as políticas públicas educacionais brasileiras, destacamos como foco desta investigação o Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC) Integral, criado no ano de 2007, no Estado do Ceará, sob a denominação de Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), que trazia em sua gênese a alfabetização de todas as crianças até os sete anos de idade.

Com o objetivo de atender às necessidades dos estudantes, o programa teve múltiplos fatores políticos, institucionais e sociais envolvidos, passando por diversas ampliações e reformulações, evoluindo para PAIC+ 5, que consolida não apenas a alfabetização, mas também garante a aprendizagem dos alunos até o 5º ano do Ensino Fundamental. Seguindo com os avanços, passou a ser denominado, em 2015, “Mais PAIC”, estendendo todas as suas ações até o 9º ano do Ensino Fundamental e, mais recentemente, no ano de 2022, desse tornou PAIC Integral. Ainda com o foco inicial da alfabetização de crianças do Ensino Fundamental para o desenvolvimento de aprendizagens, a proposta se ajustou para o período de tempo integral na escola, atendendo gradativamente os anos finais, iniciando pelo 9º ano (Sumiya; Araújo; Sano, 2017).

Como parte introdutória deste texto, será feita uma espécie de memorial, com a redação em primeira pessoa. Dessa forma, justifico, enquanto pesquisadora iniciante, o meu interesse pela temática do PAIC a partir das minhas vivências profissionais, inicialmente como professora recém-formada na Secretaria Municipal de Educação (SME) do município de Pacoti-CE, exercendo a função de supervisora de ensino. Na sequência, prestei concurso público para o cargo de professor, em que conquistei o primeiro lugar. Nesse ínterim, fui convidada a permanecer na SME, mas como professora de professores municipais que ainda não haviam concluído seu Ensino Médio.

Ainda na Secretaria de Educação de Pacoti-CE, atuei como diretora do departamento de ensino e secretária de educação, período em que não havia uma parceria explícita entre o Estado do Ceará e seus municípios, em especial, no processo de formação de gestores municipais. Posteriormente, após ser selecionada na primeira seleção integrada entre Estado e município, ocupei as funções de coordenadora pedagógica e diretora escolar, respectivamente, em uma escola da rede municipal. Vale destacar que sempre atuei no Ensino Fundamental como servidora pública efetiva do município de Pacoti-CE.

Na sequência, após a conclusão da minha graduação em Letras e especializações no ensino de língua portuguesa e suas literaturas e em gestão escolar, ambas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), ingressei, através do concurso público, na rede estadual de ensino como professora de língua portuguesa no Ensino Médio, na Escola Menezes Pimentel, local onde cursei todo o meu Ensino Fundamental em Pacoti-CE. Três anos mais tarde, após participar da primeira seleção pública para coordenadores de Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE), promovida pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), em 2007, e também pelo meu perfil de ex-secretária de Educação, fui convidada pela então coordenadora da CREDE 8 – Baturité-CE, uma das 20 regionais de educação do Estado cearense, para assumir a função de gerente regional do Programa Alfabetização na Idade Certa, política pública recém-implementada, naquele contexto, no Estado.

Em 2018, fui nomeada orientadora da Célula de Cooperação com os Municípios (CECOM), da CREDE 8 – Baturité-CE. Dentre as várias funções que desempenho, desde então, atuo (até a finalização desta pesquisa) como mediadora, facilitadora e articuladora na execução de políticas educacionais, tais como a do PAIC Integral, bem como na promoção de boas práticas de gestão educacional nos municípios da região, fortalecendo sobretudo, o regime de cooperação entre o ente estadual e os 13 municípios que compõem a abrangência do Maciço de Baturité. Logo, mantenho contato cotidiano próximo e direto com os(as) secretários(as) municipais de Educação da referida região.

Esse período formativo e profissional imprimiu marcas pessoais, acadêmicas e profissionais relevantes para a escolha do objeto da presente dissertação, cuja parceria entre os entes federados, como Estado e municípios, se intensifica,

impulsionando as gestões municipais na busca pela aprendizagem dos alunos das escolas públicas cearenses.

Em conformidade com Souza (1998), existem possibilidades diversas de avaliação de uma política pública apresentadas, como análise da política, análise da implementação da política e avaliação de programas. Esses tipos de avaliação buscam, basicamente, verificar se os objetivos da política pública foram atingidos, bem como se será necessário seu redesenho, sua reformulação, seu aprimoramento e/ou mudanças estratégicas para a utilização de recursos financeiros necessários à sua efetividade.

Para Bowe, Ball e Gold (1994), entretanto, as políticas podem ser caracterizadas como processos. Nessa perspectiva, uma política educacional se configura como um ciclo contínuo. Os autores defendem, dessa forma, uma compreensão robusta, complexa, não tradicional e não linear de como essas políticas são formuladas, implantadas e reinterpretadas em diferentes contextos.

Para efeito deste estudo, consideramos produtivo ainda o fato de que, na perspectiva de Bowe, Ball e Gold (1994) e de Ball (2001), para se compreender uma política educacional é preciso muito mais do que métricas e processos avaliativos pré-definidos focados restritamente em resultados quantitativos. Para esses autores, essa avaliação requer, necessariamente, uma análise dos impactos social e cultural dessa política nos contextos locais em que ocorrem, bem como, considerando-se os cenários finalísticos aos quais se destinam, no caso de políticas educacionais, nas escolas.

Vale destacar que, nesta investigação, definimos as secretarias municipais de Educação da região do Maciço de Baturité-CE, como lócus desta pesquisa. Nesse ínterim, destacamos que secretários(as) municipais de Educação são personagens que assumem protagonismo no contexto da execução e da gestão do PAIC Integral nos municípios cearenses. Compreendemos que sua atuação é importante para a viabilização dessa política educacional no contexto local, o que inclui, dentre outras atribuições, a realização da formação de professores e a disponibilização das equipes técnicas para o desenvolvimento das atividades relacionadas ao referido programa, bem como o fornecimento de apoio logístico para o transporte escolar, para a infraestrutura das escolas e todo o material necessário para o desenvolvimento dessas atividades.

Entendemos, conforme apontado por Macedo e Araújo (2009), a importância das secretarias municipais e estaduais de Educação como espaços de formulação e implementação de políticas educacionais. Nesse sentido, e no contexto de nosso estudo, compreendemos, portanto, que secretários(as) municipais de Educação não devem ser encarados como meros burocratas, mas sim, como atores partícipes ativos da arena da prática de execução e consolidação de políticas educacionais, como é o caso do PAIC Integral nos municípios sob sua gestão.

No que se refere às investigações científicas que se debruçam sobre análises do trabalho desempenhado nas instâncias das secretarias de Educação, Macedo e Araújo (2009) destacam que há lacunas de conhecimentos sobre isso, que, por sua vez, parecem gerar certa rejeição a essas instâncias, comumente encaradas tão somente como aparatos ineficientes. Contudo, a burocracia nesses locais pode ser compreendida como uma complexa e rica arena de disputas, onde se equilibram diversos interesses políticos, técnicos e pedagógicos, influenciando significativamente as práticas administrativas e a execução de programas escolares e políticas educacionais (Macedo; Araújo, 2009).

Apostamos nessa ideia defendida pelas autoras supracitadas, visto que consideramos secretários municipais de Educação atores (não somente) desta investigação, bem como protagonistas das múltiplas disputas inerentes ao processo de aplicação/execução do PAIC Integral no Estado do Ceará. Esses atores sociais se configuram, portanto, sob a perspectiva do contexto da prática, da abordagem do ciclo de políticas de Bowe, Ball e Gold (1994), como personagens importantes no que se refere às interpretações, recontextualizações e aplicação do PAIC Integral em terreno prático, sob as condições inerentes às heterogêneas realidades locais municipais (Ball, 2001; Bowe; Ball; Gold, 1994).

Nesse sentido, presumimos que é indiscutível a relevância da compreensão do PAIC Integral que considere a perspectiva desses atores. Destacamos a região do Maciço de Baturité-CE¹ como contexto local desta investigação e consideramos a atuação de secretários(as) de Educação dos municípios que compõem aquela

¹ Constituído por 13 municípios, o Maciço de Baturité que apresenta área de 3750,1km², representando 2,6% do território cearense, situado ao norte do Estado e distante 100km da capital Fortaleza, é uma das 14 regiões administrativas do Ceará. Essas regiões foram estabelecidas para melhorar o planejamento e a execução das políticas públicas, adaptadas às especificidades e ao desenvolvimento de cada região. Denomina-se maciço devido à sua formação geológica, apresentando uma área de terreno elevado e relativamente maciça, composto por um bloco de montanhas. Essas características geológicas, por sua vez, influenciam o clima, a vegetação e a economia da região.

região. Diante disso, questionamos: como secretários(as) municipais de Educação dessa região interpretam a política do PAIC Integral?

Na presente investigação, definimos como objetivo geral investigar como se dá o desenvolvimento do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité-CE sob a interpretação de secretários(as) municipais de Educação, com recorte temporal de 2022 a 2025. Os objetivos específicos definidos são: 1) compreender como secretários(as) municipais de Educação da região do Maciço de Baturité-CE interpretam o PAIC Integral em seus respectivos municípios; 2) analisar adaptações feitas na execução do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité-CE, sob a interpretação de secretários(as) municipais de educação.

Compreendemos que experiências, opiniões, vivências, desafios e demais situações particulares enfrentadas por esses atores sociais na execução do PAIC Integral em seus municípios trazem consigo a possibilidade de uma compreensão mais aprofundada acerca dessa política educacional. Essa compreensão, por sua vez, é importante sob o aspecto da execução da política em curso.

Ademais, conhecer a interpretação de secretários(as) municipais de Educação acerca do PAIC Integral vai ao encontro dos estudos de Bowe, Ball, Gold (1994) e de Ball (2001), explicados por Mainardes (2018), que indicam que a análise de políticas requer a busca de novos princípios explicativos, perspectivas distintas, vislumbre de práticas cotidianas e valorização do pluralismo e da articulação entre os macro e os microcontextos.

No âmbito do PAIC Integral, essa perspectiva de investigação parece romper com o comum, expandindo-se para além da proposta avaliativa das métricas de resultados, inerentes a uma visão estadocêntrica hegemônica, o que é refutado por Ball e colaboradores (1994) em sua abordagem analítica, a qual defende que políticas são processos multifacetados, complexos e dialéticos (Mainardes, 2006; Ball, 2001; Bowe; Ball; Gold, 1994).

Bravo, Ribeiro e Cruz (2021), em um estudo de revisão da literatura acerca do PAIC integral, verificaram que apesar de ser amplamente estudado nas literaturas nacional e internacional desde o ano de 2007, quando foi instituído, as investigações acadêmicas acerca do PAIC, em geral, são focadas ou em sua formulação ou na avaliação dos resultados relativos à aprendizagem dos alunos. Frente a isso, essas autoras enfatizam a importância de novas propostas de pesquisas que se proponham a investigar e discutir a instituição do PAIC como agenda pública, bem

como sua efetivação como política educacional, fato que indica potencial produtivo de nossa investigação.

Partimos do princípio de que secretários(as) municipais de Educação podem apresentar valiosas contribuições concernentes à viabilização da efetivação do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité-CE, considerando-se a complexidade inerente à interpretação dessa política em um ciclo contínuo, complexo e não linear, em conformidade com a proposta de Bowe, Ball e Gold (1994). Para além disso, acreditamos ainda que as contribuições desses atores, destacadas nesta investigação, podem resultar na proposição de novas estratégias eficazes para a concretização dos objetivos do PAIC Integral nessa região, favorecendo sua execução, bem como aumentando seus impactos social e cultural, através da promoção de educação de qualidade e, conseqüentemente, colaborando para o desenvolvimento sustentável e a equidade educacional nos municípios integrantes do Maciço de Baturité-CE.

Com base em buscas de pesquisas acadêmico-científicas sobre o PAIC Integral, conforme apresentamos a seguir no capítulo 2, destacamos que não temos conhecimento, até o momento, de outras investigações acadêmicas nos repositórios buscados destinadas à compreensão do PAIC Integral sob a interpretação de secretários(as) municipais de educação.

Realizamos as buscas por meio de palavras-chave (Programa Aprendizagem na Idade Certa; PAIC; PAIC Integral; secretários de educação; secretários municipais de educação), nos meses de outubro a dezembro de 2024, na biblioteca virtual *Scielo (Scientific Eletronic Library Online)* e na base de dados eletrônica Edubase. Não identificamos, nessas plataformas, qualquer publicação científica sobre o PAIC Integral que tivesse como sujeitos de pesquisa secretários municipais de Educação. Entendemos, dessa forma, que isso reforça a relevância de nossa investigação.

Gostaríamos ainda de mencionar que também realizamos buscas, nos meses de novembro e dezembro de 2024, no *site* do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da UERN. As buscas foram referentes às dissertações já produzidas pelos discentes egressos das turmas do POSEDUC, considerando-se o período entre os anos 2011 e 2021, conforme disponibilizado no *site*. Nesse processo, analisamos os títulos das dissertações de mestrado desse período, bem como os resumos de alguns desses títulos, e não identificamos qualquer trabalho que se propôs a investigar secretários municipais de Educação como sujeitos de

pesquisa. Ademais, também não encontramos dissertações de egressos do referido programa cujos objetivos incluíssem investigar o PAIC Integral como política pública educacional.

Nesse sentido, compreendemos que nossa pesquisa, para além de ser pioneira no âmbito do POSEDUC/UERN, é válida e oportuna no que se refere ao domínio das políticas e da gestão da educação, pois descortina novos conhecimentos e informações oriundos das experiências, vivências e interpretações de secretários(as) municipais de Educação da região cearense do Maciço de Baturité-CE. Acreditamos que esses atores sociais, enquanto sujeitos de pesquisa ativamente partícipes nos processos de gestão e, conseqüentemente, na execução propriamente dita, em campo prático, dessa política educacional (PAIC Integral), têm muito a contribuir, com suas falas e discursos, para novas visões, perspectivas e reflexões sobre adaptações e readaptações da política em questão nos cenários municipais sob sua gestão.

Ressaltamos ainda o fato de que nossa investigação é também coerente com a área de concentração do POSEDUC/UERN: “Processos formativos em contextos locais”. Entendemos, pois, que ao investigarmos peculiaridades atinentes à interpretação de secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE acerca da execução do PAIC Integral em seus respectivos municípios, podemos compreender particularidades inerentes às práticas sociais cotidianas desses sujeitos relativas à execução dessa política educacional nos contextos locais sob sua gestão. Citamos ainda a indiscutível necessidade de políticas públicas adaptadas às realidades locais.

Em conformidade com Bourdin (2001), defendemos ainda que não nos é possível dar ao objeto local um contorno territorial preciso, visto que o contexto local é uma construção social, que inclui todas as variadas e múltiplas interações sociais e culturais que o permeiam. Nesse sentido, podemos compreender que, ao pesquisarmos uma política educacional específica na região cearense do Maciço de Baturité-CE, integrada por 13 diferentes municípios e sob a interpretação gestora de secretários(as) municipais de Educação, podemos alcançar resultados que poderão colaborar para o aprimoramento dessa política de forma regionalizada, mas também simultânea, e conseqüentemente, contribuir para a melhoria da qualidade da educação em nosso país, para além do cenário regional, uma vez que o contexto local vai muito além do campo geográfico.

Além disso, trazemos aqui a reflexão acerca do fato de que, enquanto política educacional de impacto social, o PAIC Integral, como atualmente se configura, nasceu, originalmente, da questão local sobre o problema histórico do analfabetismo de crianças em idade escolar na região cearense e vem se remodelando, ao longo dos anos, desde o seu surgimento, para se adequar às dinâmicas e mutáveis realidades locais. Dessa forma, destacamos a importância de novas propostas investigativas que lancem luz sobre esse programa, sob diferentes visões e perspectivas envolvidas nessa política pública educacional, tais como a nossa proposta.

Ainda sobre nossa proposta, subentende-se a relevância de que os(as) secretários(as) de Educação mencionados interpretem essa política, pois, a partir de sua interpretação como gestores, responsáveis por grande parte da implantação e gestão da execução do PAIC Integral naquela região, poderão compartilhar suas vivências cotidianas e enumerar desafios relevantes para uma efetiva compreensão dessa política educacional, no contexto da prática, e considerando-se o cenário local dos municípios.

Reiteramos que o contexto regional também tem destaque na justificativa de nossa investigação, uma vez que o Maciço de Baturité-CE, como qualquer outra região, pode apresentar desafios educacionais específicos que dialogam ou divergem de maneira expressiva de outras áreas estaduais e nacionais. Essas peculiaridades e aproximações podem incluir questões socioeconômicas, culturais e geográficas que potencialmente impactam diretamente o sistema educacional local.

Portanto, entendemos que investigar como se dá o desenvolvimento do PAIC Integral nessa região, bem como compreender como os(as) secretários(as) municipais de Educação o interpretam, e identificar quais adaptações realizam em sua execução, pode fornecer dados qualitativos valiosos para o desenvolvimento regional, bem como para uma educação escolar mais alinhada às necessidades locais e que considere a complexidade e a não linearidade inerentes ao contexto da prática do ciclo dessa política (Bowe; Ball; Gold, 1994).

Nesse sentido, após este capítulo introdutório apresentamos a seguinte estrutura desta dissertação: no segundo capítulo, apresentamos a revisão de literatura. Na seção 2.1, apresentamos o PAIC Integral como política pública de combate ao analfabetismo escolar infantil. Abordamos ainda a trajetória histórica do

PAIC, bem como suas diretrizes e os ajustes/adaptações ocorridas ao longo dos anos.

Na seção 2.2, apresentamos uma revisão de literatura realizada a partir de consultas ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SCIELO e EDUBASE. Essa revisão bibliográfica objetivou identificar o que dizem as publicações científicas, no cenário nacional, acerca do PAIC Integral, com ênfase em sua avaliação e gestão.

Na seção 2.3, discutimos o papel de secretários(as) municipais de Educação no âmbito do PAIC Integral. Abordamos quais são suas principais ações, assim como discutimos a relevância desses atores sociais frente à efetiva execução dessa política educacional.

No terceiro capítulo, apresentamos o percurso metodológico da pesquisa. Destacamos, entre outros aspectos, o referencial teórico metodológico da pesquisa (abordagem do ciclo de políticas de Ball e colaboradores (1994)), bem como o tipo de estudo, os procedimentos de construção de dados, a organização e a análise dos dados coletados, assim como os aspectos éticos adotados em nossa investigação.

No quarto capítulo, apresentamos a análise dos dados construídos no percurso da pesquisa empírica, que consiste em entender como os sujeitos interpretam a política do PAIC Integral. Esse capítulo está organizado em duas (2) seções, que apresentam, respectivamente, o perfil de secretários(as) de Educação do Maciço de Baturité-CE, no que se refere aos seus dados demográficos, formação acadêmica e experiência profissional, e o contexto da prática do PAIC Integral: como secretários(as) municipais de Educação interpretam a política.

Por fim, no quinto capítulo, apresentamos as considerações finais da pesquisa, em que mostramos as contribuições do presente estudo frente ao contexto da prática de Ball e colaboradores (1994), oferecendo subsídios para reflexões sobre o PAIC Integral. É importante salientar que mesmo sendo as considerações finais, há uma provisoriedade inerente a qualquer pesquisa que apresente esse cunho político social.

2 PAIC INTEGRAL ENQUANTO POLÍTICA, AVALIAÇÃO E GESTÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, apresentamos dados de uma revisão da literatura, a qual contextualiza os assuntos relativos ao nosso problema de pesquisa. Discorreremos, dessa forma, sobre o PAIC Integral como política pública de combate ao analfabetismo escolar infantil; o PAIC Integral, com ênfase em sua avaliação e gestão, sob a forma de um artigo de revisão previamente realizado pela pesquisadora, incluindo-se aí também as nossas considerações quanto à análise das publicações integrantes da amostra da revisão bibliográfica que realizamos e, por fim, discutimos o papel dos(as) secretários(as) municipais de Educação no âmbito do PAIC Integral.

2.1 PAIC Integral: política pública de combate ao analfabetismo escolar infantil

Nesta seção, explanamos a trajetória histórica do PAIC Integral, discorrendo sobre sua criação, diretrizes, bem como ajustes e mudanças ocorridas ao longo dos anos no programa enquanto política pública educacional.

Para isso, utilizamos como base os seguintes documentos oficiais: 1) a Lei Estadual nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007 (Ceará, 2017), que institui o Programa Alfabetização na Idade Certa, estabelecendo cooperação técnica e financeira entre o Estado e os municípios para melhorar os resultados de aprendizagem; 2) a Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022 (Ceará, 2022), que amplia o Programa Aprendizagem na Idade Certa, visando à universalização do Ensino Fundamental em tempo integral na rede pública de ensino dos municípios cearenses; 3) o Decreto nº 35.430, de 15 de maio de 2023 (Ceará, 2023), que regulamenta a Lei Complementar nº 297/2022, detalhando as diretrizes para a implementação do PAIC Integral).

Ademais, nossa pesquisa tem como base publicações e informações sobre o PAIC divulgadas em *sites* do Governo do Estado do Ceará, assim como em artigos científicos e em trabalhos acadêmicos que abordam essa política educacional cearense.

Com base nesses dispositivos de pesquisa, destacamos que, no ano de 2004, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará instituiu o Comitê Cearense para a

Eliminação do Analfabetismo Escolar (Ceará, 2013). Esse comitê foi responsável por um amplo levantamento sobre essa temática, o qual verificou uma preocupante situação de baixo desempenho de aprendizagem dos alunos do sistema público de ensino estadual. Dentre outros resultados, esse levantamento apontou, por exemplo, que somente cerca de 40% dos alunos eram realmente alfabetizados; que a maior parte dos professores alfabetizadores não tinha metodologia para o ensino e que inexistia qualquer política municipal de monitoramento da qualidade da educação oferecida (Ceará, 2013).

No ano seguinte, em 2005, foi criado o Programa Alfabetização na Idade Certa, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), prosseguindo-se assim o trabalho desempenhado pelo Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar (Ceará, 2013). Dois anos mais tarde, em 2007, o PAIC se oficializa como uma política educacional cearense, através da Lei Estadual nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007 (Ceará, 2007, p. 1).

Art. 2º O Programa Alfabetização na Idade Certa – PAIC, tem por finalidade o estabelecimento de condições necessárias, para que todos os alunos cearenses cheguem ao 5º ano do ensino fundamental sem distorção de idade, série e com o domínio das competências de leitura, escrita e cálculo adequados à sua idade e ao seu nível de escolarização.

Essa lei definiu ainda que o PAIC seria estruturado em cinco eixos, a saber: Educação Infantil; Gestão da Educação Municipal – Alfabetização; Formação do Leitor e Avaliação Externa de Aprendizagem. Também consideramos relevante mencionar o fato de que, desde o seu nascimento como política educacional, ocorrido em 2007, os municípios são protagonistas na existência do PAIC, cabendo ao ente estadual, em cumprimento ao regime de colaboração, “[...] prestar cooperação técnica e financeira aos municípios cearenses, com vistas à melhoria dos resultados de aprendizagem” (Ceará, 2007, p. 1).

Nesse sentido, desde o ano de 2007, todos os municípios cearenses passaram a ter apoio técnico e financeiro para a gestão municipal, avaliação, formação de professores, aquisição de material didático e de apoio pedagógico, com vistas à execução das ações e de estratégias para efetivação do PAIC. Além disso, desde a sua criação, o programa tem apresentado resultados expressivos relativos à aprendizagem escolar infantil nos diversos municípios cearenses (Ceará, 2013).

No ano de 2011, visando a melhorar ainda mais os resultados de aprendizagem do Ensino Fundamental, a Secretaria Estadual de Educação ampliou as ações do PAIC até o 5º ano, culminando assim na mudança na denominação dessa Política para Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC+5).

É importante mencionarmos também que no ano de 2015 a referida política passou a ser denominada de Mais PAIC ou PAIC + 9, que por força da Lei nº 15.921, de 15 de dezembro de 2015 (Ceará, 2015), alterou a redação do artigo 2º da Lei nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007 (Ceará, 2007), que instituiu o PAIC. Esse artigo passou a ser redigido da seguinte maneira:

Art. 2º O Programa Aprendizagem na Idade Certa – PAIC, tem por finalidade o estabelecimento de condições necessárias, para que todos os alunos cearenses cheguem ao 9º ano do ensino fundamental sem distorção idade-série e com domínio das competências de leitura, escrita, cálculo e ciências adequadas à sua idade e ao seu nível de escolarização (Ceará, 2015, p. 1).

Posteriormente a isso, mais especificamente no ano de 2022, a então governadora do Estado do Ceará, Izolda Cela², promulgou uma lei complementar que expandiu o Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais PAIC) para o PAIC Integral. Após esse evento, o PAIC passou a implementar, de maneira gradual, a jornada escolar integral nas instituições de ensino da rede municipal, a partir do 9º ano do Ensino Fundamental. Além disso, esse programa busca promover a equidade educacional, melhorar a qualidade do ensino e aprimorar a colaboração entre o governo estadual e os municípios, de forma cooperativa, técnica, pedagógica e financeira (Ceará, 2024).

De acordo com o documento definidor dos eixos de implementação do PAIC Integral para a consecução dos objetivos delineados para o programa, foram estabelecidos os seguintes eixos ou pilares estruturantes: eixo de Gestão e Formação de Gestores do Ensino Fundamental, eixo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, eixo dos Anos Finais do Ensino Fundamental, eixo de Literatura e Formação do Leitor, eixo da Educação Infantil e o eixo da Avaliação Externa (Ceará, 2024).

O eixo implementado na nova versão do PAIC Integral é o dos anos finais do Ensino Fundamental, o qual é direcionado para os estudantes do 6º ao 9º ano, e tem

² Primeira Governadora do Estado do Ceará entre os anos de 2022 e 2023.

como foco primordial fortalecer a aprendizagem nas áreas de língua portuguesa, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e literatura, além do desenvolvimento das competências socioemocionais. A proposta pedagógica visa a desenvolver competências e habilidades essenciais que preparem os alunos para os desafios subsequentes do Ensino Médio (Ceará, 2024).

Conforme o documento orientador para escolas de tempo integral das redes municipais do Estado do Ceará (Ceará, 2023), figuram entre as ações estratégicas para efetivação do PAIC Integral a promoção da equidade e a melhoria da qualidade educacional, alinhando-se às suas diretrizes. As ações propostas para isso abrangem a repactuação de acordos de cooperação com prefeitos e secretários municipais, o desenvolvimento de um regime de colaboração entre as escolas e a promoção de uma cultura de autoavaliação das iniciativas estaduais (Ceará, 2023).

2.2 O PAIC Integral com ênfase na avaliação e na gestão: uma revisão de literatura

A fim de aprofundar os conhecimentos acerca do PAIC Integral, fizemos uma revisão bibliográfica da literatura nacional, a qual apresentamos nesta seção. Com ênfase na gestão e na avaliação do PAIC, objetivamos identificar o que dizem as publicações científicas, no cenário nacional, acerca da política em questão.

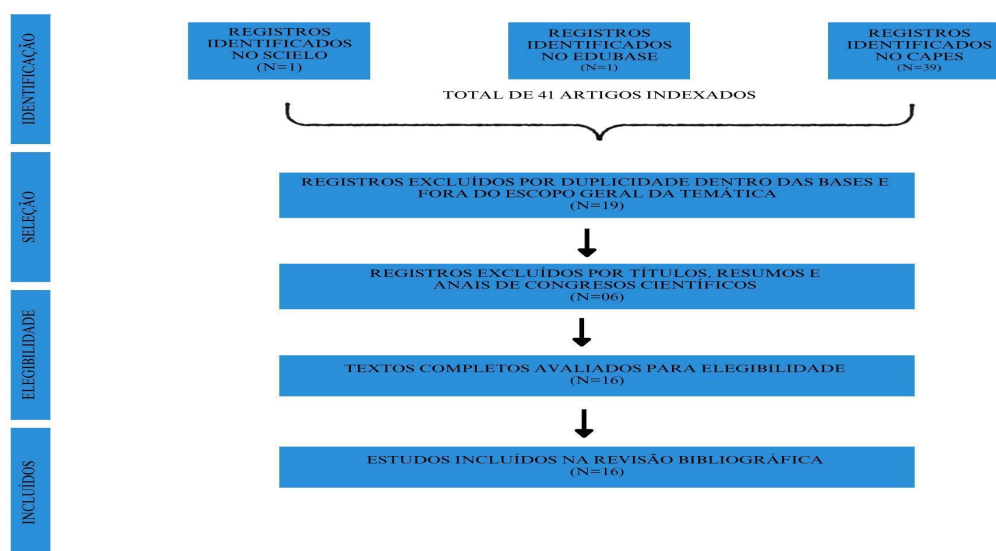
Para Gil (2020), a revisão de literatura é um recurso metodológico que produz conhecimento sobre um tema e reduz riscos de duplicação de estudos. O levantamento de dados ocorreu no mês de abril de 2024, nas seguintes plataformas: Portal de Periódicos da CAPES, SCIELO e EDUBASE.

Durante o levantamento, foram investigados artigos científicos que abordassem o tema central “PAIC”, bem como sua avaliação e gestão, utilizando-se as palavras-chave: PAIC, gestão e avaliação, combinadas pelo operador booleano “and”: PAIC *and* gestão *and* avaliação; PAIC *and* gestão; PAIC *and* avaliação. Foram incluídos na amostra da revisão os artigos científicos publicados em português, disponibilizados gratuitamente e na íntegra, sem delimitação temporal e que abordassem a política pública PAIC.

Foram excluídos os textos publicados em idiomas estrangeiros, os textos publicados em anais de eventos científicos, editoriais, teses e dissertações. A Figura

1 a seguir apresenta o fluxograma de seleção das publicações incluídas na amostra da revisão de literatura empreendida.

Figura 1 – Fluxograma de seleção dos artigos integrantes da amostra da revisão



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os títulos e os resumos das publicações inicialmente identificadas foram lidos e analisados. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, selecionamos 16 artigos científicos, que constituíram a amostra final desta revisão. Os artigos selecionados foram lidos na íntegra e as informações coletadas dos textos foram organizadas em planilhas do *Microsoft Office Excel* e em quadros do *Microsoft Office Word* 2010.

Os elementos analisados nas publicações selecionadas para a revisão bibliográfica foram: o que abordavam/qual o conteúdo explanado sobre o PAIC e/ou sobre a gestão do PAIC; ano de publicação; autores; objetivos do estudo; métodos do estudo e conclusões do estudo.

No que se refere à apresentação dos resultados obtidos, optamos por apresentar os achados em quatro categorias distintas, por aproximação das discussões então levantadas pelos artigos. As categorias são: prêmio escola nota dez no contexto do PAIC; avaliação externa: um eixo estruturante do PAIC; formação continuada no âmbito do PAIC e eixo de gestão do PAIC.

O Quadro 1 a seguir apresenta a caracterização dessas publicações, no que se refere aos títulos, nome(s) do(as) autor(es/as), ano de publicação e nomes das bases de dados pesquisadas.

Quadro 1 – Caracterização dos artigos científicos integrantes da revisão bibliográfica sobre o PAIC, com ênfase em sua gestão e avaliação

Título	Autores (ano)	Base de dados
O eixo de gestão do programa mais PAIC e a formação pedagógica: análise de satisfação centrada na avaliação do consumidor	Costa, Moura, Carneiro, <i>et al.</i> (2023)	CAPES
A formação de professores alfabetizadores na escola pública: uma análise crítica	De Brito e Silva (2022)	CAPES
Notas para a reconstrução da noção de equidade subjacente ao desenho do PAIC	Muylaert, Bonamino e Mota (2022)	CAPES / SCIELO
O Prêmio Escola Nota Dez (PENDEZ) – um instrumento de combate às desigualdades educacionais na alfabetização infantil	Mota e Mota (2021)	CAPES
O Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC) segundo artigos acadêmicos brasileiros	Bravo, Ribeiro e Cruz (2021)	CAPES
Prêmio Escola Nota Dez no Estado do Ceará: concessão, ajustes e responsabilização	Costa e Vidal (2021)	CAPES
O PAIC e a equidade nas escolas de Ensino Fundamental cearenses	Kasmirski, Gusmão e Ribeiro (2021)	CAPES
Regime de colaboração e educação no Ceará: o PAIC no fomento a uma nova cultura de gestão municipal	Costa e Ramos (2020)	CAPES
Estratégias de gestão da educação e equidade: o caso do programa aprendizagem na idade certa (Mais PAIC)	Cruz, Farah e Ribeiro (2020)	CAPES / EDUBAS E
Formação docente no contexto da política de avaliação externa: narrativas de professores do 2º ano do Ensino Fundamental	Oliveira, Falcão e Menezes (2020)	CAPES
Gestão da formação continuada de professores do Programa Alfabetização na Idade Certa: caminhos e possibilidades	Da Silva (2018)	CAPES
Avaliação institucional e da aprendizagem na escola de Ensino Infantil e Fundamental Joaquim Caboclo	Dias e Oliveira (2016)	CAPES
O programa de alfabetização do Estado do Ceará que inspirou o Pacto Nacional pela	Costa (2016)	CAPES

Título	Autores (ano)	Base de dados
Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o seu ideário político de avaliação externa		
Reflexões sobre os desafios da gestão municipal das ações de formação continuada de professores do PAIC	Da Silva (2015)	CAPES
Programa Alfabetização na Idade Certa: concepções, primeiros resultados e perspectivas	Marques, Aguiar e Campos (2009)	CAPES
PAIC: o pioneirismo no processo de avaliação municipal com autonomia	Marques, Ribeiro e Ciasca (2008)	CAPES

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Em relação ao ano de publicação, verificamos que os artigos científicos da amostra eram dos anos de 2008 a 2023 (últimos 15 anos) e que a maioria (10 artigos) foi publicada nos últimos quatro anos (de 2020 a 2023). Isso indica que é crescente, nos últimos anos, o interesse científico nacional acerca do PAIC e de sua avaliação como política pública. Ademais, foi possível identificar que, desde sua implantação inicial, em 2007, ainda com a antiga denominação de Programa de Alfabetização na Idade Certa, o programa tem sido tema constante de publicações científicas, corroborando sua relevância no contexto das políticas públicas educacionais brasileiras.

No que se refere ao método/tipo de estudo, observamos que os 16 artigos científicos da amostra são estudos qualitativos, do tipo revisão bibliográfica e/ou revisão documental. Os métodos dos estudos têm relação com seus objetivos principais, que, no caso da maioria das publicações, estava voltada a analisar, avaliar e/ou compreender diversificados aspectos relativos ao PAIC.

O PAIC é uma política pública de educação amplamente pesquisada, tanto na esfera nacional quanto na internacional, que almeja solidificar a aprendizagem dos alunos na idade certa. Com base nos artigos analisados nesta revisão, foi possível perceber que, apesar de haver passado vários anos desde sua formulação, ter passado por muitas reestruturações e de ser uma política abrangente, os estudos acadêmicos sobre o PAIC estão mais centrados em apenas quatro categorias.

A seguir, apresentamos os resultados e a discussão da revisão bibliográfica realizada, considerando-se as quatro categorias em que as publicações analisadas

foram organizadas. Tais categorias são relativas aos conteúdos sobre o PAIC e sua gestão abordados nas publicações, como: prêmio escola nota dez no contexto do PAIC; avaliação externa: um eixo estruturante do PAIC; formação continuada no âmbito do PAIC e eixo de gestão do PAIC.

2.2.1 Prêmio Escola Nota Dez no contexto do PAIC

No que se refere à categoria Prêmio escola nota dez no contexto do PAIC, verificamos que três artigos científicos da amostra da revisão abordavam especificamente o Prêmio Escola Nota Dez (Costa; Vidal, 2021; Mota; Mota, 2021; Muylaert; Bonamino; Mota, 2022). Considerando-se o fato de que se trata de uma política específica de incentivos no âmbito do PAIC, optamos por discutir os achados desses artigos relativos ao referido prêmio em uma categoria específica na presente revisão de literatura.

Mota e Mota (2021) destacam que o Prêmio Escola Nota Dez constitui uma iniciativa concebida para orientar a ação pública com as instituições de ensino no contexto da efetivação do PAIC, cuja premiação se destina às escolas que apresentam os melhores resultados educacionais, além de, adicionalmente, apoiar com incentivos financeiros e pedagógicos as escolas com os resultados menos expressivos na avaliação externa, a fim de induzir a conquista de melhores resultados nas avaliações posteriores.

Para Muylaert, Bonamino e Mota (2022), o Prêmio Escola Nota Dez incorpora em sua formulação e em sua implementação relevantes elementos meritocráticos e equitativos, os quais configuram aspectos de diferenciação do PAIC em relação a outras políticas educacionais brasileiras. Ao procederem uma análise à luz do conceito de equidade de Raws e Dubet, as autoras defendem que, por meio do prêmio em questão, o PAIC consegue promover qualidade e equidade, uma vez que leva os estudantes que constituem seu público-alvo a alcançarem resultados satisfatórios, agregando ainda em sua execução a ideia de justiça redistributiva (Muylaert; Bonamino; Mota, 2022).

Nesse sentido, as autoras supracitadas afirmam que a concepção e a implementação do Prêmio Escola Nota Dez, com os resultados obtidos pelo PAIC, indicam que é possível formular e efetivar políticas de incentivos educacionais, no contexto brasileiro, que ultrapassam a perspectiva da meritocracia, impulsionando

também aspectos mais complexos do conceito de justiça, incluindo a ideia de equidade. Isso, portanto, torna notório o quanto o prêmio em questão se alinha ao impacto do PAIC na redução das desigualdades educacionais (Muylaert; Bonamino; Mota, 2022).

Sobre isso, Mota e Mota (2021) mencionam que o Prêmio Escola Nota Dez, em seu conteúdo, busca justamente reduzir as desigualdades. Nesse sentido, o estabelecimento da parceria e colaboração entre as escolas parceiras é um aspecto crucial, uma vez que mobiliza os agentes escolares em relação à troca de conhecimentos e experiências, o que, consequentemente, influencia positivamente o alcance de bons resultados. Ao investigarem e compararem dados de avaliações educacionais nacionais e cearenses, os autores supracitados verificaram que as taxas de rendimento escolar e as avaliações externas indicaram resultados amplamente satisfatórios e superiores no cenário do Estado do Ceará em comparação com as médias regional e nacional.

Para os autores, essa melhoria de resultados educacionais no âmbito do Estado cearense, indiscutivelmente satisfatórios, pode ser explicada pelas ações de implementação do Prêmio Escola Nota Dez e do próprio PAIC como políticas educacionais. Eles enfatizam ainda a questão da promoção de investimentos advindos dessas iniciativas políticas para o fomento da frequência escolar dos estudantes (Mota; Mota, 2021).

Os autores ressaltam também que, a partir dos resultados de estudos documentais, entrevistas com os diversos atores envolvidos na efetivação do Prêmio Escola Nota Dez, bem como de observações diretas realizadas nas escolas partícipes da referida pesquisa, foi possível constatar que as normas do prêmio e do PAIC influenciam positivamente a ação e o direcionamento da atuação dos agentes implementadores envolvidos nessas políticas educacionais. Essas normativas parecem incentivar os agentes educacionais no que se refere à tomada de decisão e ao acompanhamento das ações planejadas para o alcance de bons resultados (Mota; Mota, 2021).

Contrariamente aos resultados apontados por Mota e Mota (2021), no que se refere ao aspecto meritocrático de justiça na concepção e implementação do Prêmio Escola Nota Dez, Costa e Vidal (2021) questionam a meritocracia como potencial promotor do aumento da iniquidade entre as escolas participantes. Em seu estudo, que objetivou investigar o Prêmio Escola Nota Dez como política de *accountability*

no Estado do Ceará, eles afirmam existir controvérsias relativas a essa política, a exemplo de características excludentes das normas de concessão do prêmio. Costa e Vidal (2021) apontam que o critério de um número mínimo de alunos para que as escolas concorram ao prêmio costuma excluir uma parcela expressiva dessas instituições de ensino. Citam ainda que somente uma média de 42% das escolas que ofertavam o 2º ano do Ensino Fundamental no Estado cearense estavam aptas a participar da iniciativa no período entre 2008 e 2018 (Costa; Vidal, 2021).

Assim, para Costa e Vidal (2021), o Prêmio Escola Nota Dez não permite a livre concorrência entre as escolas, pois seus critérios de participação tornam inaptas muitas instituições que ofertam ensino ao público-alvo. Ainda nessa perspectiva, os autores mencionam a existência de indícios de um “reordenamento” das redes municipais, caracterizado por uma redução de 45,2% do número de escolas ofertantes do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como por uma queda de 13% no número de escolas com mais de 20 alunos avaliadas, considerando-se o período de 2008 a 2018. Esse reordenamento estaria associado à redução de matrículas no 2º ano do Ensino Fundamental, no mesmo período (com queda geral de 36,4%; e nas localidades rurais, de 46%) (Costa; Vidal, 2021).

Frente a essa realidade, os autores enfatizam que é necessário investigar mais profundamente a relação entre esse reordenamento municipal educacional e a instituição do Prêmio Escola Nota Dez, a implementação do PAIC e as orientações do governo estadual. Pois, para eles, aprofundar essa questão é indispensável à avaliação do impacto dessas mudanças municipais e do funcionamento do prêmio como política de *accountability* no cenário educacional cearense (Costa; Vidal, 2021).

Costa e Vidal (2021) alertam ainda para o fato de que é necessário revisar as normas e os procedimentos orientadores do Prêmio Escola Nota Dez a fim de reduzir consequências indesejadas no âmbito do sistema de regulação estabelecido. Exemplo desse tipo de consequência seria o prejuízo no direito ao acesso à educação, potencialmente ocasionado pelo reordenamento municipal observado em decorrência da participação das escolas na iniciativa, e que, ao reduzir o número de escolas em localidades rurais, culminaria em aumentar a distância a ser percorrida pelas crianças para acessarem a escola. Esse tipo de consequência, para os autores, jamais poderia advir das políticas de *accountability* educacional (Costa; Vidal, 2021).

Com base na pesquisa realizada para organização deste texto, podemos identificar que o Prêmio Escola Nota Dez é uma iniciativa do PAIC que funciona como ação indutora de melhores resultados, premiando as (consideradas e avaliadas como) melhores escolas e apoiando aquelas com menor proficiência por meio da cooperação técnica e financeira. Por outro lado, também foi observado que uma parcela das escolas não participa da premiação em virtude dos critérios excludentes do referido prêmio.

2.2.2 Avaliação externa: um eixo estruturante do PAIC

No que se refere à categoria Avaliação externa: um eixo estruturante do PAIC, nas publicações integrantes da amostra final da revisão de literatura, identificamos cinco artigos científicos cujos conteúdos abordam a avaliação externa no PAIC. Sobre isso, ressaltamos que o ano de 2007 foi marcado por tornar o PAIC uma política educacional no Estado do Ceará (Ceará, 2007). Um ano após esse marco, Marques, Ribeiro e Ciasca (2008) apresentaram as atividades desenvolvidas por esse programa para que os municípios cearenses implementassem os sistemas de avaliação. Nesse artigo, os autores detalham a metodologia, o protocolo e os instrumentos utilizados na avaliação externa do PAIC.

As bases avaliativas que serviram de fundamentos para criação das avaliações externas do PAIC são datadas das décadas de 1960 e 1980. Essas bases visam, para além da mudança de estratégias pedagógicas após a interpretação dos resultados das provas, à coesão aos princípios que foram referenciados pelo Comitê de Padrões para Avaliação Educacional no ano de 1994 (Marques; Ribeiro; Ciasca, 2008).

Os autores supracitados destacam ainda que após a elaboração do instrumento avaliativo, este foi aplicado inicialmente em um pré-teste com 700 alunos de dois municípios cearenses. Sobre a prova aplicada em 2007, Marques, Ribeiro e Ciasca (2008) descrevem que ela era composta por oito páginas de conteúdo avaliativo, distribuídos da seguinte forma: 1) questões de apropriação da escrita; 2) questões relacionadas com a escrita; e 3) questões de leitura. Somente após a análise dos resultados, realizada conjuntamente pela Secretaria Estadual de Educação do Ceará, pelas secretarias municipais e pelas coordenadorias regionais de desenvolvimento da Educação, foram induzidas mudanças de intervenções que

seriam indispensáveis em cada município, dando, portanto, a autonomia considerada necessária para que os índices de alfabetização aumentassem.

Marques, Aguiar e Campos (2009) apontam que, antes mesmo da aplicação da avaliação externa no ano de implementação do PAIC, em 2006, foi realizada uma pesquisa de campo em 55 municípios cearenses com o intuito de entender as possibilidades que a política educacional poderia trazer para atingir seu objetivo de alfabetizar as crianças na idade certa. Foram avaliadas, por meio de protocolo, dimensões de produção, leitura e compreensão de texto.

De acordo com esses autores, as avaliações foram realizadas com 42.039 alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental. A maioria do grupo investigado (38%) conseguiu produzir texto, seguido de 22% de alunos pré-silábicos, 12% nível silábico e silábico-alfabético, 7% nível alfabético, 5% não realizaram a atividade, 4% nível não identificado e apenas 1% atingiu o nível ortográfico, levando em consideração a produção textual. Já em relação às dimensões de leitura e compreensão textual, 36% dos alunos avaliados não conseguiram ler nenhuma sílaba e 18% que leram não compreenderam o texto (Marques; Aguiar; Campos, 2009).

Conforme descrito por Marques, Aguiar e Campos (2009), o baixo desempenho dos alunos pode ser justificado pela característica da formação de professores e/ou a organização pedagógica das turmas. Em todas as dimensões analisadas, os alunos que estudavam em salas multisseriadas apresentaram baixo desempenho quando comparados aos alunos de salas regulares. Desse modo, a partir desses dados avaliativos, os autores destacam que eram necessárias mudanças, e posteriormente, melhoras nos índices de alfabetização.

De acordo com Costa (2016), o PAIC foi estruturado em cinco eixos, a saber: 1) Gestão da Educação Municipal, 2) Alfabetização, 3) Educação Infantil, 4) Literatura e Formação de leitores e 5) Avaliação externa da aprendizagem, eixo estruturante para o início do programa. A avaliação externa no Ceará é denominada Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE); já para os alunos das redes municipal e estadual do 2º ano do Ensino Fundamental, é denominada Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica alfa (SPAECE-alfa), que avalia a proficiência dos alunos em relação à leitura.

Essa avaliação serve para controlar resultados e é uma forma de se ter prestação de responsabilidades frente aos resultados atingidos. Convém enfatizar

que em 2022, quando o PAIC passou a ser denominado PAIC integral, com o objetivo da reestruturação da jornada diária dos alunos, os eixos passaram a ser categorizados da seguinte forma: 1) eixo de gestão de formação de gestores do ensino fundamental, 2) eixo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, 3) eixo dos anos finais do Ensino Fundamental, 4) eixo da literatura e formação do leitor e 5) eixo da avaliação externa.

Ainda sobre o estudo de Costa (2016), destacamos que por meio da avaliação externa, SPAECE-alfa, em 2009, foi instituído o Prêmio Escola Nota Dez. Esse prêmio propõe fortalecer a política do PAIC por meio da classificação das escolas que atingem o perfil almejado. Nesse contexto, o autor relata que o incentivo financeiro destinado às escolas premiadas faz com que haja redução da função social delas, o que leva à perda da capacidade de inclusão.

Dias e Oliveira (2016) destacam a importância da avaliação dentro do contexto escolar e relatam as impressões de professores de uma escola municipal do interior do Ceará que atuavam no PAIC. Nesse estudo, foi relatado que os professores tinham dificuldade de avaliar os alunos e não apresentavam base teórica para realizar avaliação focada nos alunos. Os professores, sujeitos desse estudo, ressaltaram que apenas cobram os conteúdos de forma mais simples com trabalhos ou provas objetivas (mesmo estilo de provas aplicadas pelo SPAECE e pela Prova Brasil). Isso é um ponto crucial, já que em outros momentos os alunos serão avaliados dessa mesma maneira para ingressarem no Ensino Superior.

Apesar disso, Kasmirski, Gusmão e Ribeiro (2017) destacam que o PAIC, por meio da avaliação externa, pode mensurar a equidade na escola, ou seja, os alunos conseguem atingir níveis adequados de resultados, independentemente da situação de origem deles. O impacto do PAIC foi avaliado por meio da probabilidade de os alunos atingirem o nível adequado de 200 pontos na escala de proficiência de leitura do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O grupo investigado na pesquisa em questão era de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de escola pública do Ceará e foi comparado com dois grupos de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de Estados vizinhos ao Ceará. Kasmirski, Gusmão e Ribeiro (2017) observaram, após análise criteriosa, que a política educacional do PAIC foi capaz de aumentar a probabilidade de os alunos atingirem o nível adequado de proficiência em leitura, levando em consideração tanto os parâmetros dos alunos quanto os das escolas. Dessa forma, os autores

consideram que, dentro do contexto e dos parâmetros avaliados, o PAIC foi capaz de ampliar a equidade da educação no Ceará.

A partir dos estudos analisados na revisão de literatura, foi possível perceber que o eixo Avaliativo do PAIC serve para desenvolver estratégias em torno dos demais eixos estruturantes, cuja finalidade é possibilitar a aprendizagem dos alunos conforme os objetivos do programa.

2.2.3 Formação continuada no âmbito do PAIC

No que se refere à categoria Formação continuada no âmbito do PAIC, cinco artigos da amostra final desta revisão de literatura abordam tal temática (Da Silva, 2015; Da Silva, 2018; Oliveira; Falcão; Menezes, 2020; De Brito; Silva, 2022; Costa *et al.*, 2023). Sobre a formação de professores, sabe-se que ela apresenta papel relevante em qualquer política pública educacional, e no PAIC não seria diferente. Por meio dela, a política se torna mais coesa e eficaz, pois vai além da competência pedagógica (Freire, 1996), da adoção de diretrizes curriculares (Brasil, 2018) e/ou dos resultados de aprendizagem (Gatti; De Sá Barreto, 2009).

Referente ao processo de formação de professores no PAIC, Silva (2015) relata que essa política educacional tem o eixo de alfabetização, que engloba a formação de professores. No PAIC integral, três eixos são responsáveis pela formação continuada dos docentes, a saber: eixos dos anos iniciais do Ensino Fundamental; eixo dos anos finais do Ensino Fundamental e eixo de literatura e formação de leitores (Ceará, 2024).

A formação continuada apresenta desafios que são enfrentados também pelos gestores e profissionais da Secretaria de Educação, que dificultam as ações previstas no PAIC. De acordo com Silva (2015), esses desafios são observados desde o planejamento das formações, a desarticulação entre as ações formativas, a proposta de formação centrada no material estruturado e o acompanhamento e monitoramento das ações de formação. Associado a isso, a autora relata a importância dos professores durante as formações e que esses profissionais devem apresentar papel central nesses encontros. Destaca-se também que os municípios devem ter autonomia frente aos processos de formações continuadas de professores a fim de ajustar os conteúdos a serem então ministrados à realidade vivenciada no município.

Sob essa ótica da formação continuada, Brito e Silva (2022) analisaram o modelo de formação docente ofertado pelos programas PAIC e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Os autores ressaltam que, apesar de já bastante consolidado como política pública, o PAIC tem suas formações de professores centradas nas avaliações externas para que os alunos tenham ótimos desempenhos, assim se tem toda a prática profissional voltada para resultados, o que os autores denominam de “gestão por resultados”. A consequência disso é um aluno com conhecimentos diminutos na parte acadêmica.

Bruto e Silva (2022) afirmam que, quando se trata das formações continuadas dos professores, os referidos programas promovem perda da autonomia docente e induzem à alienação, o que compromete todo o projeto pedagógico e, consequentemente, o processo de ensino e aprendizagem. Conforme esses autores, isso acontece pela falta de participação do professor na formulação das políticas públicas educacionais.

Tais questões se articulam ao pensamento de Mainardes (2006), que reforça a importância de todos os profissionais, inclusive de professores, na interpretação e reinterpretção das políticas públicas educacionais. Apesar disso, cabe salientar, de acordo com Silva (2018), que as formações continuadas são realizadas pelo município, que conta com uma equipe formadora composta por um gerente, um formador para a Educação Infantil, um formador para o 1º ano, um formador para o 2º ano (pertencente à estrutura de uma editora contratada pelo Estado) e dois formadores para Língua Portuguesa e Matemática do 3º ao 5º ano.

Atualmente, a estrutura de formação oferecida pelo PAIC Integral vem sendo ampliada, apresentando uma organização específica. Na Educação Infantil, há formação de professores e de gestores dos centros de Educação Infantil. Já nos anos iniciais do Ensino Fundamental, há o ciclo de alfabetização, com formação em Língua Portuguesa e Matemática, que abrange o 1º e 2º anos, bem como do 3º ao 5º anos (ambos recebem a formação em Língua Portuguesa e Matemática). Nos anos finais, por sua vez (do 6º ao 9º anos), a formação abrange Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza, além das formações do PAIC Integral, Programa Inteligentes (desenvolvimento das competências socioemocionais) e de gestores do Ensino Fundamental.

É importante frisar que o eixo de Literatura e Formação do Leitor permeia todas as etapas, da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental. Para

implementar essas formações, são necessários um gerente e um grupo de formadores especialistas nas áreas supracitadas indicados pela Secretaria de Educação de cada município (Ceará, 2019).

Ainda em sua pesquisa, Silva (2018) apresenta duas categorias de desafios na formação de professores, a saber: a desarticulação entre as ações de formação continuada e a organização e a logística dos momentos de formação. Para o autor, essas categorias demonstram que a formação continuada dos professores é prejudicada e o protagonismo deles é retirado durante todo esse processo, devido a ações como: a falta de planejamento, a diminuta interação de experiência entre professores associado ao número elevado dos profissionais que atuam em turmas multisseriadas, a grande quantidade de formações e a liberação e substituição dos professores nos dias das formações.

Apesar desses entraves, para reduzir os danos nas formações, Silva (2008) sugere criar um núcleo de formação continuada de professores na Secretaria Municipal de Educação, que teria, entre outras ações estratégicas, a elaboração e a execução de um plano de formação de professores em curto, médio e longo prazo, sendo avaliado pela Secretaria por meio de relatórios. O autor também sugere reformular o PAIC no que concerne à formação continuada, pois é necessária uma participação mais ativa do município nesse eixo para que a política seja mais perene (Silva, 2018).

Ao procurar entender como a formação docente do PAIC frente ao eixo de avaliação externa é observado por professores do 2º ano, Oliveira, Falcão e Menezes (2020) entrevistaram dois professores que participaram das formações do PAIC há pelo menos dois anos. Após as análises das entrevistas, as autoras perceberam a relevância das formações continuadas no contexto do PAIC, pois, além das contribuições para a prática profissional, o material didático fornecido pelo Governo estadual direciona a atuação pedagógica dos professores na sala de aula. Entretanto, os professores entrevistados mencionaram também que existiam algumas inconsistências nesse material didático, a exemplo de incorreções sobre gêneros textuais.

De acordo com Oliveira, Falcão e Menezes (2020), a excessiva rotina imposta faz com que os professores promovam adaptações de conteúdos perante a turma em que lecionam. Isso torna, desse modo, o nível de exigência maior do que provavelmente está associado à busca de resultados impostos pelas instituições que

regulam o PAIC. Pelo exposto, os autores reiteram a importância de os professores atuarem com autonomia para mudar sua prática docente, conforme as necessidades das turmas em que estejam trabalhando.

O papel do formador foi destacado na pesquisa supracitada, já que os professores avaliados relataram que os formadores são pessoas experientes que facilitam o trabalho por meio do material didático disponibilizado pelo PAIC. Não obstante, é fundamental destacar que Oliveira, Falcão e Menezes (2020) sugerem que esse comportamento se deve à necessidade de se ter professores que ponham em prática apenas o que propõe a política do PAIC, reduzindo o processo de discussão durante a formação. Isso se torna cada vez mais visível por ter alguém com conhecimento sobre o material didático que conduzirá o professor durante seu trabalho escolar.

De acordo com Oliveira, Falcão e Menezes (2020), torna-se necessário que as formações docentes sejam realizadas com o intuito de incentivar uma discussão mais aprofundada e crítica, diferentemente do que tem ocorrido. Isso, por sua vez, poderia promover a autonomia docente em detrimento de uma formação que vise somente à passagem de conteúdo para reproduzir a metodologia padronizada do PAIC e conseguir os resultados almejados.

Convém mencionar que, além da formação continuada de professores, a política educacional do PAIC executa a formação do eixo de Gestão, e para entender a satisfação ou não desses profissionais, Costa *et al.* (2023) analisaram a experiência de 26 diretores escolares da mesorregião do Jaguaribe, no Ceará, por meio do instrumento de serviço de qualidade que promove avaliação centrada no consumidor. As dimensões avaliadas foram cinco (tangibilidade, confiabilidade, competência, comunicação e compreensão), cada uma delas com quatro ou cinco assertivas para serem avaliadas. A resposta de cada afirmativa foi averiguada conforme o grau de concordância, com o valor atribuído de 1 (discordo totalmente) e 5 (concordo totalmente). Acrescentado a isso, foram apresentadas questões abertas a fim de identificar elogios, críticas e sugestões para as formações do eixo da gestão promovidas pelo PAIC.

Os autores supracitados apontam que todas as dimensões avaliadas tiveram aceitação elevada pelos gestores escolares, com média das assertivas maior na tangibilidade (4,50) “A4 – *considero que as formações continuadas, ministradas pelo Programa Mais PAIC, propiciam o meu desenvolvimento pessoal e profissional*” e

menor na dimensão compreensão (4,11) “A18 – a formação do Mais PAIC ampliou minha visão de planejamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) na escola”. Essa pontuação sugere a importância de se analisar melhor o parâmetro da formação frente a temas e ações do PPP e assim mudar a prática pedagógica (Costa *et al.*, 2023).

Os dados referentes ao programa Mais PAIC revelaram que ele apresenta relevância na gestão pedagógica. Entretanto, no que concerne às atividades, materiais e práticas para os alunos, há carências que devem ser revistas. Em relação às críticas ao programa, foi ressaltado o grande quantitativo de formações continuadas e exigido que elas apresentem melhores relações com a prática em sala de aula e com orientações para o PPP. O somatório dos dados da referida investigação sugere ser o ponto de partida para investigação, cujo foco é a avaliação centrada nos sujeitos que fazem o PAIC e mostram que há necessidade de aprofundamentos e mudanças na formação continuada de gestores para que isso possa se refletir em melhor desempenho dos alunos (Costa *et al.*, 2023).

Quanto ao eixo Formação Continuada do PAIC, apesar de ser constantemente debatido, ainda se percebe a falta de protagonismo dos professores. Sugere-se que isso possa ocorrer devido à ausência desse profissional no contexto da formulação da política pública em debate para articular esse eixo de forma mais ampla em diferentes contextos.

2.2.4 Eixo de gestão do PAIC

No que se refere à categoria Eixo de gestão do PAIC, foi possível perceber a abordagem específica dessa temática em três artigos científicos da revisão de literatura realizada (Cruz; Farah; Ribeiro, 2020; Costa; Ramos, 2020; Bravo; Ribeiro; Cruz, 2021).

Cruz, Farah e Ribeiro (2020) apontam que o eixo da gestão é fundamental para o funcionamento do PAIC. Por meio desse eixo, há um compromisso entre o Estado do Ceará e todos os seus municípios para formar uma coalizão e elevar os índices de aprendizagem dos alunos. Esse eixo cumpre também um requisito de assessorar e atribuir tecnicamente um papel significativo a cada um dos membros que fazem a política funcionar. Com isso, há os procedimentos a serem executados

por ente federado, SEDUC-CE, CREDEs, Secretarias Municipais de Educação (SMEs), escolas, professores e alunos.

Corroborando as ideias das autoras supracitadas, Costa e Ramos (2020, p. 128) enfatizam que “a coordenação e a ação colaborativa no Ceará têm instrumentalizado os processos de gestão, avaliativos e pedagógicos, tornando o funcionamento da gestão municipal capitaneado pelo Programa”. Assim se evidencia uma nova forma de gerir a educação, em que Estado e municípios articulam suas atribuições sempre em uma relação de respeito à autonomia de ambos, na busca de um objetivo comum: a aprendizagem dos alunos. Dessa forma, o eixo de gestão é uma iniciativa que se refere a todo o processo de planejamento, organização e coordenação, bem como o controle de recursos para obtenção dos objetivos do programa.

Os autores destacam ainda a reestruturação pela qual a SEDUC-CE passou, por força do Decreto nº 29.139, de 26 de dezembro de 2007 (Ceará, 2007), com a criação da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios (COPEM), na SEDUC, e o Núcleo Regional de Cooperação com os Municípios (NRCom), nas CREDEs – atualmente CECOM, células que são distribuídas nas 20 CREDEs do Estado, especificamente para apoiar, viabilizar e contribuir para a efetivação das ações inerentes ao programa junto aos municípios.

Bravo, Ribeiro e Cruz (2021) pontuam que o PAIC é estudado e ganha destaque tanto no contexto nacional quanto internacional. Isso é demonstrado por meio das produções acadêmicas publicadas, a partir de 2008 até 2020, de 41 instituições diferentes, incluindo universidades, organizações não governamentais e fundações. Esses estudos foram divididos nas seguintes subcategorias: agenda, formulação, implementação e contexto de implementação e avaliação. O regime de colaboração que faz parte do eixo da gestão está presente em duas subcategorias (formulação e implementação), o que torna possível entender a abrangência desse eixo dentro do contexto PAIC.

Em adição a isso, Bravo, Ribeiro e Cruz (2021) reforçam a necessidade de estudos que foquem mais nas subcategorias de implementação para que o debate a respeito das estratégias neoliberais nas políticas públicas educacionais seja mais bem entendido frente ao PAIC. Isso sublinha a afirmação de Ball (2001) sobre a importância de compreender as políticas nacionais em suas influências, interdependências e no seu contexto específico.

Por fim, no eixo Gestão foi possível observar que o funcionamento do PAIC ocorre como consequência da organização dos entes federados com as escolas, que promovem a articulação e o desenvolvimento dessa política de alfabetização/aprendizagem.

Baseado no exposto, há necessidade de estudos acadêmicos que tenham como foco todos os eixos do PAIC, pois poderiam dar mais visibilidade ao tema e encaminhar mudanças nas ações dessa política. Consequentemente, seria possível melhorar a educação pública e a qualidade do trabalho de toda a rede de profissionais envolvidos desde a sua formulação, passando pelo planejamento até a execução.

2.3 O papel de secretários(as) municipais de Educação no âmbito do PAIC Integral

Secretários(as) municipais de Educação desempenham um papel fundamental na gestão educacional brasileira, especialmente a partir das mudanças sociais, políticas e econômicas que antecederam à Constituição Federal (CF) de 1988 (Brasil, 1988). Esse marco histórico e normativo estruturou os sistemas municipais de ensino, atribuindo aos(às) secretários(as) a responsabilidade de planejar, coordenar e executar políticas públicas educacionais no âmbito local dos municípios brasileiros.

A partir da década de 1990, esses gestores se consolidaram como atores estratégicos, com a implementação de programas e ações que visam a atender às demandas da educação básica nos municípios, a exemplo do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Embora não haja, nas leis que regulamentam esses programas, uma menção direta aos secretários municipais de Educação, seus textos, implicitamente, referenciam a relevância da atuação desses gestores, tendo em vista que as Secretarias de Educação dos municípios são por eles lideradas. Destarte, os secretários municipais de Educação têm, portanto, a responsabilidade de gerir e suplementar a legislação educacional conforme as necessidades locais (Brasil, 2020, 2007, 1996, 1988).

Após a década de 1990, programas foram institucionalizados para apoiar os secretários municipais de Educação. Destacam-se entre eles o extinto Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (PRASEM), desenvolvido durante os anos de 1997, 1999 e 2001, e o atual Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME). Por meio desses programas, foi possível observar a evolução da atuação do secretário municipal, que passou a desempenhar um papel político e estratégico na gestão da educação básica, deixando de ser visto apenas como um técnico e se tornando uma liderança na educação pública do Brasil (Rodrigues; Giágio, 2001; Brasil, 2006).

De acordo com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), a atuação do PRADIME tem sido fundamental na promoção da colaboração entre os gestores, pois tem atuado fornecendo suporte técnico e capacitação contínua. Essa colaboração fortalece a implementação de políticas educacionais locais e favorece a construção de uma visão integrada, sistêmica e estratégica para a gestão educacional (Undime, 2016).

No documento de Orientações ao Dirigente Municipal de Educação – Fundamentos, Políticas e Práticas, a Undime (2016) ressalta que, além do conhecimento e domínio pedagógico, os secretários municipais de Educação devem ter habilidades administrativas, políticas e sociais. Entre as competências requeridas, destacamos a gestão estratégica de recursos humanos e financeiros, articulação com diferentes esferas governamentais e o monitoramento contínuo dos resultados educacionais.

No contexto do PAIC, secretários(as) municipais de Educação desempenham um papel importante, como ocorre em outras políticas educacionais, destacando-se como elementos centrais na promoção do regime de colaboração. Nascimento, Castro e Tadeu (2022) enfatizam que o regime de colaboração é fundamental para os entes federados, pois possibilita a integração entre eles, o que torna mais factível que os municípios alcancem melhores condições em termos de conhecimento, capacidade e eficiência, garantindo uma gestão e uma educação mais alinhada com os contextos locais.

Cabe mencionarmos que o Plano Nacional de Educação (PNE), no decênio de 2014 a 2024 (Brasil, 2014), reforça a necessidade de um regime de colaboração como mecanismo para eliminar as desigualdades educacionais presentes no território brasileiro. Sobre isso, Segatto, Oliveira e Silva (2024) destacam que,

apesar de ainda serem necessários muitos avanços para a melhoria da educação no país, o fortalecimento do regime de colaboração ganhou notoriedade nacional por meio do modelo da política do PAIC no Estado do Ceará, e por esse motivo serve de referência para outros Estados brasileiros.

Frente ao exposto, destacamos que parte do desempenho positivo do PAIC está diretamente relacionada à consolidação estratégica do papel de secretários(as) municipais de Educação em contextos locais, por meio do regime de colaboração. Entretanto, conforme a Undime (2012), as funções dos gestores municipais de Educação vão além, incluindo também responsabilidades administrativas, inclusão da população que se encontra fora da escola, realização de formações continuadas da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, dos gestores escolares e professores, priorização da garantia do direito da população matriculada na rede ou no sistema de ensino que gerencia para que tenha acesso e permanência na escola, bem como aprendizagem com qualidade social (Undime, 2012).

Nesse contexto, destacamos a escassez de estudos direcionados a secretários(as) municipais de Educação, tendo em vista a centralidade de seu papel. Para preencher essa lacuna, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizou em 2011 uma pesquisa nacional que traçou o perfil desses dirigentes em todas as regiões do Brasil. O estudo evidenciou que questões relacionadas à gestão administrativa, à melhoria da aprendizagem, à participação de famílias e comunidades e à formação continuada constituem preocupações recorrentes entre os gestores. Esses achados reiteram a importância de secretário(as) municipais como articuladores entre a administração pública e a comunidade escolar, desempenhando um papel essencial na efetivação de políticas educacionais inclusivas e socialmente justas (INEP, 2011).

Dessa forma, reconhecemos que secretários(as) aqui mencionados estão envolvidos na responsabilidade direta para assegurar sua qualidade educacional. Dourado e Oliveira (2009) destacam que a qualidade educacional deve ser alcançada por meio de uma abordagem abrangente, que considere diferentes dimensões: intra e extraescolares, bem como aspectos socioeconômicos e culturais. Essa visão requer ações direcionadas para reduzir as desigualdades socioeconômicas presentes na região, promovendo uma integração entre políticas educacionais e sociais. Assim, essa abordagem integrada reforça a ideia de que a qualidade na educação não é um atributo isolado, mas o resultado de um esforço

coletivo e multidimensional, fundamentado em políticas públicas estruturadas e na participação ativa de todos os agentes envolvidos no processo educacional.

Duarte e Cardoso (2014) ressaltam que a missão de secretários(as) municipais de Educação de articulação intrassistêmica é fundamental. Essa articulação compreende o estabelecimento e a manutenção de relações estruturadas entre diversos atores e instituições, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo, pais, diretores escolares e membros da comunidade. Essa articulação visa a garantir que as políticas educacionais sejam implementadas de forma integrada e eficaz, respeitando as especificidades locais. Essa perspectiva evidencia a importância da gestão democrática e participativa no âmbito da educação, que reconhece a comunidade como um agente ativo no processo educativo e no fortalecimento do vínculo entre a escola e seu entorno.

A Undime (2021), no Caderno de Orientações ao Dirigente Municipal de Educação: Fundamentos, Políticas e Práticas, detalha as atribuições fundamentais dos secretários municipais de Educação, ressaltando seu papel na formulação, implementação e gestão das políticas públicas educacionais. Essas funções exigem competências técnicas e gerenciais que compreendam a educação como um direito inalienável de todos os cidadãos, conforme previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996a).

Assim, o(a) secretário(a) municipal de Educação assume um papel estratégico como elo fundamental entre a administração pública e a comunidade escolar, consolidando sua importância para o funcionamento eficaz do sistema educacional. Essa posição exige não apenas habilidades administrativas, mas também uma visão integrada e democrática da gestão, capaz de alinhar políticas públicas às necessidades locais e promover a inclusão educacional.

Ao articular os esforços das equipes técnicas, pedagógicas e da própria comunidade, o(a) secretário(a) contribui diretamente para a construção de uma educação pública de qualidade, pautada nos princípios de acesso, permanência e aprendizagem significativa. Portanto, sua liderança é importante para fortalecer a gestão democrática e assegurar a eficiência do sistema educacional, destacando-se como um agente indispensável na promoção do direito à educação e na redução das desigualdades sociais. Dessa forma, a atuação do(a) secretário(a) municipal de Educação reafirma o compromisso do poder público com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa por meio da educação.

3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos teórico-metodológicos adotados na condução da investigação a fim de compreender o PAIC Integral sob interpretações de secretários(as) municipais de Educação da região cearense do Maciço de Baturité. Na sequência, apresentamos o referencial teórico-metodológico, o tipo de estudo, os procedimentos previstos para a construção de dados, bem como para a organização e análise dos dados coletados.

3.1 Abordagens do ciclo de políticas e da teoria da atuação como perspectiva de análise do PAIC Integral

Apresentamos o referencial teórico-metodológico da abordagem do ciclo de políticas de Ball *et al.* (1994), adotado para a realização da nossa pesquisa. Nesse sentido, discutimos os principais pressupostos desse referencial, discorrendo sobre seu emprego/aplicabilidade nesta investigação a fim de conhecer a interpretação de secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité acerca do PAIC Integral, com ênfase no contexto da prática do ciclo dessa política educacional.

A abordagem do ciclo de políticas consiste em uma estrutura teórica complexa, elaborada originalmente por autores britânicos (Bowe; Ball; Gold, 1994), que possibilita analisar a formulação e a atuação de políticas educacionais em várias fases de sua existência, reconhecendo todo o dinamismo desse processo. Esta abordagem possibilita uma compreensão acerca de como as políticas são elaboradas, interpretadas e aplicadas (Mainardes, 2006; Ball, 2001).

Para seus autores, a abordagem em questão se baseia na premissa de que as políticas não são meros documentos formais ou leis, mas são, sobretudo, o resultado de um processo contínuo de construção, negociação e disputas. Nesse sentido, é imperativo compreender como as políticas são criadas, interpretadas e traduzidas em ações reais dentro das instituições (Bowe; Ball; Gold, 1994).

Inicialmente, Bowe, Ball e Gold (1994) propuseram o ciclo de políticas a partir da definição de três contextos principais: o contexto da influência, o contexto da produção de textos e o contexto da prática. A ideia geral é a de que tais contextos coexistem, concomitantemente, de maneira não sequencial e não linear, fornecendo, juntos, uma estrutura analítica para políticas educacionais. Alguns anos mais tarde,

os autores complementaram sua abordagem do ciclo de políticas, acrescentando outros dois contextos: o contexto dos resultados/efeitos e o contexto da estratégia política.

O contexto da influência constitui aquele em que as ideias políticas são geradas e negociadas. Nessa fase, grupos de interesse, *lobbies*, políticos, acadêmicos e outras partes interessadas tentam influenciar a agenda política e moldar as prioridades governamentais. Assim, pode-se afirmar que nesse estágio, as políticas públicas resultam de uma multiplicidade de forças externas concorrentes, que refletem os interesses de diferentes atores sociais (Ball, 2001; Bowe; Ball; Gold, 1994).

Mainardes (2006) explica que é nesse contexto que os conceitos que fundamentarão a política ganham legitimidade, oportunizando um discurso de base para a sua criação. Nesse dinâmico contexto inicial do ciclo de políticas, portanto, encontram-se as discussões ideológicas relativas a quais questões devem ser abordadas, com quem o governo deve se alinhar, como o sistema educacional pode ou deve funcionar, dentre outras. Ademais, cabe mencionar que o contexto da influência é diretamente afetado por aspectos diversos, tais como o poder político vigente, as tendências econômicas e os movimentos sociais (Bowe; Ball; Gold, 1994).

O contexto da produção de textos, por sua vez, é aquele em que as ideias políticas são formalizadas em documentos concretos, como leis, regulamentos e orientações governamentais. Nessa fase do ciclo da política, as ideias geradas no contexto de influência são traduzidas em textos que, muitas vezes, tentam sintetizar uma ampla variedade de interesses e compromissos. Destaca-se ainda que os textos políticos, em geral, são inevitavelmente ambíguos e abertos a diversificadas interpretações (Ball, 2001; Bowe; Ball; Gold, 1994).

Os autores em questão afirmam que os textos políticos jamais conseguem capturar efetivamente a complexidade das ideias originais que os conceberam, bem como não conseguem prever todos os efeitos de sua execução. Ademais, muitas vezes, há uma desconexão entre os objetivos declarados de uma determinada política e a realidade de sua aplicação (Bowe; Ball; Gold, 1994). Nesse sentido, a análise de textos políticos deve, portanto, levar em consideração o modo como as ambiguidades textuais possibilitam diferentes interpretações por parte dos distintos

atores envolvidos na aplicação da política pública a qual os documentos se referem (Ball, 2001; Bowe; Ball; Gold, 1994).

O contexto da prática é concernente ao momento em que as políticas educacionais são aplicadas, de fato, em campo prático, nas escolas, nas salas de aula e nas administrações locais. É nesse contexto do ciclo que as políticas se tornam ações concretas, sendo pertinente ressaltar, entretanto, que essa concretude não constitui, de forma alguma, um processo linear (Bowe; Ball; Gold, 1994).

Para Ball *et al.* (1994, 2016), as políticas são naturalmente interpretadas e recontextualizadas de diferentes maneiras pelos diversos atores que atuam em seu terreno de existência e aplicação, a exemplo de gestores, professores, pais e alunos que integram um sistema educacional. Destarte, são múltiplas as interpretações dos textos relativos a uma política educacional, uma vez que se diversificam em conformidade com os atores sociais envolvidos, dependendo, portanto, das próprias experiências, valores, vivências e condições locais desses personagens (Ball, 2001; Bowe; Ball; Gold, 1994).

Nesse sentido, compreende-se que os atores, no contexto da prática, não são simples “executores” de políticas, mas sim, participantes ativos em sua criação e existência. Eles reinterpretam seus significados e adaptam as políticas de acordo com as suas próprias necessidades e circunstâncias. Esse processo de recontextualização pode resultar em diferenças significativas entre a política como foi originalmente pensada e a sua forma final no campo da prática propriamente dito. Os outros dois contextos integrantes da abordagem do ciclo de políticas de Ball *et al.* (1994, 2001, 2016), contexto dos resultados/efeitos e contexto da estratégia política, que foram posteriormente acrescentados, estão intimamente ligados aos outros três contextos.

O contexto dos resultados/efeitos se liga diretamente ao contexto da prática, uma vez que os resultados e/ou efeitos de uma política emergem das ações concretas tomadas no campo prático. Já o contexto da estratégia política se relaciona à forma como os atores, no contexto da prática, interpretam, resistem ou se adaptam às políticas, moldando os seus resultados. Logo, o contexto dos resultados/efeitos foca nas consequências reais das políticas, enquanto o contexto da estratégia política explora como os diferentes atores reagem e interagem com essas políticas (Ball, 2001).

Os cinco contextos propostos por Ball *et al.* (1994, 2001, 2016) integram um ciclo complexo, dinâmico e interligado, enfatizando que as políticas são processos vivos e contínuos, moldados e remodelados por aqueles que as executam, bem como pelos impactos que causam na sociedade. Ademais, ressalta-se que cada contexto do ciclo em questão é moldado por aspectos mais amplos, que buscam romper com a lógica da ideologia dominante, das condições econômicas e das relações de poder.

A teoria da atuação é destacada por ser um “aprofundamento” do contexto da prática de Ball, Maguire e Braun (2016). Essa teoria fornece um arcabouço estrutural para entender como a política pública é traduzida em cada contexto específico das instituições (Ball; Maguire; Braun, 2016). Batista e Braga (2023) reforçam que no caso das políticas educacionais, professores e administradores são elementos fundamentais, pois é por meio desses atores que a atuação da política é concretizada e com isso a política se torna efetivada.

Por meio da teoria da atuação percebemos que os diversos atores são compreendidos não apenas como meros executores, mas também como coprodutores da política educacional, sendo capazes de reinterpretar a política educacional conforme suas experiências e a sua realidade. Essa tradução, portanto, é a transformação prática da interpretação da política em ações concretas, manifestadas na realidade em que a política é vivenciada em cada região e/ou em cada município e/ou cada escola, tendo variações dependendo do nível de atuação. Desse modo, compreendemos que a tradução vai além da simples execução da política, como está prevista na lei, configurando-se um processo de transformação prática da interpretação, sendo nesse ponto que a política se torna concreta e palpável (Batista; Braga, 2023).

Essa perspectiva nos possibilita compreender que a efetivação de uma política educacional não ocorre de forma linear, pois há sempre um processo contínuo de tradução, interpretação e recontextualização realizado pelos atores sociais. Nesse sentido, a atuação da política é resultado do processo das práticas situadas e das vivências dos atores, o que os torna capazes de negociar o texto político oficial (Ball; Maguire; Braun, 2012).

Para analisar a complexidade do processo de atuação das políticas, há um alicerce multidimensional. As dimensões analíticas dessa teoria são refletidas em quatro contextos inter-relacionados, a saber: situado, profissional, material e externo,

sendo eles importantes para a compreensão de como a política se manifesta em cada realidade em que se encontra.

De acordo com Sousa (2018), o contexto situado faz menção às características e à história da instituição; o contexto profissional é a identidade, experiência, valores e saberes dos profissionais (professores e gestores). Sobre o contexto material, este envolve os recursos físicos e financeiros. Por fim, o contexto externo está relacionado às pressões e influências externas que afetam a instituição em que a política se faz. Cabe destacar que o aprofundamento de cada contexto deve considerar os mecanismos de responsabilização, visto que são esses mecanismos que moldam de forma concreta a política educacional e indicam como se dá a atuação prática da política educacional.

De forma sumarizada, a teoria da atuação aponta que a política educacional deve ser analisada ou avaliada conforme sua tradução, levando sempre em consideração o contexto local no intuito de identificar as resistências, as negociações e as modificações que ocorrem no chão da escola (Ball; Maguire; Braun, 2012).

Portanto, defendemos a ideia de que a abordagem do ciclo de políticas associada à teoria da atuação proporciona uma melhor compreensão da complexidade envolvida na concepção, construção, tradução e efetivação de ações concretas concernentes às políticas públicas. Além disso, enfatiza a importância das interpretações locais e das recontextualizações, opondo-se à visão tradicional de que as políticas são simplesmente criadas e implementadas, de forma linear e uniforme, e desafiando essa visão. Essas abordagens se configuram como valiosas ferramentas em pesquisas científicas destinadas à avaliação de políticas educacionais, uma vez que possibilitam entender dinâmicas multifacetadas do processo político na educação (Ball, 2001; Bowe; Ball; Gold, 1994).

Sabemos que a abordagem do ciclo de políticas de Ball e colaboradores (1994) tem sido empregada com êxito em diversas investigações, em âmbito nacional, visando a subsidiar a avaliação de diferentes políticas públicas educacionais. Citamos, por exemplo, dentre outros, os estudos de Oliveira e Oliveira (2024), Sá (2024), Costa e Oliveira (2023), Fávero, Santos e Centenaro (2022), Hojas (2019), Maia (2019), Sousa (2018), Lopes (2016) Rodrigues (2015) e Santos (2012).

Propusemos, na presente investigação, empregar a abordagem do ciclo de políticas de Ball e colaboradores (1994), associada à teoria da atuação, de Ball, Maguire e Braun (2016) para a compreensão da política do PAIC Integral, sob a interpretação de secretários(as) municipais de Educação da região do Maciço de Baturité, no Estado cearense na perspectiva do contexto da prática. Optamos por focar nesse contexto, especificamente, visto que ele se refere à fase em que as políticas são interpretadas e executadas pelos atores envolvidos, incluindo professores, gestores escolares, bem como secretários municipais de Educação (Ball, 2001; Bowe; Ball; Gold, 1994).

Entendemos que a aplicabilidade do contexto da prática, dentro do ciclo de políticas, enquanto teoria da atuação, é particularmente relevante para a compreensão do PAIC Integral sob a interpretação desses gestores municipais, tendo em vista que o referido programa envolve uma articulação entre o Governo estadual e as Secretarias Municipais de Educação, sendo estas elementares para a execução local da política em questão (Ceará, 2023). Sob a interpretação de secretários(as) municipais de Educação da região do Maciço de Baturité-CE, vislumbramos que o contexto da prática do ciclo de políticas de Ball e colaboradores (1994) nos possibilitará uma análise relevante de como o PAIC Integral é adaptado e interpretado em âmbito local.

Sobre isso, reforçamos que a abordagem do ciclo de políticas (Bowe; Ball; Gold, 1994) reconhece que as políticas educacionais não são implementadas de maneira linear ou direta, mas que, em vez disso, passam por importantes processos de tradução e interpretação, diretamente dependentes das especificidades das condições locais, dos recursos disponíveis e das competências dos gestores envolvidos em sua aplicação no campo prático.

Mainardes (2006) e Ball *et al.* (1994, 2016) defendem que a ênfase da análise de uma política seja a formação do discurso dessa política e a interpretação ativa que os atores envolvidos em sua execução, no contexto da prática, fazem para relacionar os textos da política à prática. Desse modo, é indispensável identificar conflitos e disparidades entre os discursos dos atores nas arenas da prática, bem como os processos de resistência, arranjos, fugas e conformismo nessas arenas (Mainardes, 2006; Ball, 2001; Bowe; Ball; Gold, 1994).

Nesse ínterim, secretários(as) municipais de Educação atuam como importantes mediadores, que interpretam as diretrizes do programa e ajustam sua

execução conforme as realidades de suas redes de ensino (Ceará, 2023). É relevante destacar ainda o fato de que, ao propormos discutir o PAIC Integral sob essa ótica, pressupomos que poderemos conhecer, a partir dos discursos de secretários(as) municipais de Educação, os desafios vivenciados por esses atores na execução do PAIC Integral.

Sabe-se que, em cada município, esses desafios podem ser experienciados de maneiras distintas, o que influencia diretamente na eficácia da execução do PAIC Integral nesses locais. Assim, apostamos que o contexto da prática, da abordagem do ciclo de políticas, nos possibilita melhor compreender como esses gestores adaptam/interpretam as diretrizes do PAIC Integral para atender às necessidades locais.

Ressaltamos ainda que o contexto da prática, potencialmente, provoca uma reflexão sobre os processos de monitoramento e avaliação da aprendizagem que secretários(as) de Educação utilizam em seus municípios. Ao interpretarem as metas e os indicadores do PAIC Integral, esses gestores precisam desenvolver estratégias locais para assegurar que os alunos alcancem os objetivos de aprendizagem propostos. Destarte, nesse processo, compreendemos que o diálogo entre os municípios e o Estado se torna fundamental para o ajuste contínuo da política, visando a garantir que o PAIC Integral não apenas seja executado, mas também que produza os resultados esperados em termos de aprendizagem, em conformidade com sua proposta inicial desde sua existência.

Do exposto, entendemos que o contexto da prática, da abordagem do ciclo de políticas de Ball *et al.* (1994, 2016), associado à teoria da atuação, constitui-se uma ferramenta analítica potente para compreender a execução do PAIC Integral sob a interpretação de secretários(as) municipais de Educação. A análise desse contexto do ciclo de uma política educacional propicia conhecer efetivamente a dinamicidade envolvida na aplicação, em terreno prático, dessa política. Isso, por sua vez, é relevante, tendo em vista que é justamente nesse terreno em que os atores locais desempenham um papel ativo na adaptação e reconfiguração das diretrizes estaduais, levando em consideração as especificidades de suas redes de ensino e as demandas locais.

3.2 Tipo de estudo

A pesquisa desenvolvida é de abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, foi definida como exploratório-explicativa. Quanto às técnicas utilizadas, por sua vez, ela se caracteriza como pesquisa de campo, bem como também está subsidiada por revisão bibliográfica e documental (Gil, 2020).

A abordagem qualitativa, conforme definido por Creswell (2014), visa a explorar e a entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. De acordo com o referido autor, a pesquisa qualitativa envolve uma análise interpretativa que busca compreender profundamente a experiência dos participantes. No caso de nossa investigação, a referida abordagem foi oportuna, pois ao buscarmos investigar como tem se dado o desenvolvimento do PAIC Integral no Maciço de Baturité-CE, sob a interpretação de secretários(as) municipais de Educação, visamos justamente a conhecer a experiência desses atores acerca da atuação de tal política educacional e suas adaptações.

Para Minayo (2010), a investigação qualitativa abrange fenômenos sociais em suas dimensões subjetivas e intersubjetivas. A autora enfatiza que a pesquisa qualitativa se baseia em termos estruturantes filosóficos e epistemológicos fundamentais, representados pelas funções de compreensão, interpretação e dialetização. Dessa forma, reiteramos a justificativa para a escolha da abordagem qualitativa em nossa pesquisa.

Ademais, considerando-se os objetivos de nossa investigação, justificamos também a escolha pela proposta exploratório-explicativa, definida por Gil (2008) como aquela que associa características tanto de pesquisa exploratória, que busca a familiarização com um fenômeno o qual se deseja conhecer mais profundamente, quanto de pesquisa explicativa, que mais aprofunda o conhecimento da realidade, visto que explica a razão e o porquê das coisas.

Assim, entendemos o quanto a proposta exploratório-explicativa foi cabível em nosso estudo, uma vez que nos familiarizou melhor com a execução do PAIC Integral, no contexto prático, a partir da interpretação de secretários(as) municipais de Educação, bem como conhecemos e descrevemos, a partir dos discursos desses atores sociais, os desafios advindos da execução dessa política no âmbito da região cearense do Maciço de Baturité-CE.

Por fim, quanto às técnicas empregadas, nossa pesquisa se caracteriza como de campo, pois foram realizadas entrevistas, em campo, com os sujeitos de pesquisa. Ademais, a revisão bibliográfica e documental também a caracterizou, uma vez que essas técnicas também foram utilizadas.

Sobre isso, Gil (2008) explica que essas são técnicas de análise de dados secundários relevantes quando se pretende fundamentar teoricamente uma investigação, aprofundando o entendimento de seu contexto. Nesse sentido, tais técnicas foram especialmente oportunas em nossa pesquisa, pois nos auxiliaram subsidiando as análises teóricas acerca do PAIC Integral, de seu desenvolvimento no contexto do Maciço de Baturité-CE, bem como das interpretações e adaptações dessa política a partir dos discursos de secretários(as) municipais de Educação dessa região.

3.3 Processo de construção dos dados da pesquisa

Na sequência, apresentamos as informações referentes à construção da investigação realizada, destacando os sujeitos da pesquisa, as técnicas e os instrumentos que possibilitaram acesso aos dados da pesquisa e os procedimentos desenvolvidos para alcançarmos os objetivos previstos. Apresentamos, ainda, a organização e a análise dos dados e dos aspectos éticos que foram considerados para a realização da pesquisa.

3.3.1 Sujeitos da pesquisa, técnicas e instrumentos de construção da pesquisa

O recorte temporal da nossa investigação, de 2022 a 2025, foi atravessado pelo processo eleitoral de 2024. Em consequência disso, convidamos os secretários de Educação do Maciço de Baturité-CE, que foram reconduzidos aos seus cargos para o quadriênio subsequente de 2025 a 2028. Assim, tivemos a certeza de que esses atores sociais acompanharam o PAIC Integral em todo o período definido nesta investigação.

Por conseguinte, foram convidados aqueles sujeitos que atenderam aos seguintes critérios:

- 1) Secretários(as) de Educação do Maciço de Baturité;

- 2) Secretários(as) de Educação que atuaram no PAIC Integral nos anos de 2022, 2023 e 2024;
- 3) Secretários(as) de Educação que continuaram atuando no PAIC Integral no ano de 2025, atendendo, desse modo, ao recorte temporal definido anteriormente neste trabalho.

De acordo com os critérios mencionados, conseguimos formar um grupo de seis secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE como sujeitos da pesquisa empírica. Ressaltamos, conforme destacado por Minayo (2010) sobre estudos qualitativos, a exemplo do nosso, que obtivemos junto a esses atores sociais uma compreensão profunda e detalhada de nosso objeto de estudo a partir dos discursos sobre suas experiências cotidianas relativas à execução, interpretação e adaptações do PAIC Integral (Minayo, 2010).

Para o alcance dos objetivos propostos na investigação, e em consonância com a abordagem metodológica adotada, utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturada como instrumento principal de produção de dados. Para Minayo (2010), esse tipo de entrevista é uma técnica em que o pesquisador parte de um roteiro básico de perguntas, porém, tem flexibilidade para explorar novos tópicos emergentes durante a interação com o entrevistado, permitindo assim se aprofundar na compreensão de suas experiências e percepções.

O roteiro de entrevista semiestruturada utilizado (Apêndice A) foi elaborado a partir do referencial da abordagem do ciclo de políticas, e mais especificamente, do contexto da prática, conforme proposto pelos autores Bowe, Ball e Gold (1994). Além disso, consideramos também na construção desse roteiro os pressupostos e diretrizes de planejamento, gestão e execução do PAIC Integral, em conformidade com as atribuições preconizadas para secretários(as) municipais de Educação frente à referida política (Ceará, 2023).

Na elaboração do roteiro, as definições, conceitos e princípios inerentes ao contexto da prática, do ciclo de políticas de Ball *et al.* (1994, 2016), foram empregados para organizar o instrumento, a fim de que contemplasse adequadamente os pressupostos desse estágio do ciclo de políticas, de acordo com o referencial teórico-metodológico utilizado (Bowe; Ball; Gold, 1994). Além do roteiro de entrevista semiestruturada, os(as) secretários(as) municipais de Educação responderam a um questionário, com perguntas objetivas, de caracterização

sociodemográfica, de formação acadêmica, bem como de experiências profissionais e de gestão pública (Apêndice A).

3.3.2 Procedimentos de construção da pesquisa

Foram feitas entrevistas com seis secretários(as) municipais de Educação da região cearense do Maciço de Baturité-CE. O roteiro das entrevistas foi elaborado a partir do referencial teórico-metodológico do contexto da prática, integrante da abordagem do ciclo de políticas (Bowe; Ball; Gold, 1994) e incluiu perguntas abertas para permitir explorarmos melhor os discursos de secretários(as) municipais de Educação e assim conhecermos suas interpretações em relação ao PAIC Integral a fim de alcançarmos os objetivos definidos em nossa pesquisa.

Efetuamos as entrevistas com os(as) secretários(as) municipais de Educação que aceitaram livremente participar do estudo. Para convidá-los, inicialmente, estabelecemos contato individual, presencial ou por ligação telefônica, em alguns casos, com esses gestores. Após apresentação formal e explicações gerais sobre a pesquisa aos profissionais, incluindo objetivos, procedimentos, logística e aspectos éticos, enviamos aos(as) secretários(as) de educação que se mostraram favoráveis a participar uma carta-convite (Apêndice B), via *e-mail* e/ou via aplicativo de mensagens *Whatsapp*, de acordo com a preferência dos participantes convidados.

No *e-mail* e/ou mensagem que acompanhou a carta-convite, os gestores tiveram todas as informações adicionais sobre a pesquisa, bem como receberam também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C), em duas vias. Além disso, agendamos data e horário da reunião para realização da entrevista semiestruturada para a produção de dados. As reuniões foram realizadas presencialmente no local de preferência de cada participante, ou seja, nas próprias Secretarias de Educação em espaços reservados, sem interferência de outros atores, conforme combinado anteriormente com cada gestor.

Na ocasião da reunião para a realização da entrevista, reforçamos com os(as) secretários(as) de Educação os propósitos, os objetivos e os procedimentos da investigação. Cabe ressaltar que todos os sujeitos convidados aceitaram participar do estudo. Na ocasião, foi coletada a assinatura juntamente com o TCLE e, em seguida, foi iniciada a produção de dados propriamente dita, com resposta inicial ao questionário de perguntas objetivas para caracterização sociodemográfica, de

formação acadêmica, profissional e experiência de gestão, bem como para caracterização geral do sistema educacional municipal em relação ao PAIC Integral.

Sequencialmente, os participantes responderam a questões abertas constantes no roteiro de entrevista semiestruturada da pesquisa. As entrevistas foram realizadas presencialmente, gravadas sob a forma de áudio e transcritas, na íntegra, em formato de documento digital.

3.4 Organização e análise dos dados para a construção da pesquisa

Os dados coletados foram devidamente ajustados como *corpus* textual para processamento no *software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ). Trata-se de uma ferramenta gratuita, livremente disponível na *internet* para *download*, que realiza análises estatísticas de dados textuais e vem sendo amplamente empregado em pesquisas qualitativas (Camargo; Justo, 2013).

Em relação ao emprego do IRAMUTEQ nesta investigação, concordamos com Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) quando afirmam que a análise de dados de pesquisas qualitativas pode ser bastante desafiadora e que, portanto, a utilização de *softwares* específicos para essa finalidade é recomendável. Ademais, mencionamos ainda que esse *software* foi oportuno e adequado para nossa pesquisa, pois facilitou a análise dos dados textuais complexos que obtivemos relativos à interpretação de secretários(as) municipais de Educação acerca da execução do PAIC Integral.

Partimos do princípio de que o *software* facilitou a análise das respostas discursivas oriundas das entrevistas realizadas e permitiu identificar padrões e regularidades nas falas dos(as) secretários(as) municipais de Educação. Isso foi importante para favorecer uma compreensão sobre como a política do PAIC Integral é interpretada por esses sujeitos e adaptada no contexto da prática em terreno municipal.

Adicionalmente, entendemos que ao organizar um grande volume de dados textuais, o IRAMUTEQ oferece uma maneira rigorosa e replicável de realizar a análise qualitativa pretendida. Isso é particularmente útil em uma compreensão que precisa lidar com percepções múltiplas e complexas dos atores envolvidos. Em nosso caso, os discursos de secretários(as) municipais de Educação.

Também, a análise desses discursos, a partir da organização possibilitada por esse *software*, permitiu mapear como tem se dado o desenvolvimento do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité, sob a interpretação dos sujeitos da pesquisa, revelando mais claramente os desafios enfrentados e as adaptações realizadas, as quais Ball *et al.* (1994, 2016) enfatizam como parte importante da execução de políticas educacionais (Bowe; Ball; Gold, 1994). Enfatizamos que o IRAMUTEQ nos auxiliou a compreender melhor essas nuances discursivas.

Nessa perspectiva, após o preparo do *corpus* textual no *Libre Office*, (o *corpus* equivale ao conjunto dos textos de todas as entrevistas realizadas), ele foi processado no IRAMUTEQ. Foram então empregadas análises lexicais e categoriais, através dos métodos de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), análise de similitude e nuvem de palavras. Em seguida, esses resultados foram interpretados a partir do referencial da abordagem do ciclo de políticas, com ênfase no contexto da prática. Ademais, essa interpretação também se utilizou de documentos oficiais acerca do PAIC Integral. As interpretações foram então discutidas com subsídio na literatura científica pertinente.

3.5 Aspectos éticos da investigação

Ao longo da condução da investigação, foram respeitados todos os princípios éticos para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos, nos termos das Resoluções nº 466/2012, nº 510/2016 e complementares, do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde, que regulamentam os aspectos éticos em pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Foram garantidas a privacidade, o anonimato e a proteção dos participantes, respeitando sua dignidade, autonomia e direitos fundamentais.

Todos os participantes foram devidamente esclarecidos sobre sua participação na pesquisa, bem como sobre os riscos e benefícios, e requeridos a ler e assinar o TCLE, concordando livremente com essa participação. Também receberam informações acerca da possibilidade de se negarem, desistirem ou retirarem sua participação na investigação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para si ou para outros.

Destacamos, por fim, que o projeto da presente pesquisa foi previamente cadastrado na Plataforma Brasil e submetido à apreciação pelo Comitê de Ética em

Pesquisa (CEP) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Assim, a realização da pesquisa ocorreu somente após obtenção do parecer consubstanciado do CEP, sob o nº 7509.401, em 2 de junho de 2025, conforme Anexo A.

4 PAIC INTEGRAL: A INTERPRETAÇÃO DE SECRETÁRIOS(AS) MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos os resultados oriundos da construção de dados com os sujeitos da pesquisa, quais sejam, seis secretários municipais de Educação da região do Maciço de Baturité-CE. Esses resultados, concernentes à sua interpretação da política do PAIC Integral em seus municípios, sob o âmbito da prática, do ciclo de políticas, proposto por Ball *et al.* (1994, 2016), foram tratados com o suporte do *software* IRAMUTEQ e discutidos, principalmente, a partir do referencial supracitado.

Inicialmente, na seção 4.1, intitulada “Perfil de secretários municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE, apresentamos o perfil de secretários municipais de Educação entrevistados nesta pesquisa, no que se refere aos seus dados sociodemográficos, à sua formação acadêmica e experiência profissional. Sequencialmente, na seção 4.2, denominada de “O contexto da prática do PAIC Integral: como os gestores educacionais interpretam a política”, apresentamos e discutimos os resultados referentes à análise do corpus textual das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa. Esse corpus textual foi organizado e processado no *software* IRAMUTEQ, tendo sido realizadas as seguintes análises: nuvem de palavras, árvore de similitude e dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD).

A nuvem de palavras constitui uma representação visual das palavras mais frequentes no corpus textual, sendo útil como análise exploratória inicial, visando a identificar temas recorrentes no discurso analisado. A árvore de similitude, por sua vez, consiste em uma imagem oriunda de análise baseada na coocorrência das palavras dentro de segmentos de texto do corpus processado no *software*. Essa imagem mostra como as palavras se relacionam entre si, a partir da proximidade lexical, ou seja, se aparecem juntas em determinados contextos, revelando claramente as conexões entre termos das entrevistas analisadas e, conseqüentemente, expondo os núcleos de sentidos dentro do corpus textual. Já o dendograma da CHD é uma imagem decorrente de uma análise estatística que estabelece classes lexicais a partir da segmentação do corpus textual, levando em conta a frequência e a distribuição das palavras nesses segmentos. O dendograma

mostra a estrutura de divisão e a relação entre essas classes, permitindo que se estabeleçam as categorias empíricas emergentes do corpus textual.

Consideramos relevante destacar aqui que, visando ao cumprimento de todas as normativas éticas, incluindo-se o anonimato dos sujeitos de pesquisa, os(as) seis secretários(as) municipais de Educação entrevistados(as) estão identificados ao longo deste texto como S1, S2, S3, S4, S5 e S6, sendo que “S” significa “Secretário”. Além disso, os nomes de seus municípios, assim como nomes de pessoas e de instituições de ensino citadas pelos sujeitos durante a realização das entrevistas, foram devidamente omitidos da apresentação dos resultados desta pesquisa.

Após a devida aprovação prévia pelo CEP-UERN, realizamos a etapa empírica, nos meses de junho e julho de 2025. As entrevistas com os(as) referidos(as) secretários(as) foram feitas individualmente no local de trabalho de cada um, conforme sua disponibilidade.

A região do Maciço de Baturité-CE, eleita para a realização desta pesquisa, localizada no sertão central do Ceará, constitui um dos territórios mais singulares do semiárido brasileiro. Composto por 13 municípios e abrangendo uma área de aproximadamente 3.707km², o maciço se destaca pela presença de serras úmidas que funcionam como áreas de recarga hídrica e abrigam significativa diversidade biológica, de acordo com dados da Secretaria do Planejamento e Gestão do Ceará (SEPLAG, 2019).

Os resultados apresentados nesta dissertação enfatizam como se dá o desenvolvimento do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité-CE, sob a interpretação de secretários(as) municipais de Educação, com recorte temporal de 2022 a 2025. É relevante destacar que todos os participantes da pesquisa acompanham a política educacional do PAIC Integral e, embora desempenhem a mesma função gestora, atuam em municípios distintos. Tal aspecto evidencia a relevância do contexto local na execução da política em análise, uma vez que as condições territoriais e institucionais interferem diretamente nos modos de efetivação dessa política e nos resultados alcançados.

4.1 Perfil de secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE

Após a leitura e a assinatura do TCLE por cada secretário(a) municipal de Educação a ser entrevistado, procedemos com a aplicação do formulário sociodemográfico e de experiência profissional (Apêndice A), que constituiu a etapa inicial das entrevistas. A partir desse instrumento, foi possível caracterizar o perfil dos(as) participantes, contemplando variáveis, como formação acadêmica, tempo de atuação profissional e experiências prévias.

Identificamos que todos os entrevistados têm formação de nível superior, e a maioria em áreas diretamente vinculadas à Educação, com destaque para Pedagogia (66%), seguido de Ciências Biológicas e Letras (33,32%). A graduação em Direito também foi mencionada por dois participantes. Percebemos, a partir disso, que o grupo investigado apresenta uma trajetória que dialoga estreitamente com o campo de atuação.

Em relação à variável idade, podemos considerar uma distribuição ampla na amostra da pesquisa, pois a faixa etária dos(as) secretários(as) de Educação variou entre 41 e 70 anos. Em relação às suas experiências como gestores escolares, observamos certo equilíbrio na amostra, pois metade dos entrevistados relatou essas vivências, enquanto a outra metade, não. Já no que se refere à experiência como professor da educação básica, identificamos que 83,33% dos entrevistados têm esse histórico de trajetória docente. Baseado nisso, reforçamos o quanto é importante a prática em sala de aula e como isso pode influenciar no engajamento com políticas educacionais, bem como na interpretação que os sujeitos fazem acerca da política pública do PAIC Integral.

Conforme demonstrado no Quadro 2 a seguir, sistematizamos os dados referentes à experiência profissional do grupo entrevistado. Quanto ao tempo de permanência no cargo de gestor municipal de Educação, verificamos que 16,66% dos participantes estão na função há pelo menos três anos; a maioria, entretanto (66,66%), tem experiência de quatro a seis anos nessa função; e 16,66% atuam há mais de seis anos. Ressaltamos que essa distribuição temporal é significativa para a análise do ciclo de políticas, pois gestores com maior tempo no cargo tendem a acumular experiências diversificadas na interpretação das políticas educacionais.

Por outro lado, apostamos na ideia de que aqueles em início de gestão podem oferecer olhares distintos, mais próximos do processo de contato inicial com

as políticas e sua recontextualização sob outras perspectivas. Ressaltamos que a experiência dos entrevistados abrange toda a vigência da política do PAIC Integral, uma vez que a sua promulgação (Lei complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022) ocorreu no ano de 2022. Essa cobertura confere experiência no cargo de gestão e assegura uma perspectiva frente ao contexto da prática e à teoria da atuação da política educacional.

Quadro 2 – Dados sobre a experiência profissional dos participantes da pesquisa

Experiência profissional		
Gestor Escolar	Professor Educação Básica	Secretários(as) de Educação (anos)
Não	Não	3
Sim	Sim	4 a 6
Sim	Sim	
Sim	Sim	
Não	Sim	
Não	Sim	Mais de 6

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Nesse sentido, entendemos que a heterogeneidade quanto à experiência na função de gestor educacional municipal, em nossa investigação, sugere riqueza de análises, oriundas de falas diversificadas acerca do PAIC Integral. Além disso, sugere ainda diferentes modos de apropriação dessa política educacional, evidenciando também como a trajetória profissional pode influenciar na interpretação que se faz das políticas educacionais (Bowe; Ball; Gold, 1994; Ball, 1994; Mainardes, 2006).

Quando tratamos da prática profissional atual dos entrevistados, considerando-se a dimensão estrutural, observamos que os seis sujeitos de nossa pesquisa estão à frente de 91 escolas e de cerca de 20.700 estudantes.

Acreditamos que esses números expressam não apenas a grandeza do sistema educacional sob sua responsabilidade, mas também a representatividade dos municípios investigados por nós nos contextos regional e estadual.

Ao verificarmos a importância do contexto material na atuação da política, Pavezi (2018), em sua pesquisa sobre Educação Especial em escolas públicas de Alagoas, nos relata que os recursos insuficientes, bem como as condições de infraestruturas nas escolas, impõem limitações na capacidade de tradução da política na prática inclusiva. Isso nos evidencia que o contexto material é crucial para atuação da política.

É possível perceber que os entrevistados gerenciam uma rede extensa de escolas distribuídas em uma ampla área. Isso multiplica os contextos das práticas e nos demonstra a heterogeneidade dos municípios, o que torna o processo de tradução da política mais difícil e, quem sabe, criativa por parte dos atores locais. Assim, os(as) secretários(as) municipais de Educação investigados devem lidar com as dificuldades de cada município e/ou escola, observar e alinhar a atuação da política.

4.2 O contexto da prática e a teoria da atuação do PAIC Integral: como secretários(as) municipais interpretam a política

A partir do corpus textual composto pelas falas dos(as) secretários(as) municipais de Educação acerca da efetivação do PAIC Integral nos municípios sob sua gestão, obtivemos, com o tratamento desse corpus no *software* IRAMUTEQ, um número de 9.682 ocorrências, 278 segmentos de texto e 1.190 formas ativas, a saber: as ocorrências referem-se ao número total de palavras no corpus após o processamento; segmentos de texto, unidades de análise equivalentes a recortes do discurso que permitem a categorização e posterior classificação hierárquica e, por fim, foram reconhecidas as formas ativas, que correspondem às palavras distintas efetivamente consideradas no tratamento. Em conjunto, esses dados reforçam que o corpus apresenta confiabilidade das interpretações qualitativas (Sousa, 2021).

Dentre as análises realizadas a partir desse corpus textual, geramos, inicialmente, uma nuvem de palavras. Essa nuvem constitui uma imagem gráfica que permite a rápida visualização das palavras mais frequentemente evocadas pelos sujeitos entrevistados em suas falas. As palavras ilustradas em maior tamanho na

vida, repercutindo nas interpretações, mediações e resistências dos diversos sujeitos envolvidos em sua efetivação. Nesse sentido, entendemos que as palavras com maior destaque na nuvem de palavras parecem apontar sentidos atribuídos, pelos(as) secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE ao PAIC Integral no âmbito de seus municípios.

Com isso, compreendemos que a palavra “gente” remete diretamente ao caráter humano da efetivação da política, indispensável à sua concretização. No contexto da prática do PAIC Integral, portanto, os diversos atores, dentre os quais estudantes, pais, professores, gestores escolares, técnicos das Secretarias de Educação e os próprios secretários de Educação são os verdadeiros protagonistas, que assumem a centralidade da efetivação do PAIC e, de fato, juntamente com a sua equipe escolar “fazem a política acontecer”, reinterpretando-a constantemente (Mainardes, 2006).

Desse modo, percebemos que a política do PAIC Integral, no contexto da prática, e sob a interpretação de secretários municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE, portanto, é o que as pessoas fazem dela. A palavra “gente” simboliza justamente esse fazer humano, comumente tensionado entre demandas institucionais e as realidades locais, porém centralizado como o elemento mais primordial na efetivação dessa política educacional cearense.

Ademais, enfatizamos ainda que essa ênfase em “gente” pode ser associada a uma visão subjetiva, complexa e abrangente do contexto da prática do PAIC Integral, a qual denota que suas ações não se limitam mecanicamente ao texto da política, mas são majoritariamente mediadas pelas experiências, crenças, saberes, disputas e limites dos sujeitos envolvidos em sua efetiva execução. Isso corrobora o que é explanado por Ball, Maguire e Braun (2016), quando explicam que o contexto da prática, no ciclo de políticas, representa a forma como as políticas são apropriadas, ressignificadas e implementadas pelos agentes locais.

Os trechos de falas dos(as) secretários(as) municipais de Educação apresentados a seguir permitem compreender melhor essa questão:

A efetivação do PAIC foi difícil, foi uma proposta desafiadora, foi uma proposta em que foi preciso muita ousadia, na verdade, para ser cumprida e principalmente na crença de que nós tínhamos parceiros para superar os desafios juntos. Mas, as diretrizes do Estado nos orientam sempre, nos dão a base de como planejar o trabalho, observando a nossa realidade, observando os nossos colaboradores, o perfil dos nossos colaboradores, do

nosso público atendido. Então, a gente conseguiu fazer com que essa efetivação esteja sendo, na verdade ela está acontecendo com sucesso, porque a gente tem um suporte, a gente tem apoio da Secretaria de Educação do Estado, de toda a equipe que participa nesses momentos de formação, de reflexão dos nossos resultados e também das nossas práticas ao longo do processo (S1, 2025).

Então, nós não abrimos mão dessa valorização dos nossos profissionais, porque a gente acredita que parte do sucesso do PAIC Integral no nosso município é a gente ter seguido a linha de valorização e respeito mesmo aos direitos dos nossos colaboradores (S1, 2025).

O professor com uma boa política de formação, uma política de valorização, uma boa remuneração, isso também interfere na política, no processo de aprendizagem (S3, 2025).

No que se refere à palavra “escola”, também em destaque na nuvem de palavras oriunda do corpus textual desta pesquisa, sabemos que esse espaço, que ultrapassa os limites de espaço meramente físico, constitui o lócus fundamental da concretização e das disputas das políticas educacionais. Em nossa pesquisa, constatamos que a escola se apresenta como principal palco do contexto da prática do PAIC Integral na região cearense do Maciço de Baturité, conforme interpretado por secretários(as) de Educação de seus municípios. É na escola que a política em questão se materializa (ou não).

Dentro desse contexto convém reforçar que autores como Ball, Maguire e Braun (2016) destacam que a escola se constitui como um espaço ativo de interpretação e recontextualização da política, no qual os sujeitos não apenas efetivam, mas também ressignificam as diretrizes a partir de suas condições e experiências locais.

Dessa forma, a expressiva frequência desse vocábulo na nuvem de palavras gerada reforça o fato de que os(as) secretários(as) municipais de Educação percebem a escola como o efetivo local das negociações, adaptações, apropriações e até mesmo das resistências relativas à política do PAIC Integral. É na escola que as ações finalísticas de efetivação dessa política educacional ocorrem, mediadas, em sua totalidade, pela realidade escolar no âmbito das especificidades dos municípios do Maciço de Baturité-CE.

Isso é explicitado nas seguintes falas dos sujeitos de nossa pesquisa:

[...] e apesar dos desafios, mas nós abraçamos a causa, tivemos que adaptar escolas, nós tínhamos...temos algumas escolas que tinham várias séries, séries iniciais, séries finais, e adaptamos para melhor atender esse tipo de modalidade (S5, 2025).

[...] tivemos que melhorar nossas edificações, nossas escolas, para podermos abrigar o aluno para passar o dia, e escolher também os nossos professores, os profissionais que tinham perfil para trabalhar os alunos na escola de tempo integral (S5, 2025).

No que concerne à palavra “município”, também surgida como destaque na nuvem de palavras de nossa pesquisa, percebemos que os municípios do Maciço de Baturité-CE aparecem como territórios e instâncias administrativas no contexto da prática do PAIC Integral. Além disso, também se configuram como agentes políticos, intrinsecamente envolvidos no alcance de resultados satisfatórios relativos à efetivação dessa política educacional na região. Isso se relaciona com o fato de que as Secretarias Municipais de Educação atuam como ponte entre as diretrizes estaduais do PAIC e as condições locais de sua efetivação de forma a atender as especificidades do município (Bourdin, 2001).

A seguir, apresentamos os trechos de falas dos sujeitos de nossa pesquisa que esclarecem melhor essa discussão:

[...] eu via as ações, acompanhava o povo, e via a preocupação do município, do prefeito, da gestão em garantir a implantação das diretrizes, de tudo que o PAIC trouxe como política pública. Principalmente, vi que o município se empenhou muito na alfabetização. Vi que naquele momento houve uma preocupação de que o município tivesse bons profissionais, tivesse um acompanhamento da Secretaria de Educação e pude ver que o município avançou bastante nesse regime de colaboração com a Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação, e já nas primeiras avaliações externas, já ficou demonstrado que o município conseguiu evoluir bem nessa questão da alfabetização [...] posso colocar que o município teve um bom êxito, um bom andamento nas ações [...] (S6, 2025).

O município construiu sua arquitetura para atender os alunos em tempo integral do nono ao sétimo ano, e a arquitetura para atender os demais alunos no tempo regular, porque nós temos alunos no regular e temos alunos no integral [...] então, nós temos realidades distintas que nós precisamos organizar a arquitetura do município de acordo com a realidade de cada escola (S4, 2025).

Essa leitura é coerente com a premissa de Ball (1994) de que a política, no contexto da prática, não é neutra nem automática, mas traduzida, e essa tradução depende, sobretudo, da interação entre os sujeitos, as instituições e os territórios.

A complexidade dessa interação é empiricamente verificada por Binelo e Vieira (2022) em seu estudo intitulado “O processo de recontextualização curricular pós-BNCC: experiência de uma rede municipal de ensino”. Os autores demonstram

que o município atua como um contexto de tradução secundária da política, mediando o texto oficial e o contexto da prática, o que nos possibilita compreender que a efetivação da política não é linear. Enfatizamos que essa tradução municipal (a qual relacionamos ao contexto específico desta investigação) constitui a própria política, visto que ela se modifica (e assim interpreta/recontextualiza) antes que chegue na escola. Observamos isso pelas falas de secretários(as) municipais de Educação em pauta.

Podemos inferir o desafio que é para esse gestor coordenar e executar a política em análise, pois é por meio da sua atuação que há um alinhamento (na perspectiva de adequação) entre o texto inicial do PAIC Integral e a realidade municipal, isto é, o(a) secretário(a) é forçado a lidar com múltiplos contextos da prática simultaneamente, tornando a observação, o alinhamento e a padronização da atuação da política uma tarefa exponencialmente complexa e fragmentada.

Na sequência destacamos também o termo “aluno”, o qual sugere que nas práticas do PAIC Integral o estudante é inserido como ser ativo no seu processo de aquisição do conhecimento, associado ao termo “tempo integral”, como pode ser visualizado nas falas dos entrevistados.

[...] a criança, o aluno ter a oportunidade de passar o dia na escola, com uma nova organização do seu tempo, o tempo pedagógico, como a gente coloca sempre a expressão, com mais oportunidade de aprendizado, com uma maior atenção do professor, sem aquela pressa. Então, há a oportunidade do núcleo gestor da escola, dos professores, ter uma organização maior, uma organização mais tranquila, uma otimização do tempo para que o aprendizado aconteça da melhor forma (S6, 2025).

[...] aperfeiçoar as nossas práticas que precisam estar constantemente sendo refletidas, sendo repensadas, para que elas venham a ser melhoradas, para que elas façam sentido para a gente e para os nossos alunos (S1, 2025).

Essas falas corroboram a perspectiva com destaques feitos por Ball, Maguire e Braun (2016) de que os alunos são tradutores ativos da política. No nosso caso, o PAIC Integral, já que eles mostram a necessidade existente nas práticas cotidianas. Com isso, a política é reinterpretada no contexto da prática.

Em conjunto, as palavras que destacamos (“gente”, “escola”, “município”) na nuvem de palavras nos remetem à ideia de que as políticas educacionais, inclusive o PAIC Integral, sempre irão trazer novas condições e desafios para as localidades

onde estão inseridas. Nessa perspectiva, inferimos que o “tempo integral” irá redefinir diversas ações dos gestores municipais e do gestor estadual, já que pode ser limitada por fatores materiais (infraestrutura) e pela comunidade. Já quando os entrevistados mencionam “alunos”, estabelecem uma demanda pedagógica diferente, criando novas pressões e ambiguidades que o corpo docente é obrigado a absorver e traduzir em ação concreta. Acreditamos que, também por isso, o termo “professor” foi citado pelos(as) secretários(as) municipais entrevistados(as).

Em se tratando do ator professor, especificamente, é possível destacar mais uma vez o protagonismo inevitável da docência. Baseado no contexto da prática do ciclo de políticas de Ball *et al.* (1994, 2016), e na teoria da atuação de Ball, Maguire e Braun (2016), podemos inferir que o professor não é um mero executor do PAIC Integral, mas sim, o ator central da tradução da política. Assim, a efetivação do programa se configura como um desafio contínuo, pois a política educacional, ao apresentar termos como “aluno” e “tempo integral” impõe novas pressões e desafios à atuação docente.

Nesse sentido, a criatividade do professor se torna um elemento imprescindível não como um atributo pessoal, mas como o processo político-pedagógico necessário para reconfigurar o texto do PAIC Integral e adaptá-lo às realidades situadas e materiais da escola, confirmando o professor como o mediador crucial que ganha destaque ao dar sentido prático a esses discursos, como é possível observar nas falas dos(as) secretários(as):

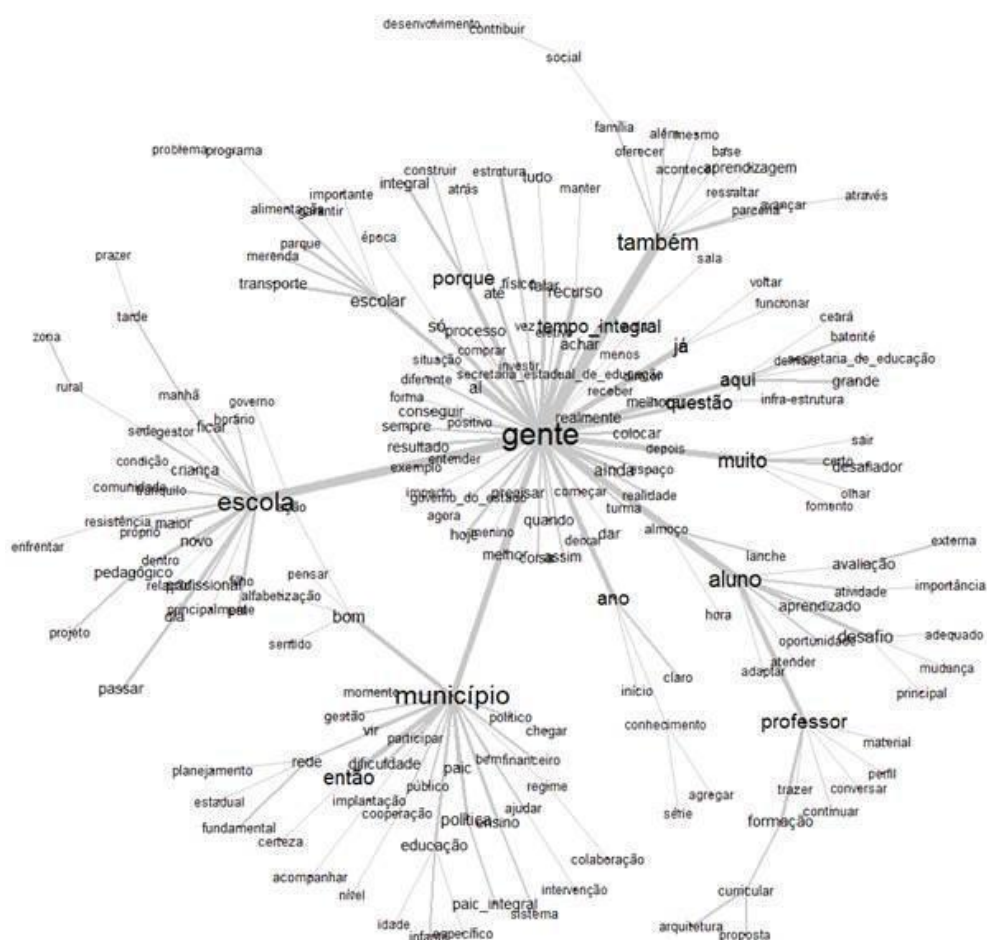
[...] os nossos professores, nossos gestores, eles estão mais atentos ao seu entorno, eles estão mais sensíveis à importância de se reconhecer, de refletir os conhecimentos que as famílias têm, quais são ali os costumes daquela comunidade e eles trazem mais isso para dentro da escola, dentro das suas ações, para que a proposta do PAIC faça sentido para aquela turma, para aquele aluno. E eu consigo perceber isso quando eu vejo um professor que é professor do sexto ano lá na escola x que fica na comunidade y, e é o mesmo professor lá na escola w que fica na comunidade z. Ele não reproduz o seu plano de aula lá nas duas escolas. Ele, dentro da proposta do PAIC, procura o que a comunidade tem a oferecer para ele, para que ele torne a sua atuação atrativa para os alunos, e isso faz muita diferença (S1, 2025).

Desse modo, implicitamente, o entrevistado valoriza e reconhece a postura do professor, que busca de forma criativa e contextualizada uma melhor proposta para seus estudantes, o que nos conduz à compreensão de que, de fato, o professor é um ator ativo, criativo e reconfigurador da política educacional, distanciando-se de

um mero implementador (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball; Mainardes, 2011; Ball; Maguire; Braun, 2016).

Ao analisarmos a árvore de similitude (Figura 3), a importância do contexto e suas inter-relações, em que “o contexto inicia e ativa processos políticos”, conforme nos apontam Ball, Maguire e Braun (2016), percebemos a densidade semântica entre as palavras “gente” “escola” e “aluno” relatadas pelos(as) entrevistados(as), que reconheceram esses elementos como centrais no processo de efetivação da política do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité-CE. Essa percepção está alinhada à compreensão de que a execução de políticas educacionais depende diretamente da atuação dos sujeitos escolares e de suas interações cotidianas.

Figura 3 – Árvore de similitude: interpretação de secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE sobre o contexto da prática do PAIC Integral



Fonte: Elaborado pela autora (2025) com base no software IRAMUTEQ versão 0.8 alpha 7 (2025)

Nesse cenário, ao considerar os princípios apresentados por Ball, Maguire e Braun (2016), vemos que a política educacional transcende a formalidade dos documentos oficiais, adquirindo significados específicos no contexto da prática, em que os atores escolares/municipais reinterpretem as diretrizes à luz das condições concretas de trabalho e das demandas do cotidiano. Nesse processo, a escola se configura como espaço dinâmico de negociação, cujos alunos passam a influenciar a definição e a adequação das estratégias pedagógicas.

De forma complementar às nossas questões de pesquisa, destacamos estudos de Lopes e Macedo (2011), que enfatizam que o currículo deve ser compreendido como política em ação, continuamente moldado e ressignificado pelas interações entre secretários(as) de Educação, professores, estudantes e demais atores. Assim, a recorrência dos termos na árvore de similitude não apenas aponta a centralidade entre “gente”, “aluno” e “escola”, mas também sugere que a materialização da política se ancora em práticas sociais e curriculares situadas, nas quais a escola e seus sujeitos são protagonistas.

Também é possível perceber a alta coocorrência entre as palavras “gente” e “município”, na interpretação de secretários(as) de Educação, o que nos possibilita associar essa correlação frente ao contexto da prática de Ball *et al.* (1994, 2016). Vale destacar que a política do PAIC Integral está inserida no lócus/território, e por ser feita pelos profissionais que com ela atuam, se torna uma política educacional mutável, indo ao encontro do que é preconizado pelos autores supracitados.

Esses elementos nos possibilitam compreender que as políticas começam em pontos diferentes e têm trajetórias e expectativas de vida distintas, ou seja, algumas diretrizes são obrigatórias; outras, fortemente recomendadas ou apenas sugeridas, como reforçado por Ball, Maguire e Braun (2016), quando afirmam que as políticas educacionais são formuladas “acima” e outras são produzidas nas escolas ou pelas autoridades locais.

Na tentativa de compreender como as políticas públicas educacionais se concretizam no cotidiano escolar, Ball, Maguire e Braun (2016) destacam que elas são moldadas por quatro dimensões ou contextos que são inter-relacionadas. Lembramos que o contexto situado faz referência às características da instituição de ensino, abrangendo sua localização, histórico e o contexto socioeconômico da comunidade. O contexto profissional, também denominado cultura profissional, diz respeito às práticas, valores e formas de engajamento do corpo docente. Já os

contextos material e externo se relacionam, respectivamente, à infraestrutura física e aos recursos disponíveis, bem como às demandas e pressões exercidas pelo sistema educacional, como as políticas de avaliação e regulação.

Com base na perspectiva da Teoria da Atuação de Ball, Maguire e Braun (2016), inferimos que a política do PAIC Integral também é traduzida e reinterpretada de acordo com os contextos supracitados. O contexto situado é fundamental, pois explica por que a mesma política produz resultados diferentes em escolas e municípios distintos, focando nas particularidades institucionais, históricas, e demográficas de cada local.

Por sua vez, as culturas profissionais reconhecem o elemento humano sendo a política mediada pela subjetividade e pelos valores dos atores escolares, incluindo nesse campo os(as) secretários(as) municipais de Educação. A inclusão desses gestores amplia o escopo desse contexto, destacando sua função como agentes-chave na tradução e alocação de recursos, impactando a priorização das ações em âmbito local.

Já os contextos materiais reintegram a infraestrutura e os recursos financeiros e humanos (números de professores, merendeiras), sendo esses limitadores ou facilitadores concretos da política. Por fim, o contexto externo revela que a escola e o município estão sob a pressão constante de órgãos reguladores e do sistema, como as CREDEs e a SEDUC, através de mecanismos, como as avaliações externas e a premiação por resultados.

Quando avaliamos o eixo de estudo (gente, municípios e palavras adjacentes) e as associamos às outras palavras representadas na árvore de similitude, é possível relacioná-lo com as dimensões do contexto da prática idealizada por Ball, Maguire e Braun (2016). Nessa perspectiva, podemos afirmar que as palavras conectadas “município”, “participar”, “ajudar”, “cooperação” e “intervenção” podem estar associadas com os contextos “cultura profissional e contexto externo” (Ball; Maguire; Braun, 2016), por associar palavras que refletem os valores dos educadores e gestores locais (ajudar, participar) e o contexto externo, por remeter às demandas externas impostas pelas próprias Secretarias Municipais de Educação, bem como ao regime de colaboração. Assim é possível relacioná-las às avaliações externas, conforme assinala o entrevistado S3 (2025):

Apesar que eu acho que não se deve medir o sistema de ensino só pela régua do SPAECE, eu acho limitado. Tem outros valores que agregam ao sistema de ensino que não seja só esse desempenho, mas é a ferramenta que se tem. Eu mesma participei, fui coordenadora da área de avaliação do Estado, eu sei como é isso, eu sei que é importante, mas deveria ter outros valores, eu não sei como.

Quanto à similitude entre as palavras “município”, “financeiro” e “dificuldade”, relacionamo-la diretamente com os contextos materiais, ou seja, os aspectos físicos, que refletem diretamente como a escola/município conseguirá concretizar a política, no nosso caso o PAIC Integral. A falta de recursos financeiros restringe a ação material, em especial no que concerne à infraestrutura, como S4 (2025) explica:

Parceria com governo do estado para investir em infraestrutura, para receber os alunos na modalidade de tempo integral. Nós precisamos não de recursos paliativos, que é o que a gente está recebendo ano a ano. Nós gostaríamos de ter recursos para construir escolas, escolas novas em uma determinada comunidade ou determinado distrito, porque isso daí ia nos ajudar demais. Então essa é a parceria que nós gostaríamos que fosse mais intensificada, a questão financeira realmente.

Desse modo, a menção à dificuldade financeira no âmbito municipal aponta que a falta de recursos restringe a ação material, comprometendo a capacidade de a escola/município concretizar o PAIC Integral. Compreendemos que essa carência impede a tradução plena da política (se é que ela existe!), em especial no que concerne à infraestrutura necessária para o tempo integral, conforme explicitado por S4 (2025). Lembramos que, de acordo com Sousa (2018), esse contexto material é fundamental para o entendimento do contexto da prática de Ball (1994), pois as condições materiais podem limitar ou possibilitar as interpretações e traduções das políticas educacionais. Com isso, percebemos que esse contexto material atua como um fator que molda e, por vezes, restringe as possibilidades de atuação no contexto da prática.

Nessa perspectiva, Pontes e Almeida (2020) afirmam em seu trabalho que a falta de recursos financeiros compromete também o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP)³, uma política pública educacional destinada a qualificar gestores públicos. Os autores demonstraram que a escassez de recursos pode resultar na precarização das condições de ensino e aprendizagem,

³ Estudo realizado para analisar o contexto da prática do PNAP no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública na modalidade Educação a Distância oferecido pela Universidade Aberta do Brasil, em parceria com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba.

dificultando a realização de atividades presenciais e limitando o acesso dos alunos a materiais e equipamentos necessários. Dificuldades financeiras podem, portanto, limitar a capacidade das instituições de ensino de implementar plenamente as políticas educacionais, comprometendo o alcance e a qualidade das ações no contexto da prática.

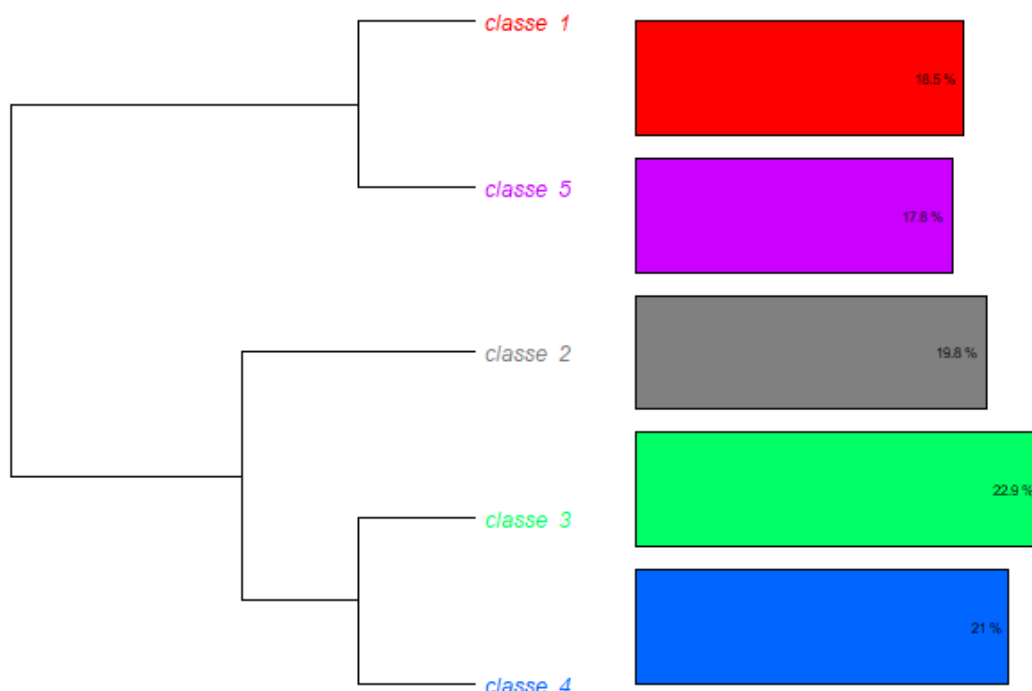
Com isso e com os dados da presente investigação, podemos inferir que a falta de recursos financeiros perpassa todos os níveis e modalidades de ensino no Brasil. Inferimos ainda ser um desafio à efetivação plena do PAIC Integral, pois demanda investimentos para elementos diversos, como formação docente, infraestrutura escolar e recursos pedagógicos, dentre outros, como argumenta S6 (2025):

[...] mesmo com a colaboração do Estado, é claro, essa colaboração não cobre 100% das despesas. Então o município tinha que se organizar financeiramente para ter estrutura física, ampliação das cargas horárias ou contratação de novos profissionais e estruturas diversas, tinha que dispor de mais recursos para que o tempo integral fosse mais efetivo, pudesse acontecer como deve acontecer.

Consideramos, desse modo, que a falta de recursos financeiros pode ser um fator limitante, podendo comprometer a política educacional no contexto da prática.

A seguir, apresentamos o dendograma da CHD, obtido a partir do corpus textual, tratado no *software* IRAMUTEQ, concernente às falas dos(as) secretários(as) municipais de Educação acerca de sua interpretação do PAIC Integral nos municípios sob sua gestão (Figura 4).

Figura 4 – Dendograma da CHD: interpretação de secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE sobre o contexto da prática do PAIC Integral

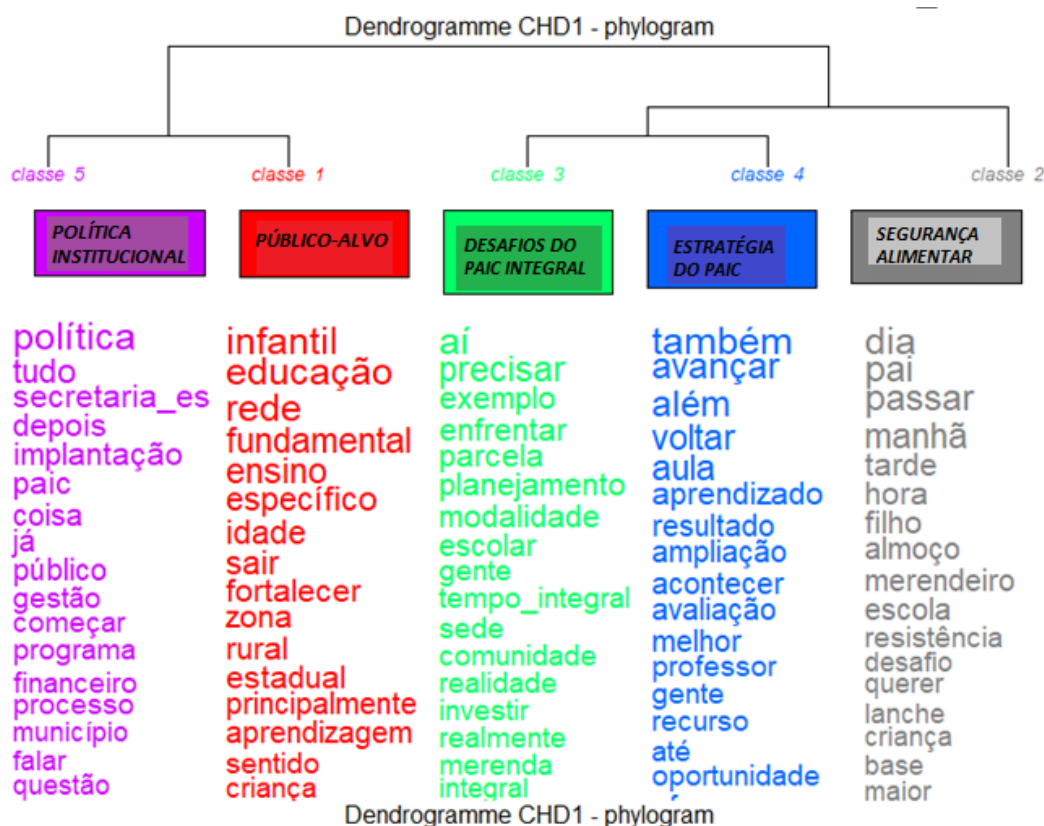


Fonte: Elaborado pela autora (2025) com base no software IRAMUTEQ versão 0.8 alpha 7 (2025)

Das seis entrevistas realizadas, obtivemos o agrupamento em cinco classes interligadas por um chaveamento da CHD, o que leva em consideração a relação entre as palavras no contexto das classes e seus percentuais no total do texto. Nessa última análise, podemos perceber que a maior classe foi a classe 3 (22,9%), seguido da classe 4 (21%), classe 2 (19,8%), classe 1 (18,5) e, por fim, classe 5, com (17,8%).

Na Figura 5 a seguir demonstramos o CHD1, que foi denominada a partir das palavras elencadas em cada classe sintetizada pelo software. A classe 1: Público-alvo; classe 2: Segurança alimentar; classe 3: desafios do PAIC Integral; classe 4: estratégias do PAIC Integral e classe 5: Política Institucional.

Figura 5 – Dendograma da CHD1: interpretação de secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE sobre o contexto da prática do PAIC Integral



Fonte: Elaborado pela autora (2025) com base no software IRAMUTEQ versão 0.8 alpha 7 (2025)

Quando analisamos a classe 1, que se refere ao público-alvo, encontramos palavras, como: infantil, educação, criança, aprendizagem, rural, rede, fundamental, entre outras. Isso revela o quanto os(as) entrevistados(as) se importam com o público do PAIC Integral e a necessidade de fortalecer a aprendizagem na infância. Identificamos também a relação entre a classe 1 e a classe 5, formada por palavras, como: política, implantação, PAIC, secretaria estadual, financeiro, gestão. Ao confrontarmos esses termos das classes 1 e 5 frente ao contexto da prática, é possível notar como os(as) entrevistados(as) têm ciência de que a política precisa estar diretamente relacionada ao público-alvo, visto que ela apresenta demandas particulares, e é por meio da interação entre o público-alvo e a política institucional do PAIC integral que se efetivam os efeitos e suas consequências, como pode ser percebido na argumentação de S3 (2025):

Nós fizemos um planejamento de rede, onde nós requalificamos as escolas, ficaram escolas exclusivamente com a educação infantil, que são os CEIs,

ficaram escolas só com o Fundamental 1, escola com o Fundamental 1, primeiro, segundo e terceiro ano, com outra escola, com terceiro, quarto e quinto, uma escola com sexto e sétimo e a outra com oitavo e nono. Isso aqui na sede. Nós tentamos requalificar esse parque escolar, requalificar também na zona rural, onde foi possível fazer essa pactuação entre as escolas, que via de regra, as comunidades só têm uma única escola. Aqui na sede ficou a coisa mais avançada, nesse planejamento. Mas o que nós não conseguimos fazer, a divisão espacial, fizemos as divisões pedagógicas e fizemos o projeto pedagógico anunciado. O professor, por exemplo, que trabalhava na educação infantil, não entrava no Fundamental I. Ele estava no Fundamental II, não estava no Fundamental I. Então, foi reorganizando a própria escola, a rede escolar, com o projeto pedagógico, com o material pedagógico mais específico. Então, foi essa questão. Não é fácil.

A explicação de S3 (2025) possibilita destacar movimentos políticos em torno das adaptações efetuadas pelos sujeitos envolvidos nesse processo para que o PAIC Integral possa atender efetivamente ao público-alvo, refletindo diretamente a proposição de reinterpretação da política no contexto da prática e o processo de tradução da política na realidade local (Ball, 1994; Ball; Maguire; Braun, 2012).

Ghisleni, Prieto e Marquezan (2022), ao analisarem a Educação Infantil, sublinham que a interpretação e a atuação da política estão intrinsecamente relacionadas às ações da própria escola, tais quais: práticas pedagógicas cotidianas, concepção da criança, organização de tempo e espaço e proposta curricular e avaliação. Essa perspectiva valida as modificações necessárias para efetivação do PAIC Integral. Isto é, os(as) secretários(as), escolas, professores e alunos são contextos vivos que decodificam o texto político à luz de suas realidades.

Na continuidade de nossas análises, relacionamos as classes 3 e 4, desafios do PAIC integral e estratégias do PAIC Integral, visto que elas destacam termos, como: tempo integral e professor, respectivamente, o que nos leva a apontar o quanto o professor atua sempre como executor ou ator final da política educacional. Os(As) secretários(as) de Educação dos municípios destacam:

Porque os principais desafios enfrentados na rede municipal de X estão associados à compreensão por parte dos professores com relação à alteração da logística do cumprimento de nova carga horária do tempo integral, porque tudo mudou dentro da rotina da escola. Outro desafio está associado à questão da ausência de espaço físico para receber os alunos de maneira adequada e confortável. Então tinha muitos professores que questionavam se isso ia dar certo (S4, 2025).

A nossa principal dificuldade aqui foi a falta de cooperação no início, devido até à falta de entendimento dos profissionais do programa, por parte de alguns profissionais. Enfrentamos muitas resistências de professores no início (S2, 2025).

Conforme as respostas de S4 (2025) e S2 (2025), podemos inferir que os professores são os estrategistas ou mediadores da política do PAIC Integral, tendo que ampliar a jornada de trabalho para o tempo integral e consequentemente apresentando atividades diversificadas, o que implica mudar toda a rotina e sua pedagogia, gerando uma desconstrução do texto base da política (Ball; Maguire; Braun, 2016).

Cabe ressaltar que a expansão da jornada escolar em tempo integral para as escolas de Ensino Fundamental da rede municipal do Ceará, articulada por meio da política do PAIC Integral, constitui uma estratégia sistêmica de cooperação entre Estado e município, que está sendo progressivamente inserida, inclusive na região do Maciço de Baturité, cujo intuito é garantir o desenvolvimento humano integral e elevar a qualidade da aprendizagem dos estudantes.

Enquanto pesquisadoras, interessa-nos destacar também a necessidade de investigações que analisem, no contexto da prática (na perspectiva do ciclo de políticas de Ball *et al.* (1994, 2016), associado à teoria da atuação, a melhoria ou não do tempo integral na política do PAIC Integral e se/como essa mudança de jornada tem relação com as mudanças nas avaliações externas.

Ao apreciarmos especificamente os termos da classe 4 temos: “avaliação, resultado, ampliação, melhor, aula”, o que nos leva a estabelecer uma conexão entre essa classe e a expressão “tempo integral”, que foi mencionada pelos entrevistados na classe 3, além de ser a principal bandeira do PAIC Integral, o que implicará na introdução de novas dimensões curriculares para os professores, além de outras demandas.

Consideramos que esse contexto poderá promover uma transformação na política educacional, ou seja, o PAIC Integral deixará de ser um texto conceitual e passará para uma resignificação efetiva em todos os municípios em estudo. Certamente, essa tradução do PAIC Integral será influenciada por condições escolares, do corpo docente e das condições locais. Isso tudo intensifica as demandas de performance do professor, no caso das avaliações de larga escala e a formação humana de desenvolver competências, conforme descrito por Ball *et al.* (2016).

Apesar dessa análise inicial, também é plausível destacar que os termos “avaliação” e “resultados” são temas centrais de avaliação de políticas (Malta *et al.*, 2025), são elementos que dão forma ao PAIC Integral. No contexto da prática, a

política é “moldada” continuamente em busca de dados mensuráveis. Essa dinâmica se alinha ao referencial de Sousa (2018), que, ao discutir Ball (1994), explica que a política é atuada pelos atores locais (secretários, gestores, professores) em um processo de reconfiguração. Desse modo, defendemos a ideia de que os resultados alcançados por meio das avaliações podem construir a política educacional no município discutindo, elaborando e apontando estratégias pedagógicas para a considerada melhoria da qualidade da educação.

Soares e Werle (2019) reforçam que as avaliações externas têm sido amplamente utilizadas pelos governos cearenses para nortear as políticas educacionais do Estado. Nesse sentido, os autores criaram uma Ficha de Registro Individual (FRI), que tem como ponto de partida os resultados do SPAECE-alfa e servirá para criar uma cultura de avaliação da aprendizagem e não apenas de desempenho. A FRI subsidiará a escola e os professores na elaboração de projetos que proponham alternativas de superação das dificuldades de aprendizagem discente. Com isso, o FRI induz um trabalho pedagógico que respeite o nível de desenvolvimento real e proximal de cada criança avaliada.

Dessa forma, percebemos as possibilidades que a política do PAIC traz para nortear as mudanças pedagógicas em cada escola ou município, induzindo a criação de novos métodos e/ou instrumentos como a FRI. No contexto da prática de Ball *et al.* (1994, 2016), essa capacidade de gerar instrumentos adaptáveis é fundamental, pois permite que o planejamento e a intervenção pedagógica sejam modelados de acordo com a realidade e as necessidades específicas de cada município. Assim, podemos afirmar que o PAIC estimula os professores a efetivamente transformarem as práticas de ensino e aprendizagem de acordo com a realidade local.

Por fim, ressaltamos a importância da classe 2, a de segurança alimentar, que também se relaciona com as classes 3 e 4. Na classe 2 encontramos palavras, como: dia, manhã, tarde, lanche, merendeira, almoço, dentre outras. Isso aponta para a preocupação dos entrevistados com a dimensão dos contextos materiais de Ball, Maguire e Braun (2016), pois alguns representam artefatos materiais (lanche, almoço), sendo fatores fundamentais para a execução da política no contexto da prática, conforme destacam S3 (2025) e S6 (2025):

A alimentação escolar é fundamental. Você coloca a criança para passar oito, nove horas na escola, sem ter um bom programa de alimentação escolar, e não é só fazer aquisições dos alimentos, era como processar

esses alimentos, armazenar e processar, qualificar as nossas merendeiras, os serviços gerais, o próprio núcleo gestor da escola para saber lidar, que de um dia para o outro nós passamos a fazer três refeições diárias nas escolas. Um café da manhã, um lanche na chegada, pela manhã, um almoço e uma refeição praticamente na saída. Foi muito desafiador. Nós tínhamos que requalificar a nossa equipe, trazemos novos nutricionistas, gastrônomos, requalificar a estrutura física das escolas, a parte de cozinhas, almoxarifado e, principalmente, os profissionais. De repente, uma merendeira se viu numa escola nossa fazendo 600 almoços. Mais de manhã, 600, do lanche à tarde, mais 600. Nós tínhamos aqui uma outra questão, que era a superpopulação de algumas escolas, o número elevado de alunos por escola, centralizado em algumas escolas. Nós tínhamos aqui uma escola chamada x, que ainda existe, que tinha 1.300 alunos, era quase um terço da rede do município. Só em uma única escola. Nós fizemos um planejamento de rede.

As famílias têm um filho o dia inteiro na escola, então elas também passam a ter uma preocupação maior, ao mesmo tempo em que elas passam a ter um contato maior com a escola. E a gente também não pode esquecer, eu acho que até isso vale a pena ressaltar, quando você tem alunos de comunidades muito carentes, esses alunos têm a oportunidade de ter uma alimentação melhor na escola, porque a gente não pode fugir da realidade de algumas famílias que inclusive dependem de programas sociais, e nem sempre conseguem oferecer uma alimentação balanceada, uma alimentação nutritiva para esses alunos, e até isso impacta também no aprendizado deles.

A segurança alimentar é um dos pontos ressaltados nos estudos das políticas educacionais, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar busca a garantia da alimentação nesse contexto. Lima e Brito (2025) destacam, frente ao contexto da prática de Ball (1994), algumas dificuldades desse programa em uma escola da rede pública municipal da Bahia. A principal dificuldade apontada é a baixa adesão dos alunos aos cardápios repetitivos e a relação entre as ações nutricionais e o projeto pedagógico escolar. Por esse motivo, os autores finalizam o estudo sugerindo uma aproximação entre o programa (política pública) e a realidade da escola investigada, ou seja, um aperfeiçoamento do contexto da prática.

Além das expressões temporais, como “dia”, “manhã” e “tarde”, que também têm relação com tempo integral, já discutido na classe 2, também podemos relacioná-las à organização estrutural e à alocação de recursos, como o tempo dos professores e o uso das salas, dentre outros que se relacionam diretamente com o contexto da prática do ciclo de políticas (Bowe; Ball; Gold, 1994).

Corroborando essa discussão, Ball, Maguire e Braun (2016) afirmam que a atuação da política nas escolas depende diretamente de “materiais” da escola, ou seja, fatores como disponibilidade de tempo, por exemplo, funcionam como materialidade que limita, ou não, a ação. Se levarmos em consideração a segurança

alimentar escolar, o tempo definido para as refeições e a organização da logística (o uso dos espaços) são fatores estruturais que determinam a efetividade das políticas de alimentação, podendo impedir seriamente a capacidade da escola para inovação ou para o cumprimento integral do programa.

Assim, partimos do princípio de que a preocupação de secretários(as) municipais de Educação, partícipes desta investigação, com a efetivação do PAIC Integral no contexto da alimentação, trará novas reinterpretações da política. Apesar de não ser foco da presente pesquisa, é importante ressaltar que haverá necessidade de um convite à inovação para que se tenha atenção a essa questão para que as necessidades estudantis sejam atendidas e, assim, se tenha uma elevação do potencial da política educacional.

Ainda em relação à classe 2, temos também as palavras “desafio e resistência”, que nos remetem às dificuldades enfrentadas pelos(as) secretários(as) municipais e demais atores na efetivação do PAIC Integral, conforme aponta S2 (2025):

As mudanças de rotina foram necessárias, a locação de alunos e profissionais em novos espaços, a alteração da lotação dos professores, que é sempre um grande desafio, a adaptação do cardápio para ofertarmos o almoço. Tivemos que adaptar toda a estrutura da cantina e prorrogar o tempo de trabalho das merendeiras. Conversamos com os pais, pessoalmente eu estive lá com os pais em reunião, com os alunos, com os professores, todos os servidores das escolas, explicamos a importância, o intuito do programa do tempo integral.

Essa fala aponta para limitações contextuais ligadas às diferentes demandas que não são previstas no plano das políticas, as quais, possível e provavelmente, culminam em resistências no contexto da prática, não no sentido de negar, mas como uma maneira ativa de lidar com a política. Nesse sentido, as escolas/municípios não são ambientes neutros, conforme destacado por Ball, Maguire e Braun (2016), mas há sempre um contexto social e uma materialidade para a política.

Diante disso, percebemos que o desenvolvimento do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité-CE envolve iniciativas de cada município de acordo com suas particularidades, tendo sempre como ponto de partida as pessoas que fazem essa política educacional. No entanto, também constatamos que os desafios para efetivação da política foram constantes, relacionados à jornada de tempo integral, à

alimentação do público-alvo, à conscientização dos professores e comunidade escolar e às readequações de infraestrutura, o que indicou a necessidade de adaptações para que a política fosse efetivada.

Essas adaptações ocorreram porque é perceptível que na região há uma cultura favorável, tendo como centro para isso o trabalho do regime de colaboração, que mobiliza todos os atores para executarem a política, conforme é destacado a seguir:

O PAIC, ele vem e se desenvolve através do regime de cooperação entre o estado e o município, então isso é muito significativo. Nós temos uma tradição no estado do Ceará, que vem de muitas gestões, que acho que é uma política de continuidade, não uma política de governo, mas uma política pública, voltada para a educação do nosso município, que é a cooperação técnica, estado-município (S3, 2025).

Os sujeitos desta investigação destacam que as dimensões contextos materiais, reconfigurações materiais (novos espaços, realocação de turmas do 9º ano para uma única escola, mudanças no transporte escolar) e temporais (jornada estendida) se tornam um desafio constante para atuação da política, como elenca Ball, Maguire e Braun (2016), como podemos observar no relato de S2 (2025): *“Hoje eu vejo que pelo menos o do nono ano já está consolidado, o oitavo ano também, e aí nós estamos partindo para o desafio agora dos sétimos anos”*.

Essa dinâmica nos possibilita perceber, senão compreender, a existência de uma “tensão” entre o que está previsto na lei do PAIC Integral e as condições e possibilidades de cada município. Isso também pode indicar que teremos a necessidade de adaptações tanto no currículo quanto na organização da escola. Assim, podemos inferir que secretários(as) municipais de Educação são atores que medeiam os recursos financeiros para que consigam adaptar o PAIC Integral à sua realidade. Destacamos também que essas adaptações podem ser vistas como uma reconfiguração para aumentar as notas (ranqueamento) das escolas nas avaliações externas e, com isso, maximizar os resultados, estabelecendo parâmetros para efetivação da política educacional.

Dessa forma, é possível afirmar que a articulação e a operacionalização da política pública educacional apresentam elevado grau de complexidade e múltiplos desafios intrínsecos em cada município. O PAIC Integral compartilha dessa complexidade, o que exige adoção de dinâmicas para reinterpretar de forma

contínua. Ademais, a presente investigação aponta para a importância de dar visibilidade a todos os atores que dão vida à política, segundo a posição que ocupam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender, sob a interpretação de secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE, a política pública do PAIC Integral. Por meio dela, foi possível perceber pelos discursos dos gestores a preocupação com a dimensão humana e cumprir o escopo idealizado da política e a execução de uma política relativamente nova (PAIC Integral legislada em 2022) e a capacidade dos municípios de sustentá-la e atuar nela, juntamente com a parceria do Estado do Ceará.

Ressaltamos que o uso do *software* IRAMUTEQ em nossa investigação configurou uma estratégia (por nós considerada) inovadora para a análise dos discursos produzidos pelos sujeitos da pesquisa. Essa ferramenta nos possibilitou uma perspectiva abrangente e diferenciada para a compreensão e a fala de secretários(as) municipais de Educação participantes em relação à sua interpretação e adaptações do PAIC Integral nos municípios sob sua gestão.

A pesquisa também nos possibilitou aduzir rigor metodológico, ajudando a reduzir possíveis vieses interpretativos, que podem ocorrer em pesquisas de métodos qualitativos. Por meio da nuvem de palavras, da árvore de similitude e do dendrograma gerado pelo *software*, foi possível entender claramente os dados oriundos dos discursos produzidos. Destarte, nossos resultados expressam não nossa interpretação pessoal, mas sim, uma análise da própria organização do discurso dos sujeitos, sob o referencial do contexto da prática do ciclo de política e em parte da teoria da atuação.

Quando analisamos o PAIC Integral, sob a visão de secretários(as) municipais de Educação, frente ao contexto da prática e à teoria da atuação, foi possível sublinhar o quanto eles estão diretamente envolvidos nessa política educacional, sendo atores políticos capazes de traduzir e reconfigurar essa política para suas realidades. Ou seja, eles atuam diretamente na arena da prática, distanciando-se de uma visão determinista da diretriz, que os reduziria a simples executores burocráticos. Percebemos, com isso, a capacidade desses líderes de traduzir, negociar e conferir materialidade ao texto normativo do PAIC.

Como observamos ao longo da pesquisa, os holofotes foram dados a secretários(as) municipais de Educação, que desenvolvem muito além de atividades administrativas. Acreditamos que por meio desses agentes a efetivação do PAIC

Integral na região do Maciço de Baturité-CE irá favorecer o aumento do impacto social e cultural, por meio da promoção de educação de qualidade.

Nos nossos resultados, percebemos que a palavra mais mencionada pelos(as) secretários(as) foi “gente”, demonstrando que não é um mero acidente lexical, pois essa palavra sinaliza uma racionalidade prática que insere as preocupações com o fator humano, tanto o público-alvo (alunos) quanto os agentes de efetivação (professores), no centro da gestão, sendo esses catalisadores finais da mudança da política transformando as demandas externas de desempenho em um projeto coletivo, recontextualizando a política em termos de responsabilidade compartilhada.

Isso demonstra também um senso de comprometimento dos(as) secretários(as), o que implica e reconhece que os desafios do PAIC Integral (adaptação, infraestrutura) são, antes de tudo, desafios inerentes às pessoas que os fazem e os recebem. Essa percepção humanizada é o motor da reconfiguração, forçando esses gestores a mediar as demandas globais da política com as necessidades internas e específicas de cada município.

Constatamos também que os principais desafios para a efetivação do PAIC foram referentes à jornada de tempo integral, à alimentação dos alunos, conscientização dos professores e da comunidade escolar e às readequações de infraestrutura, o que indicou a necessidade de adaptações. Esses ajustes foram realizados nos municípios investigados, em parte pela cultura favorável à política do PAIC e ao trabalho do regime de colaboração.

Ademais, conseguimos perceber também que o PAIC Integral nos dará novos métodos e instrumentos que possibilitarão o planejamento de diversas novas intervenções pedagógicas, conforme as realidades específicas de cada município. Assim, podemos afirmar que o PAIC estimula os professores a efetivamente transformarem as práticas de ensino e aprendizagem de acordo com a realidade local.

Salientamos um sinal discursivo que aponta para o cerne da pesquisa: a tradução e atuação de políticas públicas educacionais, no caso o PAIC Integral, no contexto da prática, em que as dimensões situadas e materiais se impõem como barreiras, forçando secretários(as) a adotarem estratégias específicas de adaptação em resposta às insuficiências estruturais e financeiras do nível local. A análise mostrou que isso é feito em conjunto com os atores locais como alunos e

professores, ressignificando a política em cada um dos municípios que tiveram seus secretários(as) como parte desta investigação.

Entendemos que para a continuidade da expansão da jornada do tempo integral e execução do PAIC Integral, é interessante o fortalecimento do trabalho de colaboração entre Estado e municípios cearenses, incluindo-se a região do Maciço de Baturité-CE, integrada por 13 municípios geograficamente vizinhos. Compreendemos ainda que, para a plena efetivação do PAIC Integral no âmbito local, são indispensáveis as múltiplas e contínuas interpretações da política, para além das avaliações externas que focam em desempenho. Com isso, os dados da nossa pesquisa com secretários(as) municipais de Educação nos permitiram captar a tradução e a recontextualização da política do PAIC Integral nos municípios do Maciço de Baturité-CE.

Em síntese, nosso trabalho mais uma vez reitera que o sucesso ou o fracasso de um texto político não se define nos gabinetes centrais, mas sim, na turbulência cotidiana. No nosso caso, no município, sendo importante destacar os(as) secretários(as) municipais como atores cruciais no processo de tradução e ressignificação da norma. É nesse contexto da prática que, a partir de suas esferas de atuação, a política é traduzida e materializada. Secretários(as) municipais e os líderes escolares, incluindo professores e alunos, assumem a responsabilidade de mediar as demandas globais e as necessidades internas, utilizando sua capacidade de atuação para transformar táticas de poder em estratégias que determinam, por conseguinte, os efeitos e as consequências concretas da política no município.

Apesar dos significativos avanços que a política do PAIC vem desempenhando ao longo desses 18 anos na educação cearense, ainda são fundamentais estudos acadêmicos que tenham como foco todos os eixos estruturantes da política, o que poderá dar mais visibilidade ao programa e com isso promover o seu aprimoramento contínuo baseado em evidências científicas.

Portanto, este trabalho apresenta um contexto único e inovador, ao conferir visibilidade aos(as) secretários(as) municipais de Educação, pois esses agentes conseguem também traduzir e ressignificar as diretrizes centrais do PAIC Integral frente às suas realidades locais. Isso expande o espectro de discussão sobre a política em ação, reforçando a necessidade de modelos de gestão e avaliação que considerem a complexidade e a riqueza da negociação diária na definição dos efeitos e rumos da educação.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen James. **Education Reform: a Critical and Post-structural Approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, Stephen James. **Reforma educacional: uma abordagem crítica e pós-estruturalista**. Tradução de Maria Inês Marcondes. São Paulo: Cortez, 1999.

BALL, Stephen James. **Sociologia das políticas educacionais e a pesquisa crítica: educação, globalização e a nova ordem econômica mundial**. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias**. Tradução: Janete Bridon. Paraná, Ponta Grossa: UEPG, 2016.

BATISTA, Viviane Alfredo Alves; BRAGA, Daniel Santos. Ciclo de políticas e teoria da atuação: contribuições para as pesquisas em políticas educacionais. **Revista Administração Educacional**, Recife, v. 14, n. 2, p. 61-79, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ADED/article/view/261929> Acesso em: 11 nov. 2025.

BINELO, Andréia Stochero; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Processo de recontextualização curricular pós-BNCC: experiência de uma rede municipal de ensino. **Debates em Educação**, Maceió, AL, v. 14, n. 36, p. 379-400, dez. 2022. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/13390?articlesBySimilarityPage=20>. Acesso em: 19 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **A nobreza de Estado: as grandes escolas e o espírito de corpo**. Tradução de Maria Helena K. de Souza. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1996.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BOWE, Richard; BALL, Stephen James; GOLD, Ann. **Reestruturando a educação e mudando a escola: estudos de caso de sociologia das políticas**. Tradução de Maria de Lourdes Siqueira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília/DF, 1996a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1,

Brasília/DF, 1996b. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9424.htm. Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. **Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (PRADIME)**. Brasília/DF: Ministério da Educação (Secretaria da Educação Básica), 2006. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Pradime/cader_tex_1.pdf. Acesso em: 7 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília/DF, 2007. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm. Acesso em: 14 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Plataforma Brasil**. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://plataformabrasil.saude.gov.br>. Acesso em: 21 set. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação: 2014-2024**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pnaic>. Acesso em: 7 set. 2024.

BRASIL. **Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm . Acesso em: 7 set. 2024.

BRAVO, Maria Helena de Aguiar; RIBEIRO, Vanda Mendes; CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo. O Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC) segundo artigos acadêmicos brasileiros. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, SP, v. 25, n. 3, p. 2910-2932, 2021. Disponível em:
<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/15560>. Acesso em: 16 maio 2024.

CAMARGO, Brígido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRaMuTeQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>. Acesso em: 16 maio 2024.

CEARÁ. **Lei Estadual nº 14.026, de 17 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Alfabetização na Idade Certa, estabelecendo cooperação técnica e financeira entre o Estado e os municípios para melhorar os resultados de aprendizagem nos municípios cearenses e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará,

Fortaleza/CE, 19 dez. 2007. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4310-lei-n-14-026-de-17-12-07-d-o-19-12-07>. Acesso em: 1º maio 2024.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará (SEDUC). **Protocolo de interesse:** implementação do Programa Alfabetização na Idade Certa. Fortaleza, CE: SEDUC, 2007. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/protocolo-de-intencoes-celebrado-entre-o-governo-do-estado-do-ceara-e-os-184-municipios-do-estado,baa10b8b-1329-41da-923b-acf9e3103103>. Acesso em: 26 maio 2024.

CEARÁ. **Programa Alfabetização na Idade Certa é referência para o Governo Federal.** 21 jun. 2013. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2013/06/21/programa-alfabetizacao-na-idade-certa-e-referencia-para-o-governo-federal/>. Acesso em: 7 set. 2024.

CEARÁ. **Lei n.º 15.921, de 15 de dezembro de 2015.** Altera a redação do caput do art. 2º da Lei n.º 14.026, de 17 de dezembro de 2007. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza/CE, 15 dez. 2015. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/4225-lei-n-15-921-de-15-12-15-d-o-15-12-15>. Acesso em: 1º maio 2024.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará (SEDUC). **Documento curricular referencial do Ceará:** educação infantil e ensino fundamental. Fortaleza, CE: SEDUC, 2019. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/02/DCRC_2019_OFICIAL.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Lei Complementar nº 297, de 19 de dezembro de 2022.** Fortaleza, 2022. Disponível em: <https://bela.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/8211-lei-complementar-n-297-de-19-12-2022-d-o-19-12-22>. Acesso em: 10 out. 2024.

CEARÁ. Secretaria da Educação (SEDUC). **Documento orientador para Escolas de Tempo Integral das Redes Municipais do Estado Ceará** [recurso eletrônico]. Fortaleza: SEDUC, 2023. Disponível em: https://paicintegral.seduc.ce.gov.br/0712-ebook_guia-ceara_docorientador-1-3/. Acesso em: 11 out. 2024.

CEARÁ. Secretaria da Educação (SEDUC). **História do Programa Aprendizagem na Idade Certa – MAIS PAIC.** Fortaleza, CE: SEDUC, 2024. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/mais-PAIC/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CEARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Educação do Governo do Estado do Ceará (SEDUC). **Eixos do Programa PAIC Integral – MAIS PAIC.** Fortaleza, CE: SEDUC, 2024. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/mais-PAIC/>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Decreto nº 35.430, de 15 de maio de 2023. Dispõe sobre o Programa Aprendizagem na Idade Certa (PAIC) Integral.** Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza/CE, 15 mai. 2023. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ce/decreto-n-35430-2023-ceara>. Acesso em: 16 jun. 2024.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Decreto nº 29.139, de 26 de dezembro de 2007.** Aprova o regulamento, altera a estrutura organizacional, dispõe sobre a distribuição e denominação dos cargos de direção e assessoramento superior da Secretaria da Educação (SEDUC) e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Ceará, Fortaleza/CE, 28 dez. 2007. Disponível em: https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2015/04/regimento_seduc_2007.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

COSTA, Anderson Gonçalves; RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain. Regime de colaboração e educação no Ceará: o PAIC no fomento a uma nova cultura de gestão municipal. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 6, n. 16, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1610>. Acesso em: 5 maio 2024.

COSTA, Anderson Gonçalves; VIDAL, Eloisa Maia. Prêmio Escola Nota Dez no Estado do Ceará: concessão, ajustes e responsabilização. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 261, p. 415-436, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/5N6jYgHHKtj3ffZTpbQymp/#>. Acesso em: 1º maio 2024.

COSTA, Artemizia Ribeiro Lima; MOURA, Francisco Nunes de Sousa; CARNEIRO, Evaneida Soares; LIMA, Marcos Antônio Martins; BEZERRA, José Arimatea Barros; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima. O eixo de gestão do Programa Mais PAIC e a formação pedagógica: análise de satisfação centrada na avaliação do consumidor. **Revista Valore**, Volta Redonda, RJ, v. 8, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22408/rev8020231006e-8028>. Acesso em: 1º maio 2024.

COSTA, Deane Monteiro Vieira. O programa de alfabetização do Estado do Ceará que inspirou o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o seu ideário político de avaliação externa. **Revista Brasileira de Alfabetização**, v. 1, n. 3, 2016. Disponível em: <https://revistaabalf.com.br/index.html/index.php/rabalf/article/view/111>. Acesso em: 1º maio 2024.

COSTA, Eliane Araújo Xavier da; OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de. BNCC e atuação docente: uma política em cena. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades** - Revista Pemo, v. 5, p. e510457, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/10457>. Acesso em: 20 jan. 2025.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e de métodos mistos.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CRUZ, Maria do Carmo Meirelles Toledo; FARAH, Marta Ferreira Santos; RIBEIRO, Vanda Mendes. Estratégias de gestão da educação e equidade: o caso do Programa Aprendizagem na Idade certa (MAIS PAIC). **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, SP, v. 24, n. 3, p. 1286-1311, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/13904>. Acesso em: 5 maio 2024.

DA SILVA, Roberta. Reflexões sobre os desafios da gestão municipal das ações de formação continuada de professores do programa alfabetização na idade certa – PAIC: um estudo de caso com um município do interior cearense. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 3, n. 2, p. 102-118, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/390>. Acesso em: 1º maio 2024.

DA SILVA, Roberta. Gestão da formação continuada de professores do Programa Alfabetização na Idade Certa: caminhos e possibilidades. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 6, n. 1, p. 202-222, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/689>. Acesso em: 5 maio 2024.

DE BRITO, Lúcia Helena; VICENTE DA SILVA, Sirneto. A formação de professores alfabetizadores na escola pública: uma análise crítica. **Educação Unisinos**, n.26, p. 1–16, 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/23823>. Acesso em: 5 maio 2024.

DIAS, Erasmo Gonçalo; OLIVEIRA, Gislene Farias de. Avaliação institucional e da aprendizagem na escola de ensino infantil e fundamental Joaquim Caboclo. **Revista de Psicologia**, v. 10, n. 33, p. 337-346, 2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/626>. Acesso em: 1º maio 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos CEDES**, v. 29, n. 78, p. 201–215, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Ks9m5K5Z4Pc5Qy5HRVgssjg/>. Acesso em: 5 maio 2024.

DUARTE, Maria Regina Tavares; CARDOSO, Maria Emília. Dirigentes municipais de educação no Brasil: regulação intermediária do sistema educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)**, v. 30, n. 3, p. 513-533, 2014. Disponível em: <https://rbpae.org.br/rbpae/article/view/1060>. Acesso em: 5 maio 2024.

FÁVERO, Altair Alberto; SANTOS, Antônio Pereira dos; CENTENARO, Júnior Bufon. A teoria da atuação nas investigações sobre políticas educacionais. *In*: FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; CONSALTÉR, Evandro; CENTENARO, Júnior Bufon (Orgs.). **Leituras sobre a pesquisa em política educacional e a teoria da atuação**. Chapecó: Livrológica, 2022 (pp.33-44).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GATTI, Bernadete Angelina; DE SÁ BARRETTO, Elba Siqueira. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

GHISLENI, Taís Steffenello; PRIETO, Lilian Medianeira; MARQUEZAN, Fernanda Figueira. Abordagem do ciclo de políticas na escola de educação infantil: implicações nas práticas pedagógicas. **Diálogos Possíveis**, v. 21, n. 1, p. 1-20, nov. 2022. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/167>. Acesso em: 31 out. 2025.

HOJAS, Viviani Fernanda. Abordagem do ciclo de políticas e teoria da atuação política em discussão. **Revista Contrapontos Eletrônica**, Itajaí, v. 19, n. 1, p. 301-313, 2019. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/14070>. Acesso em: 5 maio. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Diretoria de Estudos Educacionais. **Perfil dos dirigentes municipais de educação 2010**. Brasília: O Instituto, 2011.

KASMIRSKI, Paula; GUSMÃO, Joana; RIBEIRO, Vanda. O PAIC e a equidade nas escolas de ensino fundamental cearenses. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 69, p. 848-872, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/3761>. Acesso em: 1º maio 2024.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica**, v. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 1º maio 2024.

LIMA, Ubirajara Couto; BRITO, Maiara Nunes. Alimentação escolar no contexto da prática: entre a garantia de direitos e a construção pedagógica coletiva. **Latin American Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 01-23, 2025. ISSN 2674-9297. Disponível em: <https://ojs.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/jdev/article/view/3610>. Acesso: 1º nov. 2025.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Currículo**: debates contemporâneos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Alice Casimiro. A teoria da atuação de Stephen Ball: e se a noção de discurso fosse outra? **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 24, n. 25, p.

1–15, 29 fev. 2016. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5623059> . Acesso em: 11 nov. 2025.

MACEDO, Elizabeth; ARAÚJO, Flávia Monteiro de Barros. Notas para uma agenda de pesquisa sobre as arenas burocráticas nas políticas curriculares. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n.2, p. 51-67, 2009. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/macedo-araujo.pdf>. Acesso em: 1º nov. 2024.

MAIA, Eridan Rodrigues. **Formação de gestores escolares (CREDE 10-CE):** Recontextualizações do Método Circuito de Gestão do Projeto Jovem de Futuro. 2019. 202f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana; SOARES, Solange Toldo. Aspectos teórico-epistemológicos da pesquisa em política educacional no Brasil: mapeamento e reflexões. **Movimento-Revista de educação**, v.5, n. 8, p. 43-74, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrgs.br/movimento/article/view/74656>. Acesso em: 5 maio 2024.

MALTA, Daniela Paula de Lima Nunes; ALVES, Adriano de Souza; FRANQUEIRA, Alberto da Silva; GRANDER, Alex Júnior; PEREIRA, Cledir Rocha; SOUZA, Cintia Máximo de; COMETTI, Nivaldo; SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; CERQUEIRA, Wesleyny Vieira Goes. Avaliação de políticas educacionais e o papel do gestor escolar. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 3, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7814>. Acesso em: 31 out. 2025.

MARQUES, Cláudio de Albuquerque; RIBEIRO, Ana Paula de Medeiros; CIASCA, Maria Isabel Filgueiras Lima. PAIC: o pioneirismo no processo de avaliação municipal com autonomia. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 19, n. 41, p. 433-448, 2008. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2069>. Acesso em: 1º maio 2024.

MARQUES, Cláudio de Albuquerque; AGUIAR, Rui Rodrigues; CAMPOS, Márcia Oliveira Cavalcante. Programa Alfabetização na Idade Certa: concepções, primeiros resultados e perspectivas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 43, p. 275-291, 2009. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2049>. Acesso em: 5 maio 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOROSINI, Marília Costa; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia Aguiar. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba, PR: CRV, 2021. 174 p.

MOTA, Maria Océlia; MOTA, Diego. O Prêmio Escola Nota Dez (PENDEZ) – um instrumento de combate às desigualdades educacionais na alfabetização infantil. **Educar em Revista**, v. 37, p. e78239, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/fZcCwgLw7QMq3zD9mFTgThf/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 5 maio 2024.

MUYLAERT, Naira; BONAMINO, Alicia Maria Catalano; MOTA, Maria Océlia. Notas para a reconstrução da noção de equidade subjacente ao desenho do PAIC. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 30, n. 115, p. 484-500, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-403620210002902791>. Acesso em: 1º maio 2024.

NASCIMENTO, Beatriz Paula de Moraes do; CASTRO, Rogério Paiva.; TADEU, Tânia. O regime de colaboração na educação básica fundamental brasileira: o caso dos estados do Ceará e São Paulo. **Ensaio Pedagógicos**, v. 6, n. 2, p. 29-39, 2022. Acesso em: 2 nov. 2024.

OLIVEIRA, Genira Fonseca; FALCÃO, Giovana Maria Belém; MENEZES, Eunice Andrade de Oliveira. Formação docente no contexto da política de avaliação externa: narrativas de professores do 2º ano do ensino fundamental. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 9, n. 2, p. 390-405, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/54921>. Acesso em: 1º maio 2024.

OLIVEIRA, Meyre-Ester Barbosa de; OLIVEIRA, Marcia Betania de. Políticas curriculares para a formação de professores: a docência para a infância em pauta. **Educação**, v. 49, n. 1, p. e105/1-17, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/85382>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAVEZI, Marilza. Contribuições da teoria da atuação: análise a partir de uma pesquisa sobre políticas de Educação Especial no contexto da prática. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 3, p. 1-19, 2018. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>. Acesso em: 19 nov. 2025.

PONTES, Helena Nascimento da Silva Alves; ALMEIDA, Emmanuelle Arnaud. Contexto da prática: análise da política pública educacional de especialização em gestão pública do programa nacional de formação em administração pública. **Diálogo**, Canoas, n. 43, 2020. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/5169>. Acesso: 31 out. 2025.

RAMOS, Jeannette Filomeno Pouchain; COSTA, Anderson Gonçalves; CAMARÃO, Virna do Carmo. Da colaboração à gestão por resultados na educação do Ceará. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, v. 13, n. 30, p. 50-70, 2023. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/8132/8411>. Acesso em: 31 maio 2024.

RODRIGUES, Maristela Marques; GIÁGIO, Mônica (Orgs.). **Guia de Consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação (PRASEM)**. Brasília, DF: FUNDESCOLA/ MEC, 2001.

RODRIGUES, Érica Renata Clemente. **Qualidade em educação no ensino médio inovador: o entendimento dos professores e dos autores sob a ótica da contextualização de Stephen Ball**. 2015. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2015.

SÁ, Nelson Pereira de. **Políticas educacionais para a educação de surdos no Brasil: uma comparação baseada no ciclo de políticas**. 2024. 463f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2024.

SALES, Luana. **Implicação do PAIC Integral na alfabetização do Ceará a partir dos resultados do SPAECE-alfa no período de 2007-2019**. 2023. 56f. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2023.

SANTOS, Almir Paulo dos. **Gestão democrática nos sistemas municipais de ensino de Santa Catarina: implicações da avaliação em larga escala**. 2012. 260f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO CEARÁ. **Caderno regional Maciço de Baturité 2019**. Fortaleza: SEPLAG/IPECE, 2019. Disponível: <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/11/Caderno-Maci%C3%A7o-de-Baturit%C3%A9>. Acesso em: 10 nov. 2025.

SEGATTO, Catarina Ianni; OLIVEIRA, Karoline de; SILVA, André Luís Nogueira da. Os limites do PNE (2014-2024) no regime de colaboração. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 35, e10549, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/10549>. Acesso em: 1º maio 2024.

SOARES, Erineuda do Amaral; WERLE, Flávia Obino Corrêa. Resultados das avaliações em larga escala: novas formas de pensar e agir. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 11, n. 24, p. 115-131, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/868>. Acesso em: 1º nov. 2025.

SOUZA, Eda Cecília Barbosa Machado de (Org.). **A avaliação e a formulação de políticas públicas em educação: leituras complementares**. Brasília: MEC/UnB, 1998. p. 35-62.

SOUSA, Yuri Sá Oliveira. O uso do software Iramuteq: Fundamentos de lexicometria para pesquisas qualitativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 21, n. 4, p. 1541-1560, 2021. Disponível: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/64034/40275>. Acesso em: 20 set. 2025.

SOUSA, Mauricio de. Apontamentos teórico-metodológicos: contribuições de Stephen J. Ball para as pesquisas de políticas educacionais. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, n. 1, p. 1-22, 2018. Disponível:

https://www.researchgate.net/publication/332297524_Apontamentos_teorico-metodologicos_contribuicoes_de_Stephen_J_Ball_para_as_pesquisas_de_politicas_educacionais. Acesso em: 20 out. 2025.

SUMIYA, L.; ARAÚJO, M.; SANO, H. A hora da alfabetização no Ceará: o PAIC e suas múltiplas dinâmicas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educacionais**, Tempe, v. 25, n.36, p. 1-25, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.25.2641>. Acesso em: 30 ago. 2025.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Orientações ao Dirigente Municipal de Educação**: fundamentos, políticas e práticas. São Paulo: Fundação Santillana, 2012.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Orientações ao Dirigente Municipal de Educação**: fundamentos, políticas e práticas. São Paulo: Undime, 2016.

UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Caderno de orientações ao Dirigente Municipal de Educação**: fundamentos, políticas e práticas. São Paulo: Fundação Santillana, 2021.

APÊNDICES

Apêndice A – Instrumento de construção de dados (questionário + roteiro de entrevista)



Informações demográficas e de experiência profissional de secretário (a) de educação

1. Nome do (da) secretário (a):
2. Idade:
3. Município sob sua gestão:
4. Formação acadêmica (Cursos de nível superior – Graduação e Pós-Graduação):
5. Teve experiência(s) anterior(es) como gestor escolar?
6. Teve experiência(s) anterior(es) como professor da educação básica?
7. Tempo no Cargo de Secretário (a) Municipal de Educação (cargo atual):
 - () 1 a 3 anos
 - () 4 a 6 anos
 - () Mais de 6 anos
8. Quantas escolas municipais o seu município possui?
9. Quantos alunos, em média, estão matriculados atualmente na rede municipal de ensino?

Roteiro de entrevista: PAIC Integral (2022-2025) sob a interpretação de secretários (as) municipais de educação do Maciço de Baturité-CE, a partir do contexto de prática da abordagem do ciclo de políticas de Ball e colaboradores.

1. Fale um pouco sobre o processo de efetivação do PAIC em seu município, considerando as diretrizes estaduais do programa e as ações locais que foram realizadas.
2. Quais as principais dificuldades / desafios de sua Secretaria municipal de Educação para adotar as ações necessárias à efetivação do PAIC Integral na realidade local?
3. Como as escolas e os professores do seu município recontextualizam (adaptam) o PAIC Integral à sua realidade?
4. Quais conflitos/ movimentos de resistência (por parte das escolas municipais ou dos professores) para efetivação do PAIC Integral foram percebidos em seu município?
5. Como você interpreta o impacto do PAIC Integral nas práticas pedagógicas das escolas municipais e no desempenho dos alunos?
6. De maneira geral, quais ajustes ou melhorias você sugeriria para aperfeiçoar o PAIC Integral no seu município?

- Gostaria de adicionar mais alguma informação ou comentário sobre a efetivação do PAIC Integral no seu município?

Apêndice B – Carta-convite aos(às) secretários(as) municipais de Educação do Maciço de Baturité-CE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

CARTA-CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Prezado (a) Senhor (a) _____
(nome completo do (da) Secretário (a) municipal de educação), o (a) sr (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa científica intitulada “Programa Aprendizagem na Idade Certa - PAIC Integral no Maciço de Baturité/CE (2022-2025): interpretações de secretários (as) municipais de educação”, que tem por objetivo geral investigar como se dá o desenvolvimento do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité-CE, sob a interpretação de secretários (as) municipais de educação, com recorte temporal de 2022 a 2025.

Sou Maria Edineide Silvino Rodrigues, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERN, orientanda da Profa. Dra. Marcia Betania de Oliveira. A pesquisa a qual o(a) sr(a) está sendo convidado(a) a participar se refere à investigação científica que resultará em minha dissertação de Mestrado.

A sua participação nessa pesquisa é fundamental, pois seus conhecimentos e sua experiência profissional como gestor municipal de educação são valiosos para investigar como tem se dado a execução do PAIC Integral no município sob sua gestão, e quais adaptações têm sido realizadas nessa execução, a fim de ajustar-se às realidades locais/ municipais. Essa investigação, por sua vez, permitirá investigar, sob a interpretação de secretários (as) municipais de educação, essa relevante política educacional.

A pesquisa, que foi previamente aprovada pelo Comitê de ética em Pesquisa com seres humanos da UERN, será realizada de maneira ética e confidencial, garantindo-se que todas as informações coletadas sejam utilizadas exclusivamente para fins científicos e acadêmicos.

Caso aceite o convite para participação na pesquisa, o(a) sr(a) deverá assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento em duas vias, que contém mais informações sobre a investigação, bem como sobre seus direitos de participante. Nesse caso, sua participação na pesquisa se dará por meio da realização de uma entrevista individual comigo (pesquisadora responsável pelo estudo). Essa entrevista poderá ser presencial ou virtual (*online*, via *google meet*), e nessa ocasião, o (a) sr (a) responderá a um roteiro de perguntas abertas sobre a execução do PAIC Integral em seu município, bem como a um formulário com questões demográficas e de experiência profissional.

A referida entrevista deverá ser previamente agendada pelo (a) sr (a), junto a mim, conforme a sua disponibilidade em participar e preferência de participação (presencial ou virtual). **Nesse sentido, peço-lhe que entre em contato comigo, via e-mail ou telefone/ whatsapp, nas próximas 48 horas (após o recebimento dessa carta-convite), para que agendemos a data, o horário e o formato de sua participação (presencial ou virtual) na entrevista a ser realizada:**

Nome da pesquisadora responsável: Maria Edineide Silvino Rodrigues

E-mail: edineidesilvino@hotmail.com

Número de telefone para contato e *whatsapp*: (85) 997969031

Dias da semana e horário para o agendamento: segunda a sábado, das 8h00 às 20h00.

Agradecemos, desde já, sua atenção e disponibilidade.

Baturité-CE, ____/____/ 2025.

Maria Edineide Silvino Rodrigues (Responsável pela pesquisa)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
E-mail: edineidesilvino@hotmail.com
Cel: (85) 997969031

Prof. Dra. Marcia Betania de Oliveira (Professora Orientadora)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
E-mail: betaniaoliveira@uern.br
Cel: (84) 988106190

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título da pesquisa: Programa Aprendizagem na Idade Certa - PAIC Integral no Maciço de Baturité/CE (2022-2025): interpretações de secretários (as) municipais de educação.

Nome do pesquisador responsável: Maria Edineide Silvino Rodrigues

Prezado (a) Secretário (a) Municipal de Educação,

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa, que objetiva investigar como se dá o desenvolvimento do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité-CE, sob a interpretação de secretários (as) municipais de educação, com recorte temporal de 2022 a 2025.

1. PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: Ao participar desta pesquisa, o (a) Sr. (a) irá colaborar, participando de uma entrevista individual, presencial ou *online*, comigo, a pesquisadora responsável pelo estudo, em data e horário previamente programados com o (a) Sr(a), de acordo com sua disponibilidade. Na entrevista, o (a) Sr (a) responderá a um roteiro de perguntas abertas sobre a execução do PAIC Integral em seu município, bem como a um formulário sobre seus dados demográficos e de experiência profissional. A entrevista será gravada em áudio, através de aparelho *smartphone*, e será posteriormente transcrita por mim, para utilização nesta pesquisa. O tempo médio de sua participação, considerando-se a realização da entrevista e o preenchimento do formulário de caracterização demográfica e profissional, é de 40 minutos. Será garantido o sigilo quanto a quaisquer informações que possam identificar sua participação nessa pesquisa, preservando seu anonimato. Ressalto que o (a) sr (a) será esclarecido (a) por mim sobre sua participação em qualquer aspecto que desejar e em qualquer tempo, estando livre

para participar ou recusar participação, a qualquer momento, e sem nenhum tipo de prejuízo ao (à) sr (a). Ressalto que sua participação é voluntária, e que o sr (a) tem plena liberdade para desistir de participar, em qualquer momento, mesmo após já ter iniciado participação na pesquisa. Nesse caso, sua desistência não acarretará nenhum tipo de prejuízo ao (a) sr (a).

2. RISCOS E DESCONFORTOS: Os procedimentos empregados na pesquisa quanto à sua participação, tais como o preenchimento de formulário demográfico e profissional e a participação em entrevista presencial ou *online*, respondendo a um roteiro de perguntas abertas sobre a execução do PAIC Integral em seu município, envolvem riscos e desconfortos mínimos. Contudo, embora tudo tenha sido planejado para minimizar os riscos de sua participação, o (a) sr (a) poderá ter algum desconforto emocional, constrangimento ou lembranças negativas. Se isso acontecer, poderá contar com o meu auxílio, como responsável pela pesquisa, com quem poderá conversar a respeito, se assim quiser. Ou, caso seja sua vontade, poderá interromper e/ou desistir, a qualquer momento, de sua participação, sem qualquer tipo de prejuízo para o (a) sr (a).

3. BENEFÍCIOS: O benefício de sua participação na pesquisa será a colaboração na investigação acerca da execução do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité, sob a visão de secretários (as) municipais de educação, o que pode fornecer dados qualitativos valiosos para o desenvolvimento regional, bem como para uma educação escolar mais alinhada às necessidades locais. Sua participação, portanto, poderá beneficiar o alcance de uma investigação dessa importante política educacional estadual, no âmbito dos municípios do Maciço de Baturité.

4. FORMAS DE ASSISTÊNCIA: Se o (a) sr (a) tiver alguma dúvida ou consideração acerca da pesquisa, bem como no caso de se sentir prejudicado(a) por causa da pesquisa, ou caso necessite de qualquer outro esclarecimento, poderá, a qualquer momento, entrar em contato comigo, pesquisadora responsável, através do e-mail: edineidesilvino@hotmail.com ou do número de telefone e *whatsapp*: (85) 997969031

5. CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações que o (a) sr (a) fornecer ou que sejam obtidas junto ao (a) sr (a) pelo preenchimento do formulário demográfico e profissional, bem como pelas suas respostas ao roteiro de questões abertas da

entrevista, serão utilizadas somente para esta pesquisa e sua divulgação em meios científicos e acadêmicos. Suas respostas ficarão em segredo/ sigilo, e o seu nome não será exposto em nenhum momento. Asseguro que seu anonimato, privacidade e confidencialidade de dados são garantidos.

6. OUTROS ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA: Se o (a) sr (a) necessitar de qualquer outro esclarecimento acerca da pesquisa, dos métodos utilizados, e/ou acerca de sua participação, poderá procurar a pesquisadora responsável a qualquer momento:

Nome da pesquisadora responsável: Maria Edineide Silvino Rodrigues

Endereço: Rua professor Antônio Campos, s/n, BR 110, km 48, bairro Costa e Silva, Mossoró, RN. CEP: 59600-000, Campus Universitário Central - Programa de Pós-Graduação em Educação/ Faculdade de Educação da UERN.

Número de telefone para contato: (85) 997969031

Dias da semana e horário para atendimento: segunda a sábado, das 8h00 às 17h00.

Se desejar obter mais informações sobre os seus direitos de participante e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de ética em pesquisa da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN. Endereço: Rua Miguel Antônio da Silva Neto, s/n, bairro Aeroporto, Mossoró, RN. CEP: 59607-360. Faculdade de Medicina UERN, 2º andar. Telefone: 84-33152094 (horário de funcionamento 8h00 às 12h00).

7. RESSARCIMENTO DE DESPESAS: Caso o (a) sr (a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhum tipo de pagamento ou compensação financeira. Sua participação não envolve qualquer tipo de remuneração ou custos.

8. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO: Se o (a) sr (a) estiver de acordo em participar da pesquisa, deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido, em duas vias, ficando uma via com o (a) sr (a) e uma com a pesquisadora responsável. O (a) sr (a) deverá ainda rubricar todas as páginas deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apondo sua assinatura na última página. Eu, a pesquisadora responsável, farei o mesmo.

9. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO:

Por meio deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que atende às exigências legais, eu, _____ portador do documento de identidade nº _____, órgão expedidor _____, declaro que após leitura minuciosa do documento em questão, tive oportunidade de fazer perguntas e esclarecer dúvidas, e afirmo que fui devidamente esclarecido (a), clara e detalhadamente, sem qualquer constrangimento ou coerção, sobre os objetivos, os procedimentos, benefícios e possíveis riscos de minha participação nessa pesquisa. Declaro, assim, que, não me restando qualquer dúvida, aceito livremente participar, firmando o meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO. Afirmo também que a pesquisadora responsável me informou que o projeto da pesquisa foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UERN.

E, por estar de acordo, assino o presente termo.

_____ -CE, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) participante

Assinatura da pesquisadora

ANEXOS

Anexo A – parecer consubstanciado do Comitê De Ética Em Pesquisa (CEP/UERN)

UERN - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA - PAIC INTEGRAL NO MACIÇO DE BATURITÉ/CE (2022-2025): INTERPRETAÇÕES DE SECRETÁRIOS (AS) MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

Pesquisador: MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 87514025.0.0000.5294

Instituição Proponente: UERN

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.611.502

Apresentação do Projeto:

O estudo é caracterizado como pesquisa de abordagem qualitativa. A considerar os objetivos, é definida como exploratório-descritiva, quanto às técnicas utilizadas, por sua vez, caracteriza-se como pesquisa de campo, bem como também será subsidiada por revisão bibliográfica e documental (Gil, 2008). O recorte temporal da investigação (2022 a 2025) foi atravessado pelo pleito eleitoral de 2024, fato que nos guiará a convidar os (as) secretários(as) de educação do Maciço de Baturité-CE, que foram reconduzidos para a função no quadriênio 2025, correspondendo a 6 secretários. A técnica de coleta dos dados, será a entrevista semiestruturada. Os dados coletados serão devidamente ajustados como corpus textual para processamento no software Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ). Trata-se de uma ferramenta gratuita, livremente disponível na internet para download, que realiza análises estatísticas de dados textuais, e vem sendo amplamente empregado em pesquisas qualitativas (Camargo; Justo, 2013).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral

Investigar como se dá o desenvolvimento do PAIC Integral na região do Maciço de Baturité-CE, sob a interpretação de secretários(as) municipais de educação, com recorte temporal de 2022 a 2025.

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

CEP: 59.607-360

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3315-2094

E-mail: cep@uern.br

UERN - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



Continuação do Parecer: 7.611.502

Objetivos Específicos

Compreender como os secretários(as) municipais de educação da região do Maciço de Baturité-CE interpretam o PAIC Integral em seus respectivos municípios;

Identificar as principais adaptações feitas na execução do PAIC Integral nessa região, sob a interpretação dos secretários municipais de educação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos e benefícios estão claramente detalhados, proporcionando uma compreensão precisa de seus possíveis impactos

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa possui significativa relevância científica, contribuindo de forma substancial para o avanço do conhecimento na área.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatórios foram devidamente incluídos, garantindo conformidade com os requisitos estabelecidos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O protocolo de pesquisa não apresenta impedimentos éticos, estando em conformidade com os princípios e diretrizes regulamentares.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2517715.pdf	02/05/2025 15:51:04		Aceito
Outros	IRAMUTEQ_esclarecimentosassinado.pdf	02/05/2025 15:48:28	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
Outros	carta_pendencias_CEP_assinada.pdf	02/05/2025 15:47:54	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA_alterado.pdf	02/05/2025 15:47:05	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TCLE_alterado.pdf	02/05/2025 15:42:49	MARIA EDINEIDE SILVINO	Aceito

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

CEP: 59.607-360

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3315-2094

E-mail: cep@uern.br

**UERN - UNIVERSIDADE DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO
NORTE**



Continuação do Parecer: 7.611.502

Justificativa de Ausência	TCLE_alterado.pdf	02/05/2025 15:42:49	RODRIGUES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_responsabilidade_docente.pdf	01/04/2025 17:39:33	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_de_responsabilidade_discendente.pdf	01/04/2025 17:39:20	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	6_carta_de_anuencia_PACOTI.pdf	01/04/2025 17:37:30	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	5_carta_de_anuencia_Baturite.pdf	01/04/2025 17:37:21	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	4_carta_de_anuencia_MULUNGU.pdf	01/04/2025 17:36:36	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	3_carta_de_anuencia_Acarape.pdf	01/04/2025 17:36:23	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	2_carta_de_anuencia_Aratuba.pdf	01/04/2025 17:36:12	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	1_carta_de_anuencia_Aracoiaba.pdf	01/04/2025 17:35:56	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rostoassinada.pdf	01/04/2025 17:26:41	MARIA EDINEIDE SILVINO RODRIGUES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

MOSSORO, 02 de Junho de 2025

Assinado por:
JUCE ALLY LOPES DE MELO
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Miguel Antonio da Silva Neto, s/n

Bairro: Aeroporto

CEP: 59.607-360

UF: RN

Município: MOSSORO

Telefone: (84)3315-2094

E-mail: cep@uern.br